

O CONTRIBUTO DO SETOR DOS SERVIÇOS PARA AS EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS E PARA A ATRAÇÃO DE NÃO RESIDENTES



Ao serviço da economia portuguesa

**O contributo do setor dos serviços
para as exportações portuguesas
e para a atração de não residentes**

Outubro | 2014



Augusto Mateus & Associados
Sociedade de Consultores, Lda

Ficha Técnica

Título**Ao serviço da economia portuguesa**

O contributo do setor dos serviços para as exportações portuguesas
e para a atração de não residentes

Outubro | 2014

Promotor

Confederação do Comércio e Serviços de Portugal | CCP

Autoria

Sociedade de Consultores
Augusto Mateus & Associados

Coordenação global

Augusto Mateus

Consultores

Joana Mateus
Nuno Ferreira
Susana Gouveia

Design, Paginação e Produção Gráfica:

Notiforma, Imagem e Comunicação, S.A.



Índice

INTRODUÇÃO

I

Uma nova visão sobre o papel dos serviços no desenvolvimento económico

Aprofundar a compreensão da terciarização das economias modernas

Para enterrar alguns mitos sobre a economia portuguesa.....17

Caixa I.1 O conceito de “servitização”19

Reconhecer 12 evidências empíricas fortes

Para potenciar o papel dos serviços nos desafios da participação da economia portuguesa na globalização....23

Explicitar recomendações concretas

Para dar eficácia aos incentivos e às iniciativas de promoção do esforço exportador do país.....27

II

A sempre crescente relevância dos serviços no crescimento e no emprego

Os serviços na economia portuguesa.....31

Gráfico II.1 Relevância dos serviços no VAB gerado em Portugal | 1977 a 2013.....32

Gráfico II.2 Relevância dos serviços no emprego em Portugal | 1977 a 2013.....32

Gráfico II.3 *Ranking* da riqueza | 1986 e 2011.....33

Gráfico II.4 *Ranking* do emprego | 1986 e 2011.....33

Gráfico II.5 Estrutura do VAB gerado pelos serviços em Portugal | 1986.....35

Gráfico II.6 Estrutura do VAB gerado pelos serviços em Portugal | 2011.....35

Gráfico II.7 Estrutura do emprego nos serviços em Portugal | 1986.....36

Gráfico II.8 Estrutura do emprego nos serviços em Portugal | 2011.....36

Caixa II.1 Sobre o quinto ciclo de financiamento europeu 2014-2020.....41

Os serviços portugueses na economia europeia.....43

Gráfico II.9 Relevância económica dos serviços: a posição de Portugal na UE | 2011.....45

Caixa II.2 Sobre a classificação dos serviços na abordagem à terciarização da economia portuguesa.....46

III

A intensificação do contributo dos serviços para as exportações

Os serviços nos fluxos brutos de exportação.....49

Gráfico III.1 Relevância dos serviços nas exportações de bens e de serviços de Portugal | 1977 a 2012.....50

Caixa III.1 Residentes e não residentes na balança de pagamentos.....53

O papel da balança de serviços na sustentação da inserção externa da economia portuguesa.....	55
Gráfico III.2 Relevância dos serviços na balança de pagamentos de Portugal 1977 a 2012.....	56
Gráfico III.3 Composição da balança de serviços de Portugal 1977 a 2012.....	58
Gráfico III.4 Estrutura das receitas provenientes de não residentes em viagens e turismo a Portugal 2005/2014.....	59
Gráfico III.5 Receitas por viagens e estadia em Portugal excluindo motivos turísticos 2005 a 2013.....	60
A internacionalização dos serviços como motor do crescimento económico em Portugal.....	61
Gráfico III.6 Dinamismo das exportações de serviços na economia portuguesa 1986 a 2013.....	62
Gráfico III.7 Diversidade na internacionalização dos serviços 2013.....	63

IV

A relevância dos serviços nos fluxos internacionais de valor acrescentado

As novas fronteiras do valor acrescentado nas economias globalizadas.....	65
<i>Caixa IV.1 As duas vagas da globalização económica.....</i>	<i>66</i>
<i>Caixa IV.2 O valor no comércio internacional: a abordagem TiVA.....</i>	<i>69</i>
A composição em valor das exportações de serviços na economia portuguesa.....	71
Gráfico IV.1 Origem do valor acrescentado incorporado nas exportações de serviços de Portugal 2009.....	72
Gráfico IV.2 Origem do valor acrescentado nas exportações de bens e de serviços de Portugal 1995 e 2009.....	73
Gráfico IV.3 <i>Ranking</i> do valor acrescentado nacional incorporado nas exportações de serviços: a posição de Portugal no mundo 2009.....	74
O contributo dos serviços para o valor incorporado nas exportações totais do país.....	75
Gráfico IV.4 Medindo o valor acrescentado proveniente de serviços nas exportações totais de Portugal 2009.....	76
Gráfico IV.5 Principais fornecedores externos de serviços incorporados nas exportações totais de Portugal 1995 e 2009.....	77
Gráfico IV.6 Composição das exportações de Portugal por tipo de serviço: fluxos brutos de exportação <i>versus</i> fluxos de valor acrescentado 2009.....	78
Gráfico IV.7 Decomposição do valor acrescentado dos serviços incorporado nas exportações portuguesas por origem e tipo de serviço 2009.....	79
Gráfico IV.8 <i>Ranking</i> do contributo direto e indireto dos serviços para as exportações totais de bens e de serviços: a posição de Portugal no mundo 2009.....	81
Gráfico IV.9 Relevância da incorporação de serviços nas exportações por setor de atividade em Portugal 2009.....	82

V

O papel estratégico dos serviços no esforço global de exportação da economia portuguesa

Os serviços na procura interna e externa.....	85
Gráfico V.1 Terciarização da procura interna em Portugal 1970 a 2011.....	86
Gráfico V.2 Terciarização da procura externa em Portugal 1970 a 2011.....	86
<i>Caixa V.1 A metodologia das secções produtivas globais.....</i>	<i>87</i>
Gráfico V.3 Evolução da riqueza gerada pela economia portuguesa 1970 a 2011.....	89

Gráfico V.4 Evolução da riqueza gerada pelos serviços 1970 a 2011.....	89
Gráfico V.5 Evolução da riqueza gerada na satisfação da procura interna 1970 a 2011.....	89
Gráfico V.6 Evolução da riqueza gerada na satisfação da procura externa 1970 a 2011.....	89
Gráfico V.7 Evolução dos serviços por segmentos e funções na economia portuguesa 1970-2011.....	91
O contributo dos serviços para o crescimento da economia portuguesa.....	93
Gráfico V.8 Relevância das funções macroeconómicas no crescimento dos serviços 1970 a 2011.....	94
Gráfico V.9 Contributo dos serviços para o crescimento económico e para o aumento do valor nas exportações 1970 a 2011.....	95

Anexos

Mapeamento de segmentos e mercados relevantes na internacionalização dos serviços.....	96
Serviços de transporte.....	97
Viagens e Turismo.....	100
Serviços de comunicação.....	103
Serviços de construção.....	106
Serviços de seguros.....	109
Serviços financeiros.....	112
Serviços de informação e informática.....	115
Direitos de utilização.....	118
Outros serviços empresariais.....	121
Serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa.....	124
Operações governamentais.....	127

Bibliografia

Siglas e Abreviaturas

AMECO	I&D	AT
Base de dados macroeconómica anual da Comissão Europeia	Investigação e desenvolvimento	Áustria
BCE	OCDE	BE
Banco Central Europeu	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico	Bélgica
CAE-Rev.3	OMC	BG
Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3	Organização Mundial do Comércio	Bulgária
CCP	OMT	CY
Confederação do Comércio e Serviços de Portugal	Organização Mundial do Turismo	Chipre
CEBEI	PEDIP	CZ
Grupo de Estudos Básicos de Economia Industrial	Programa específico de desenvolvimento da indústria portuguesa	República Checa
CEE	PIB	DE
Comunidade Económica Europeia	Produto interno bruto	Alemanha
Chelem	Pordata	DK
Comptes Harmonisés sur les Echanges et l'Economie Mondiale	Base de dados do Portugal contemporâneo da Fundação Francisco Manuel dos Santos	Dinamarca
COMPETE	PME	EE
Programa operacional temático dos fatores de competitividade	Pequenas e médias empresas	Estónia
Crucead	PRIME	EL
Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento	Programa operacional de incentivos à modernização económica	Grecia
ENI	QCA	ES
Empresários em nome individual	Quadro Comunitário de Apoio	Espanha
Eurostat	QREN	FI
Serviço de Estatísticas da União Europeia	Quadro de Referência Estratégico Nacional	Finlândia
FATS	TIVA	FR
Estatísticas das filiais de empresas estrangeiras	Base de dados de comércio internacional de valor acrescentado da OCDE e OMC	França
FC	VAB	HR
Fundo de Coesão	Valor acrescentado bruto	Croácia
FEADER	...	HU
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural	Valor não disponível	Hungria
FEAMP	\$	IE
Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca	em dólares	Irlanda
FEDER	n.e	IT
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	não especificado	Itália
FEEI	pp	LT
Fundos europeus estruturais e de investimento	Pontos percentuais	Lituânia
FSE		LU
Fundo Social Europeu		Luxemburgo
FMI		LV
Fundo Monetário Internacional		Letónia
GATS		MT
Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços		Malta
IC&DT		NL
Investigação científica e desenvolvimento tecnológico		Países Baixos
INE		PL
Instituto Nacional de Estatística		Polónia
		PT
		Portugal
		RO
		Roménia
		SE
		Suécia
		SI
		Eslovénia
		SK
		Eslováquia
		UE
		União Europeia
		UK
		Reino Unido

Introdução

O presente estudo desenvolvido pela sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados para a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) tem como objetivo principal revelar o protagonismo dos serviços no desafio exportador que gera crescimento em Portugal, tendo em consideração o contributo dos serviços exportados para os mercados externos, o contributo dos serviços incorporados nos bens exportados e o contributo dos serviços para a atração de não residentes e a captação de rendimentos vindos do exterior.

Encarando o desafio exportador como um processo de natureza global que combina bens e serviços para oferecer soluções inovadoras, diferenciadas e competitivas à escala global, o estudo incide sobre a relevância económica de um conjunto alargado de serviços que concorrem, de forma direta e indireta, para a conceção, produção e distribuição das vendas do país ao exterior.

Em termos conceituais e metodológicos, os cinco capítulos do estudo privilegiaram a necessidade de medir fenómenos complexos e diversificados. O objetivo foi alcançar evidências empíricas fundamentadas e incentivar a indispensável formação de uma nova visão sobre a internacionalização da economia portuguesa e sobre a relevância do contributo dos serviços.

No capítulo I produz-se uma aproximação a um sumário executivo do estudo. Fundamenta-se a necessidade de uma nova visão do papel dos serviços no desenvolvimento económico e sistematiza-se as principais conclusões e evidências empíricas para aprofundar a compreensão da terciarização das economias modernas e enterrar alguns mitos sobre a economia portuguesa. Considerando as agendas concretas do Acordo de Parceria Portugal 2020, apresenta-se um conjunto de recomendações concretas para dar eficácia aos incentivos e às iniciativas de promoção do esforço exportador do país.

No capítulo II é abordada a relevância dos impactos da transformação dos modelos de produção e de consumo na aceleração da terciarização da economia portuguesa e na recomposição profunda do setor dos serviços no país, identificando as grandes tendências da evolução do contributo dos diversos serviços dirigidos às famílias e às empresas para a geração de valor acrescentado e emprego na economia portuguesa.

No capítulo III é abordada a relevância dos serviços na evolução de longo prazo dos fluxos brutos de exportação e na balança de pagamentos, avaliando a capacidade da oferta nacional em responder à procura das famílias e das empresas no mercado doméstico e, sobretudo, em captar receitas do exterior, seja pela exportação para os mercados externos, seja pela atração de não residentes.

No capítulo IV é abordado o contributo direto e indireto dos serviços nas exportações portuguesas de bens e de serviços. Recorrendo a ferramentas estatísticas de vanguarda que decompõem os fluxos brutos de exportação em fluxos de valor acrescentado, é investigado quanto das exportações de serviços é conteúdo importado e quanto é valor acrescentado gerado a nível nacional. Ao considerar a incorporação de serviços no processo de produção de bens transacionáveis, é estimada a real relevância dos serviços nas exportações totais de bens e de serviços do país.

No capítulo V é aprofundada a compreensão da terciarização da economia portuguesa por grandes funções económicas, averiguando quanto da afirmação dos serviços veio responder às necessidades de consumo privado, consumo público e investimento do país (terciarização da procura interna) ou veio apoiar o esforço global de exportação do país (terciarização da procura externa). A relevância dos serviços no esforço global de exportação da economia portuguesa é determinada a partir do valor acrescentado associado a todas as atividades que contribuem direta e indiretamente para o processo de natureza transversal que é a venda de bens e de serviços ao exterior. Em causa não está apenas o crescente consumo final de serviços (via direta) mas também o crescente consumo intermédio de serviços pelo tecido produtivo nacional (via indireta).

Uma nova visão sobre o papel dos serviços no desenvolvimento económico

Aborda-se neste capítulo a necessidade de uma nova visão do papel dos serviços no desenvolvimento económico. As principais conclusões e evidências empíricas do estudo são aqui sistematizadas para aprofundar a compreensão da terciarização das economias modernas e enterrar alguns mitos sobre a economia portuguesa. Considerando as agendas concretas do Acordo de Parceria Portugal 2020, apresenta-se um conjunto de recomendações concretas para dar eficácia aos incentivos e às iniciativas de promoção do esforço exportador do país.

Aprofundar a compreensão da terciarização das economias modernas

para enterrar alguns mitos sobre a economia portuguesa

Globalização e macroeconomia aberta

A globalização é hoje protagonizada por conglomerados empresariais transnacionais que otimizam custos e tempos de resposta através da sucessiva fragmentação das tarefas produtivas por múltiplas localizações espalhadas pelo mundo inteiro.

As cadeias de produção globais ligam milhares de empresas em diversos países que sucessivamente importam bens e serviços para incorporar nos bens e nos serviços que exportam para o posto seguinte da cadeia de produção.

Os produtos são hoje combinações complexas de bens e de serviços transacionáveis, que se encadeiam através de múltiplas e finas tarefas de conceção, produção e distribuição oriundas de múltiplos países (*"made in world"*), potenciando o aumento dos fluxos de importações intermédias e o avanço do conteúdo importado nas exportações de cada país.

A fragmentação das tarefas e a emergência deste comércio de especialização vertical vieram questionar abordagens e metodologias de análise que entendem exportação como sinónimo de geração de valor e o setor transacionável como sinónimo de indústria transformadora.

A nova ordem económica perdeu a correspondência entre os fluxos de exportação e os fluxos de valor acrescentado que verdadeiramente contribuem para o crescimento e para o emprego do país e esbatem as barreiras tradicionais entre os setores primário, secundário e terciário.

Neste contexto, exportar mais já não é condição suficiente e reindustrializar já não é condição necessária.

Porque a competitividade está em exportar aquilo que não importámos aos outros, importa diminuir o conteúdo importado e valorizar a incorporação nacional de recursos endógenos nas exportações nacionais, de modo a garantir que um aumento significativo das exportações se traduz, efetivamente, num aumento significativo da riqueza e do emprego na economia portuguesa.

Uma nova agenda centrada na reindustrialização também não pode travar o fim de uma era onde o valor podia ser ligado à transformação de matérias-primas em produtos acabados e onde o traço mais grosso do setor foi substituído pelo traço mais fino das atividades e das tarefas produtivas.

A verdade é que temos cada vez mais serviços na indústria e indústria nos serviços. A produção baseada

no conhecimento floresce no setor primário, enquanto a logística captura atividades de outros setores e as cidades emergem como centros de criação de valor.

Nas economias modernas, tanto se observa uma “terciarização” da indústria e da agricultura, ao nível das tarefas e das próprias profissões como se assiste a uma “industrialização” dos serviços, seja ao nível da dimensão das empresas, seja ao nível da separação e da realocação de funções que se movem para junto da logística e da distribuição.

Não faz sentido um regresso ao passado que subestime a relevância da inovação ou da diferenciação e estas só podem derivar de processos de descoberta, de experimentação e de liderança capazes de aprofundar as cadeias de valor. É o caso da mobilização do conhecimento, de I&D, de novos materiais, de novos sistemas de produção ou da valorização da cultura e da criatividade, a montante. É o caso de logística, customização flexível na produção de massa, ou do papel alargado dos consumidores como produtores e utilizadores intervindo na definição dos produtos, a jusante.

A análise económica não pode proceder, agora, em dois passos, um primeiro centrado nas realidades domésticas e um segundo abrindo-o à incorporação das realidades internacionais. A macroeconomia é, nos nossos dias, uma macroeconomia aberta. A análise da competitividade é, nos nossos dias, uma análise das condições e desempenhos da concorrência entre empresas que, antes de ser nacional ou doméstica, é uma realidade mundial ou, pelo menos, internacional.

A globalização veio consolidar a realidade primária das economias nacionais como economias abertas. Com efeito, a globalização distingue-se da simples internacionalização pela integração em profundidade das atividades económicas e dos modelos comportamentais e sociais em estreita articulação com a formação de mercados globalizados que se estruturam diretamente numa lógica mundial ou, pelo menos, numa lógica multimercado suficientemente vasta, como é o caso do mercado interno europeu.

A globalização desafia os contornos da territorialização das atividades económicas, sejam as mais associadas aos bens, sejam as mais associadas aos serviços, na medida em que quer a interpenetração da eficiência individual e coletiva, quer a interpenetração de bens e de serviços na configuração de produtos e soluções mais complexos, vieram trazer à dimensão da atividade dos territórios um novo papel na mobilidade de pessoas e capitais.

Terciarização e “servitização” na economia portuguesa

A configuração do peso relativo das diferentes atividades económicas numa determinada economia e numa determinada época resulta de processos complexos que refletem, por um lado, as formas como a sociedade transforma (“faz”) a economia e, por outro lado, as formas como a economia transforma (“faz”) a sociedade.

Na abordagem concetual e metodológica deste estudo, podemos associar, de forma simplificada, o primeiro processo à utilização mais corrente do termo “terciarização”, ou seja, ao alargamento dos serviços sob o impulso do alargamento das funções e serviços do Estado e das mutações nos modelos de consumo das famílias. O segundo processo pode ser associado à utilização mais corrente do termo “servitização”, ou seja, ao alongamento generalizado das cadeias de valor traduzido num aumento cumulativo do valor acrescentado incorporado indiretamente na produção e distribuição de bens e serviços (cf. *Caixa I.1*).

Estes dois processos interpenetram-se, consolidam-se e sofrem ruturas pela própria evolução e desenvolvimento das instituições (organizações, regras, regulamentos, práticas e comportamentos convencionais, nomeadamente). Com a democratização e a integração europeia, ambos conhecendo sucessivas evoluções constitucionais, a experiência portuguesa configura, aliás, um caso relevante do papel da evolução e da transformação institucional na interpenetração dos movimentos de mutação económica e social.

Os anos setenta do século passado configuram, em Portugal e no contexto europeu, uma acelerada passagem de uma sociedade com uma forte base rural para uma sociedade com uma forte base de serviços comportando, ainda, uma breve fase onde a base industrial prevaleceu como realidade económica e social determinante. A economia portuguesa consumou essa transformação económica e social em menos de uma geração enquanto a larga maioria das restantes economias europeias o fizera ao longo de mais de duas gerações.

CAIXA I.1.

O conceito de “servitização”

O processo de criar valor acrescentando serviços aos bens foi apresentado como “servitização” por Vandermerwe e Rada (1988). No artigo “Servitization of Business: Adding Value by Adding Services”, este conceito é definido como “*the increased offering of fuller market packages or “bundles” of customer focussed combinations of goods, services, support, self-service and knowledge in order to add value to core product offerings*”.

O conceito de “servitização” oferece em relação à referência conceptual da terciarização a vantagem de captar dois elementos centrais no atual desenvolvimento dos serviços. Em primeiro lugar, a ideia de que os serviços se desenvolvem cada vez mais numa lógica de cadeia de valor, isto é, integrando-se em profundidade com outras tarefas e atividades, e cada vez menos de forma autónoma e estanque numa lógica estritamente setorial. Em segundo lugar, a ideia de que as exigências da procura se centram cada vez mais em produtos, “pacotes” construídos com bens e serviços bem articulados, e cada vez menos na autonomização dos bens e dos serviços produzidos em lógicas separadas.

A “servitização” pode ser encarada como um processo de transformação do paradigma empresarial, com as empresas a desenvolverem as capacidades necessárias para a provisão de serviços e soluções que complementem e acrescentem valor à sua oferta de bens. As empresas deixam de vender mercadorias para oferecer soluções integradas de bens, serviços, assistência e conhecimento. O foco estratégico passa da melhor forma de produzir o bem para a melhor forma de satisfazer o cliente.

Neste processo de afirmação dos serviços nos processos produtivos, as empresas industriais e agrícolas, além de introduzirem serviços no seu cabaz de vendas, passaram também a produzir e a comprar um maior número de serviços. Investigação e desenvolvimento para criar e aprofundar vantagens competitivas; serviços legais, administrativos e contabilísticos para apoiar a gestão empresarial; marketing para aumentar o volume de vendas; transportes e logística para as mercadorias chegarem aos clientes são apenas algumas das atividades essenciais ao funcionamento de uma empresa.

O instituto governamental responsável pelo comércio externo da Suécia, *Kommerskollegium*, demonstrou esta necessidade de serviços pelas empresas industriais tomando como exemplo o fabricante *Sandvik Tooling*. Para vender e transportar um produto apenas, este fabricante necessita de 40 diferentes tipos de serviços, além dos 15 tipos de serviços que ele próprio oferece aos seus clientes.

Num primeiro esforço de revisão bibliográfica sobre o processo de “servitização”, Tim Baines et al. (2009) identifica três conjuntos de fatores que ajudam a compreender por que estão as empresas a seguir a estratégia de “servitização”:

1) Aumentar a margem de lucro e garantir um nível adequado de estabilidade das vendas, evitando quebras inesperadas no rendimento

As soluções integradas de bens e serviços tendem a ser menos sensíveis à competição baseada no preço, induzindo a níveis mais elevados de rentabilidade em comparação com a venda de apenas produtos físicos. Por outro lado, tendem a apresentar um efeito contra cíclico, sendo mais resistentes aos ciclos económicos que afetam o investimento e a aquisição de bens.

2) Adquirir e aprofundar vantagens competitivas

As vantagens competitivas adquiridas por via dos serviços tendem a ser mais sustentáveis dado que, sendo menos visíveis e mais dependentes do trabalho humano, os serviços são mais difíceis de imitar. Por outro lado, o valor gerado pelos serviços pode valorizar de tal forma um produto aos olhos de um cliente que bens físicos homogéneos passam a ser percebidos como personalizados, estabelecendo barreiras aos competidores.

3) Vender mais produtos, aproveitando as oportunidades de marketing que uma relação mais estreita com os clientes confere

Os serviços tendem a induzir uma maior relação de lealdade por parte dos clientes e a uma intensificação das oportunidades de contacto com os clientes. Dessa forma, concedem aos vendedores uma posição privilegiada para vender outros bens e serviços e para obterem informação privilegiada sobre os gostos e necessidades dos seus clientes, possibilitando o desenvolvimento de ofertas mais personalizadas a cada cliente.

Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Vandermerwe, S. and Rada, J. (1988). *Servitization of business: adding value by adding services*; Kommerskollegium (2010). *At your service: the importance of services for manufacturing companies and possible trade policy implications*; Baines T.S, Lightfoot H.W, Benedettini, O. e Kay J.M. (2009). *The servitization of manufacturing: a review of literature and reflection on future challenges*

A terciarização das economias modernas fez-se, inicialmente, com o desenvolvimento do consumo de massa. Por um lado, alargando o acesso da população aos bens de consumo corrente e transformando o rendimento salarial na principal componente da procura doméstica. Por outro lado, com o desenvolvimento das instituições do chamado Estado Social, nomeadamente saúde, educação ou ação social.

A crescente afirmação da procura como o pólo mais dinâmico das economias e o aumento da velocidade de funcionamento das economias - evidenciada pela redução do tempo de resposta à procura final (*time to market*) e pela redução do ciclo de vida dos produtos, das tecnologias e das competências - conferiu aos consumidores um papel mais ativo e relevante e alimentou novos e múltiplos caminhos de crescimento para as atividades de serviços.

A flexibilização e customização da produção e do consumo de massa fez-se e faz-se com um novo papel dos serviços: combinando bens e serviços em produtos complexos e soluções com maior valor e integrando as atividades de produção e de consumo em cadeias de valor mais longas e complexas.

Na economia portuguesa, este processo de “servitização” constitui um processo bem mais recente e potenciado por novas formas de abertura e de internacionalização em ação, sobretudo, a partir da segunda metade da última década do século passado. É o caso do arranque do investimento direto no exterior por empresas portuguesas, o importante desenvolvimento da logística em articulação com a generalização dos novos formatos comerciais, o desenvolvimento de formas de comércio de especialização vertical na indústria e o reconhecimento internacional das vantagens comparativas de Portugal na localização de centros de serviços empresariais.

A digitalização da economia - impulsionada por tecnologias de informação e comunicação que revolucionaram dramaticamente as sociedades, as economias e os Estados, tocando todas as atividades humanas e alterando, pelas novas facilidades de comunicação sem limites territoriais, a própria consciência das realidades sociais, e dos problemas e oportunidades que lhes estão associados - veio potenciar uma nova vaga de convergência entre terciarização e “servitização” que, agora à escala do reforço da globalização económica, vai alimentando o crescimento dos serviços e questionando as fronteiras tradicionais dos setores e atividades económicas.

A terciarização e a “servitização” convergiram mais recentemente sob o impulso da concentração da população em grandes cidades. Neste quadro, a “servitização” avança rapidamente, seja ao nível da produção (pela conjugação da inovação e da diferenciação, pela mobilização acrescida do conhecimento e pela articulação com as indústrias culturais e as atividades criativas), seja ao nível do consumo (pela expansão notável dos serviços nos orçamentos familiares), seja ao nível da exportação (pelo dinamismo das viagens e turismo, pela globalização do setor financeiro e pela relevância adquirida pelos serviços de suporte à mobilidade internacional de bens, serviços, pessoas, informação e conhecimento).

Redefinir o conceito de transacionável e não transacionável

As atividades dividem-se em transacionáveis e não transacionáveis, não em função de características próprias permanentes, mas em função da sua inserção em mercados abertos e sujeitos a formas de concorrência internacional.

A conjugação dos processos de “terciarização” e de “servitização” da economia portuguesa não se limita apenas a responder à satisfação da procura interna ou a refletir a crise decorrente da expansão do setor público e da opção pelos setores não transacionáveis no plano doméstico. A conjugação dos processos de “terciarização” e de “servitização” da economia portuguesa responde, também, e cada vez mais decisivamente, ao esforço de “viragem para fora” da economia portuguesa.

A leitura ampla e transversal do funcionamento da economia portuguesa proposta neste estudo, determinando como cada ramo de atividade contribui, direta ou indiretamente, em maior ou em menor escala, para satisfazer a procura interna ou a procura externa em termos de valor acrescentado, não permite outra conclusão que não seja a de que o processo de terciarização do país comporta um caráter também largamente “transacionável” que importa reconhecer e valorizar.

A diversidade interna do conjunto das atividades de serviços não admite uma discussão genérica e dicotómica sobre o seu caráter de atividade transacionável ou de atividade não transacionável. Trata-se, como fica demonstrado de forma irrefutável neste estudo, de reconhecer que as duas dimensões estão presentes no

crescimento e alargamento da presença dos serviços na economia portuguesa e que a dimensão transacionável é relevante e cada vez mais dinâmica e expressiva.

De facto, os diversos capítulos deste estudo revelam que há uma progressiva orientação das atividades terciárias para os mercados externos (exportação direta de serviços), mas também que há um crescente consumo intermédio de serviços pelos exportadores nacionais (exportação indireta de serviços). É o caso da emergência do terciário para o sistema produtivo (*business services*), ajudando a produção e a exportação de bens a melhorar a sua competitividade e capacidade concorrencial através da incorporação do valor contido nesses serviços especializados.

Nos cerca de quarenta anos analisados no presente estudo, pode mesmo observar-se a inversão total do contributo das atividades produtoras de bens e de serviços para o aumento do valor acrescentado bruto (VAB) gerado no esforço global de exportação do país. Os serviços já respondem por mais de metade da riqueza gerada pelas empresas nacionais no esforço global de satisfação da procura externa. Isto significa que o esforço global de exportação da economia portuguesa já não tem origem maioritariamente em atividades industriais ou primárias, mas é composto sobretudo por atividades terciárias.

Este dinamismo dos serviços na internacionalização da economia portuguesa não pode ser entendido sem se valorizar o papel das viagens e turismo e sem se reconhecer que é, neste terreno, que a capacidade competitiva internacional do país conhece o seu melhor posicionamento. Os efeitos multiplicadores do turismo internacional configuram aqui uma forma particular de exportação dentro de portas – são os consumidores que se movem em direção aos produtos e não os produtos que são movidos em direção aos consumidores.

Mas esta intensificação progressiva do papel dos serviços no crescimento das exportações decorre de dois motores adicionais no plano nacional e mundial.

Principalmente, em termos da dinâmica da economia portuguesa, ele fez-se através do fortalecimento do relacionamento empresarial e do alongamento das cadeias de atividades exportadoras a múltiplas atividades de serviços que respondem a novas necessidades competitivas exigidas para concorrer nos mercados externos, designadamente ao nível do desenho inovador dos produtos, da apropriação das tecnologias, da rapidez da resposta à procura, das exigências de financiamento e da organização da gestão.

Complementarmente, em termos da dinâmica da economia mundial, ele fez-se, também pela inserção da economia portuguesa nos processos de fragmentação das cadeias de valor com a localização de centros diversificados de serviços polarizados pela satisfação de procuras internacionais utilizando as oportunidades geradas pelas tecnologias de informação e comunicação.

O protagonismo dos serviços na participação sustentável do país na globalização

O contributo das diferentes atividades económicas para a sustentabilidade de longo prazo das economias nacionais avalia-se, cada vez mais, pela sua maior ou menor capacidade de sustentar dinamismo económico, na dupla vertente de crescimento económico e de progresso humano e social e num quadro de exigências competitivas e concorrenciais que não podem deixar de obter uma determinada forma de equilíbrio nos processos da globalização.

A profunda transformação das fronteiras da geração de valor acrescentado operada nas economias globalizadas pela fragmentação e realocação territorial das cadeias de valor veio exigir um olhar aprofundado sobre o comércio internacional de bens e serviços onde, os aspetos qualitativos associados à respetiva composição e ao respetivo retorno em termos de rendimentos se revelam bem mais importantes do que os aspetos quantitativos associados aos simples fluxos brutos de comércio internacional.

Com efeito, o contributo de qualquer atividade económica para o saldo externo de uma determinada economia depende do grau de incorporação nacional das suas exportações (ou seja, do valor acrescentado direto a elas associado) e do valor acrescentado indireto incorporado nas exportações de todas as outras atividades através dos seus fornecimentos intermédios.

Neste quadro, a relevância global de qualquer atividade para a sustentação dos processos de abertura e de internacionalização de uma determinada economia surge associada à sua capacidade de otimizar o valor nos fluxos de comércio internacional, por um lado, e de difundir efeitos de arrastamento sobre as outras atividades,

para montante ou para jusante das cadeias de valor, gerando ou aproveitando oportunidades de exportação indireta.

A relação entre os fluxos brutos de exportação e os fluxos de valor acrescentado associados a essas exportações depende de múltiplos fatores, da natureza das atividades ao tipo de especialização de cada economia, da maior ou menor integração dos diferentes segmentos das cadeias de valor ao maior ou menor desenvolvimento das atividades de suporte, da dimensão e qualidade dos sistemas científicos e tecnológicos à dotação de matérias-primas.

O papel dos serviços na economia portuguesa não pode ser plenamente entendido e potenciado sem o reconhecimento da forte evidência empírica da sua função de sustentação do equilíbrio da inserção externa da economia portuguesa.

Compreender e valorizar o insubstituível papel dos serviços na viabilização de uma participação sustentável da economia portuguesa na globalização é:

- Compreender e valorizar a própria diversidade interna do setor dos serviços onde convergem atividades, tarefas, empresas, formatos organizacionais e modelos de negócio e de trabalho cada vez mais diferenciados;
- Compreender e valorizar as diferenças e complementaridades das procuras das empresas, alimentadas pela grande fragmentação mundial das cadeias de valor, e dos consumidores, alimentadas pelas novas realidades da segmentação induzidas, nomeadamente, pela pujança das classes médias nas grandes economias emergentes e pela sua crise e decomposição nas principais economias industrializadas;
- Compreender e valorizar os desafios e oportunidades colocados pela digitalização das sociedades e das economias.

Contudo, a relevância que os serviços assumem em termos de emprego e de geração de riqueza não costuma ter reflexo nas estatísticas de comércio internacional mais convencionais, onde o papel dinâmico dos serviços como mecanismo de exportação indireta e como mecanismo de substituição de importações tende a surgir necessariamente subestimado.

De facto, as estatísticas convencionadas no século XX já não são capazes de capturar o comércio internacional do século XXI, agora protagonizado por cadeias de valor globais que fragmentam as sucessivas tarefas produtivas por empresas espalhadas pelo mundo inteiro e que incorporam cada vez mais serviços nas mercadorias transacionadas.

O problema não reside nas estatísticas relativas ao comércio internacional e à balança de pagamentos. O problema reside na sua utilização sem o indispensável complemento de outras fontes estatísticas e aprofundamentos, de modo compreender a integração em profundidade do comércio, do investimento e da produção à escala internacional e transfronteiriça.

O que importa é reconhecer a necessidade de uma evolução metodológica e analítica capaz de acompanhar as próprias transformações económicas e sociais que se pretendem conhecer e compreender para poder agir com coerência e eficácia.

Desta forma, o presente estudo revela o protagonismo dos serviços na viragem para fora da economia portuguesa através de três abordagens complementares: primeiro, determina a relevância dos serviços na evolução de longo prazo dos fluxos brutos de exportação e na balança de pagamentos (capítulo III); depois investiga a incorporação de serviços no processo de produção de bens transacionáveis para determinar o contributo direto e indireto dos serviços nas exportações totais de bens e de serviços do país (capítulo IV); finalmente, determina a relevância dos serviços no esforço global de exportação da economia portuguesa a partir do valor acrescentado associado a todas as atividades que contribuem direta e indiretamente para o processo de natureza transversal que é a venda de bens e de serviços ao exterior (capítulo V).

Reconhecer 12 evidências empíricas fortes

Para potenciar o papel dos serviços nos desafios da participação da economia portuguesa na globalização

1

Os serviços são hoje responsáveis por dois terços dos empregos e por três quartos da riqueza gerada pela economia portuguesa.

Mesmo procedendo a uma separação entre um “terciário de mercado”, polarizado pelo setor privado, e um “terciário social”, polarizado pelo setor público, e retirando do setor terciário todas as atividades relacionadas com administrações públicas, educação, saúde ou apoio social, o setor terciário mais restrito daí resultante continua a responder por quase metade dos empregos (45%) e pela maioria da riqueza gerada (53%) no país (cf. *Capítulo II*).

2

O setor dos serviços já “não é o que era” tendo sofrido uma profunda recomposição interna acelerada com a adesão de Portugal à União Europeia, que se traduziu numa relevante diversificação da sua carteira de atividades no quadro mais vasto da busca de qualidade de vida pelas famílias e de competitividade pelas empresas.

O setor terciário, liderado pelo comércio, foi reunindo novos protagonistas para criar riqueza e emprego no país, em atividades tão diversas como a logística interna e externa, os serviços de I&D, científicos e técnicos, a informática, informação e comunicação, os serviços criativos, o apoio social, os serviços culturais e de lazer, e as demais atividades pessoais ou de base tecnológica que souberam densificar os serviços prestados às famílias e às empresas (cf. *Capítulo II*).

A terciarização da economia portuguesa foi impulsionada pela transição para a democracia e pela concretização da integração europeia. Por um lado, expandiram-se as funções do Estado e a oferta de bens e de serviços públicos. Por outro lado, alargou-se a base económica da sociedade de consumo pela melhoria das condições de vida e do aumento generalizado do poder de compra dos salários.

A “servitização” na economia portuguesa constitui um processo bem mais recente,

3

potenciado por novas formas de abertura e de internacionalização com destaque para o arranque do investimento direto no exterior por empresas portuguesas, o desenvolvimento da logística em articulação com a generalização dos novos formatos comerciais, o desenvolvimento de formas de comércio de especialização vertical na indústria e o reconhecimento internacional das vantagens comparativas de Portugal na localização de centros de serviços empresariais (cf. *Capítulo II*).

4

A abordagem à balança de pagamentos revela que o contributo da balança de serviços para reduzir as necessidades de financiamento do país acelera desde a viragem para o século XXI, e em particular no mais recente ciclo marcado pela eclosão da crise internacional e pelo programa de assistência económica e financeira, quando as exportações de serviços conseguem consolidar uma quota superior a 30% no total das vendas de bens e serviços do país ao exterior.

Desde 2006 que o excedente da balança de serviços consegue mesmo superar o saldo do conjunto das balanças de transferências correntes e de capital, rivalizando com as remessas dos emigrantes e os fundos estruturais oriundos da União Europeia (cf. *Capítulo III*).

5

A abordagem à balança de serviços mostra a crescente captação de rendimentos do exterior por duas vias: mais exportação de serviços portugueses para os mercados externos e maior atração de não residentes para serviços prestados em Portugal.

O desempenho da balança de viagens e turismo não reflete apenas a crescente competitividade do destino Portugal entre os turistas, contabilizando também as receitas trazidas por quem visita o país por outras razões profissionais e pessoais, desde congressos, a tratamentos de saúde ou educação (cf. *Capítulo III*).

6

A relevância económica dos serviços não costuma ter reflexo nos fluxos brutos do comércio internacional. Este desencontro não é apanágio de Portugal, mas da maioria dos países desenvolvidos. Na União Europeia ou na área do euro, os serviços são três vezes mais relevantes nas contas nacionais do que nas contas com o estrangeiro.

As estatísticas convencionadas no século XX já não são capazes de capturar o comércio internacional do século XXI, agora protagonizado por cadeias de valor globais que fragmentam as sucessivas tarefas produtivas por empresas do mundo inteiro (*"made in world"*) e que incorporam cada vez mais serviços nas próprias mercadorias transacionadas (*"servitização"*) (cf. *Capítulo III*).

7

A nova abordagem *Trade in Value Added* (TiVA) permite decompor os fluxos brutos de exportação em fluxos de valor acrescentado e determinar quanto das exportações do país é incorporação nacional ou conteúdo importado, bem como quanto das exportações nacionais são serviços incorporados nos bens exportados ou vice-versa.

Quando se passa da abordagem da balança de pagamentos (fluxos brutos de exportação) para a abordagem TiVA (fluxos de valor acrescentado), a relevância dos serviços sobe de um terço para metade de todos os bens e serviços vendidos por Portugal ao exterior. Por cada dez euros que Portugal exporta, cinco correspondem afinal ao fornecimento de serviços (cf. *Capítulo IV*).

A abordagem TiVA revela que as exportações portuguesas de serviços contêm uma maior incorporação de valor acrescentado nacional do que as exportações portuguesas de bens. Por outras palavras, é a exportar serviços que Portugal consegue reter mais riqueza dentro das suas fronteiras. As exportações portuguesas de bens também incorporam uma

8

crescente parcela de serviços, com destaque para os produtos metálicos, equipamentos de transporte, madeira e papel, alimentares ou material elétrico (cf. *Capítulo IV*).

9

Produzir não é um ato isolado de uma empresa ou de um setor considerado individualmente, mas sim um ato coletivo envolvendo redes complexas de abastecimento e distribuição, potenciadas pela especialização e colaboração ao longo das cadeias de valor.

A leitura do contributo, direto ou indireto, de cada atividade para satisfazer a procura interna ou a procura externa em termos de valor acrescentado, não permite outra conclusão que não seja a de que o processo de terciarização do país comporta um carácter também largamente “transacionável” que importa reconhecer e valorizar.

A diversidade interna do conjunto das atividades de serviços não admite uma discussão genérica e dicotómica sobre o seu carácter de atividade transacionável ou de atividade não transacionável. Trata-se de reconhecer que as duas dimensões estão presentes no crescimento e no alargamento da presença dos serviços na economia portuguesa e que a dimensão transacionável é relevante e cada vez mais dinâmica e expressiva (cf. *Capítulo V*).

10

Os serviços já respondem por mais de metade da riqueza gerada pelas empresas nacionais no esforço global de satisfação da procura externa. O esforço global de exportação da economia portuguesa já não tem origem maioritariamente em atividades industriais ou primárias, mas é composto sobretudo por atividades terciárias.

Ao longo das últimas quatro décadas, o processo de internacionalização dos serviços fez-se a uma velocidade duas vezes superior ao próprio processo de internacionalização do conjunto da economia portuguesa. A configuração das cadeias de valor em ação na economia portuguesa revela com clareza o carácter “transacionável” do processo de terciarização do país (cf. *Capítulo V*).

11

O principal contributo do setor terciário para a internacionalização da economia portuguesa veio dos serviços à produção, refletindo o crescente contributo de atividades de I&D, científicas e técnicas, de informática, financeiras, de transportes e armazenagem e das mais diversas atividades administrativas e de suporte para a riqueza gerada no esforço global de exportação da economia portuguesa, invocando a mobilização, pelas empresas exportadoras nacionais, de fatores competitivos mais avançados para inovar e diferenciar os produtos com que concorrem nos mercados internacionais (cf. *Capítulo V*).

12

As atividades de serviços no seu conjunto, o setor terciário, tornaram-se, desde a conclusão da primeira fase de integração europeia, no principal contribuinte para a viragem para fora da economia portuguesa, respondendo no período 1999-2008, que engloba, nomeadamente, a criação do euro, a entrada da China na disciplina da Organização Mundial do Comércio (OMC) e o alargamento da União Europeia aos países de baixos salários e elevadas qualificações do centro e leste europeu, por uma parte largamente maioritária do aumento da riqueza gerada no esforço global de exportação da economia portuguesa.

Considerando o valor acrescentado associado a todas as atividades que participam, direta e indiretamente, para o processo de natureza transversal que é a venda de bens e de serviços de Portugal ao exterior, é possível revelar como o crescente contributo dos serviços para o aumento do esforço global de exportação da economia portuguesa ascende, no período mais de recente de crise e ajustamento, a cerca de 70%. Em cada 100 euros de acréscimo de riqueza obtido pelas exportações, cerca de 70 euros têm afinal origem em ramos de atividade terciários (cf. *Capítulo V*).

Explicitar recomendações concretas

Para dar eficácia aos incentivos e às iniciativas de promoção do esforço exportador do país

Este estudo surge na transição para um novo ciclo de fundos estruturais que requer uma compreensão ampla e transversal da economia portuguesa.

Para promover uma articulação útil de estratégias empresariais e de políticas públicas que seja capaz de fortalecer a competitividade e a internacionalização do tecido produtivo nacional, o que importa não é isolar o contributo dos serviços para a economia portuguesa, mas revelar o contributo dos serviços no esforço das múltiplas atividades que contam no desafio exportador.

O atual desafio é menos sobre setores e mais sobre a localização nas regiões e nos países das tarefas fragmentadas que compõem as cadeias de valor que asseguram a investigação, a conceção, a produção e a distribuição de produtos capazes de se afirmar na globalização.

O imperativo é mobilizar o conhecimento para afirmação de bens e de serviços transacionáveis crescentemente sobre a forma de soluções/produtos (combinações complexas de bens e de serviços), numa lógica de promoção sustentável da competitividade e de uma especialização internacional suficientemente inteligente.

Além da crise económica e social que atravessamos em Portugal e na Europa, observa-se a transformação do paradigma económico e social prevalecente em direção a uma economia baseada no conhecimento, na cultura e na criatividade, polarizada por respostas rápidas inovadoras e diferenciadas a procura crescentemente globalizadas e segmentadas.

Este contexto tem alimentado agendas de política económica ultrapassadas e ineficazes, ainda demasiado ancoradas no estímulo a puras dinâmicas de oferta e na separação entre serviços e atividades produtoras de bens.

O reconhecimento do papel determinante dos serviços na internacionalização da economia portuguesa é uma condição indispensável para fazer evoluir as políticas de promoção da internacionalização num sentido de maior pertinência e eficácia.

Para acomodar equilibradamente os esforços diretos e indiretos de exportação, os esforços de substituição de importações e os esforços de internacionalização não centrados no estrito comércio internacional, deve ser valorizada a articulação e a colaboração ao longo de cadeias de valor mais complexas e redefinido o referencial das atividades transacionáveis.

O papel dos serviços na sustentação da inserção externa da economia portuguesa não é derivado de uma espécie de característica “congénita”. Para o dinamismo económico, empresarial e institucional de projeção internacional do país concorrem os serviços de suporte direto à internacionalização, os serviços de suporte à inovação e diferenciação da produção, os serviços de suporte direto à atratividade dos territórios onde os serviços públicos não podem ser esquecidos, os serviços associados à fragmentação das cadeias de valor globalizadas ou os serviços estruturadores do largo conglomerado das atividades turísticas.

A internacionalização dos serviços constitui um vetor incontornável na reinvenção do crescimento económico português. Pela natureza das atividades emergentes que catalisam a transformação da sua especialização interna, a internacionalização dos serviços configura processos de iniciativa e/ou reestruturação empresarial onde o conteúdo em emprego se dirige aos segmentos de maior qualificação, combinando nível de educação com especialização e formação profissional.

O real contributo das exportações para o ritmo do crescimento económico e para o nível de emprego depende não dos respetivos fluxos brutos mas dos fluxos de valor acrescentado (salários, lucros e impostos, nomeadamente) neles envolvidos em maior ou menor grau.

O equilíbrio e a qualificação da intensificação da abertura comercial e da participação mais geral na globalização devem ser prosseguidos com base em incentivos seletivos baseados, não em dicotomias setoriais apriorísticas e enganadoras, mas em indicadores objetivos de geração de valor acrescentado.

Não se trata de tomar o partido deste ou daquele setor, desta ou daquela atividade, mas de entender que o retorno do esforço de exportação de um economia depende cada vez mais da capacidade de gerar riqueza e acrescentar valor, capacidade que se expande e reforça não opondo a produção de bens à produção de serviços mas, ao contrário, articulando e integrando cada vez mais a produção de bens e serviços em cadeias de valor cada vez mais inovadoras, eficientes e diferenciadas.

A determinação do contributo dos serviços para o valor acrescentado nacional incorporado nas exportações é absolutamente crucial para entender o papel dos serviços para a competitividade do país, para o crescimento económico e para construir políticas económicas rigorosas e eficazes de estímulo a uma internacionalização sustentável geradora de empregos qualificados. Num contexto de transição para a democracia, de integração europeia, de aceleração da globalização, de modernização do funcionamento dos mercados ou de diversificação dos fatores de competitividade empresarial, as últimas quatro décadas foram palco de uma alteração radical da composição setorial do esforço global da economia portuguesa para satisfazer as procuras interna e externa em termos da origem do VAB nele incorporado.

Pela terciarização para sistema produtivo (*business services*) e pela terciarização dos modelos de consumo (*consumer services*), pela aceleração da globalização e pelo rápido desenvolvimento das cidades, os serviços assumiram uma relevância tão expressiva que importa reconhecer e potenciar.

É exportando serviços que Portugal consegue exportar mais valor acrescentado de origem nacional, isto é, consegue reter mais riqueza dentro das suas fronteiras.

Ignorar ou desvalorizar esta realidade só pode conduzir a uma perda de pertinência e de eficácia das políticas públicas de incentivo à competitividade e internacionalização do tecido empresarial. A agenda do contributo de Portugal para os objetivos da Europa 2020, plasmado no Acordo de Parceria onde se configuram os objetivos do Portugal 2020, tem como principal instrumento temático um programa operacional focalizado na competitividade e na internacionalização que se prolonga e articula com os programas operacionais regionais.

A competitividade e a internacionalização de uma economia e das empresas que nela atuam só podem ser entendidas como processos em que se cria mais riqueza, se geram mais empregos qualificados e se apropria e distribui essa riqueza de forma a melhor sustentar o nível de vida da população e a capacidade de investimento inteligente e inovador das empresas. A competitividade e a internacionalização não constituem, por isso, fins em si mesmos nem podem ser medidas por indicadores que não tenham no seu coração o processo de criação, apropriação e afetação de valor acrescentado.

Importa reconhecer o caráter transacionável de muitas atividades de serviços e, sobretudo, importa reconhecer o protagonismo dos serviços na internacionalização da economia portuguesa e no aumento generalizado da produtividade e da competitividade das empresas portuguesas através do desenvolvimento das formas de competitividade não custo, muito associadas à inovação, à diferenciação, à rapidez de resposta e à qualidade.

Esse reconhecimento dos serviços só será completo e total quando se abandonarem as visões simplistas que contemplam setores estanques (onde deviam potenciar cadeias de valor alargadas) e que se acomodam a indicadores de fluxos brutos de exportação (onde deviam utilizar indicadores de fluxos de valor incorporados nas exportações e estimular processos concorrenciais e competitivos de substituição de importações).

O reconhecimento do valor estratégico dos serviços transacionáveis também faz parte de um mesmo movimento que valoriza o papel estratégico das indústrias renovadas, mais apostadas na mobilização do conhecimento e na incorporação da cultura e da criatividade em novos produtos e soluções industriais do que na simples transformação de materiais com recurso a equipamentos mais ou menos pesados.

Libertada dos elementos de regresso ao passado de algumas formulações demasiado presas a interesses muito específicos ou excessivamente ancoradas em operações de marketing político, a ideia do renascimento industrial pode constituir a outra face dos processos de “servitização” que permitem incorporar valor nas outras atividades económicas.

O aprofundamento da “servitização” e o favorecimento do renascimento industrial constituem, na sua interpenetração, as bases para construir e consolidar estratégias de desenvolvimento empresarial suportadas por fatores competitivos mais avançados e definitivamente afastados de uma necessidade estrutural de salários baixos no contexto europeu.

O reconhecimento do papel estratégico dos serviços pelas políticas públicas requer o desenho de incentivos para que segmentos mais dinâmicos das atividades de serviços ligadas à terciarização da resposta à procura externa possam assumir o protagonismo em processos de eficiência coletiva, clusterização e desenvolvimento urbano coerente e sustentável.

Este reconhecimento é uma exigência da prossecução eficaz dos exercícios de especialização inteligente que, à escala nacional e nas escalas regionais relevantes, procuram responder aos paradoxos da inovação fundamentando mais focalizadas formas de afetação de recursos.

A sempre crescente relevância dos serviços no crescimento e no emprego

Aborda-se neste capítulo a relevância dos impactos da transformação dos modelos de produção e de consumo na aceleração da terciarização da economia portuguesa e na recomposição profunda do setor dos serviços no país, identificando as grandes tendências da evolução do contributo dos diversos serviços dirigidos às famílias e às empresas para a geração de valor acrescentado e emprego na economia portuguesa.

Os serviços na economia portuguesa

Os serviços são hoje responsáveis por dois terços dos empregos e por três quartos da riqueza criada pela economia portuguesa.

Os dados disponíveis desde 1977, ano da primeira intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), revelam a magnitude da transformação estrutural da economia portuguesa. Em termos de VAB, a quota dos serviços aumentou de 53% para 75% até 2013 (cf. *Gráfico II.1*). Em termos de empregos, a quota dos serviços aumentou de 36% para 65% até 2012 (cf. *Gráfico II.2*).

Entre os protagonistas da terciarização da economia portuguesa contam-se atividades tão diversas na prestação de serviços às famílias e às empresas, tais como comércio, alojamento e restauração, transportes e armazenagem, telecomunicações, *media*, informática e informação, financeiras, imobiliárias, científicas e técnicas, I&D, atividades de suporte, administração pública, educação, saúde, apoio social, cultura e lazer, domésticas e outras (cf. *Caixa II.2*).

Reflexo dos processos de urbanização, de modernização e de convergência com os modelos de produção e de consumo das economias mais desenvolvidas à escala mundial, este setor soube densificar a carteira de atividades que criam qualidade de vida às famílias e que apoiam a competitividade das empresas, tirando partido da utilização das tecnologias de informação e conhecimento, da expansão de serviços financeiros e logísticos avançados ou da crescente mobilização do conhecimento na generalidade das atividades produtivas.

À escala nacional, a terciarização também foi particularmente induzida pela amplificação do setor público. Mas a afirmação dos serviços não perde nitidez quando se exclui do seu universo os grandes ramos de atividade mais associados às funções coletivas do Estado.

De facto, mesmo retirando do setor terciário, por excesso¹, todas as atividades relacionadas com administrações públicas, educação, saúde ou apoio social, este “terciário de mercado” continua a responder por quase metade

1) Convém notar que os grandes ramos da saúde, da educação e do apoio social vão muito além da produção dos cuidados de saúde, educativos e à comunidade fornecidos pelo Estado Social, incluindo muitas outras atividades desempenhadas por privados e com fins lucrativos que escapam à definição mais ampla de setor público e que abarcam muitos outros serviços comercializáveis, desde escolas de condução a artes marciais, por exemplo.

dos empregos (45%) e pela maioria da riqueza gerada (53%) no país em 2011².

O confronto entre este setor “terciário de mercado” mais restrito com o setor “não terciário”³ (que inclui o que não são serviços na economia portuguesa) revela uma inversão tão profunda das funções da economia portuguesa, que nem o impulso do setor público ou das atividades de urbanização e infraestruturização do Portugal democrático e europeu consegue minimizar:

- Em termos de quotas no emprego do país, o “terciário restrito” perdia com o “não terciário” por 26%-63% em 1977, empatava a 40% em 2004 e ganhava por 45%-34% em 2011;
- Em termos de quotas no VAB do país, o “terciário restrito” disputou até 1987 a liderança em torno dos 44%, mas já ganhava ao “não terciário” por 53%-27% em 2011.

GRÁFICO II.1.

Relevância dos serviços no VAB gerado em Portugal | 1977 a 2013
eixo em milhares de milhões de euros a preços de 2005

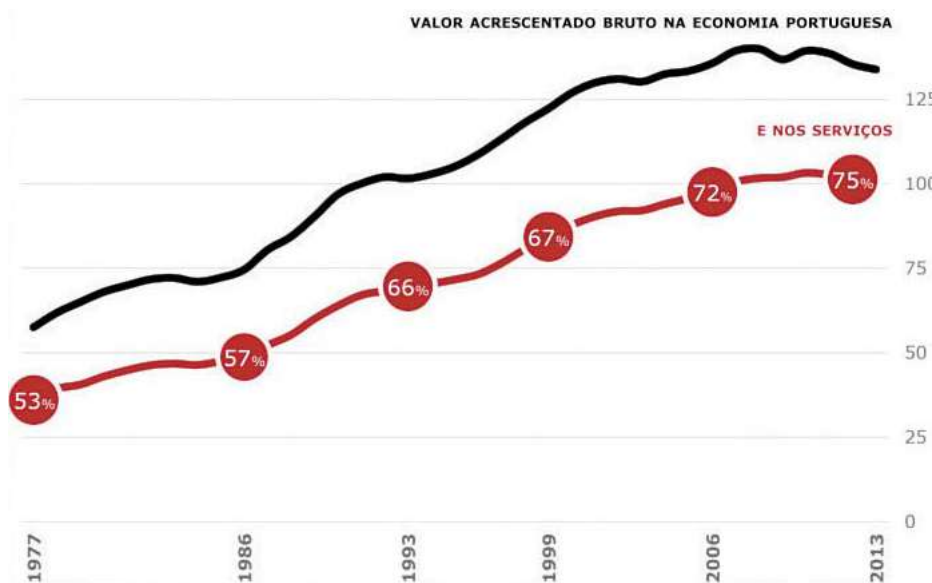
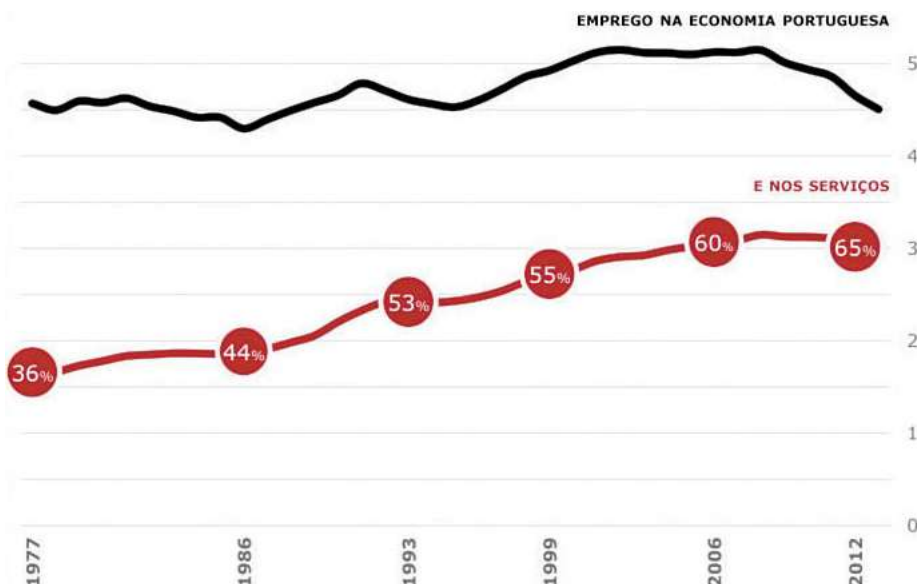


GRÁFICO II.2.

Relevância dos serviços no emprego em Portugal | 1977 a 2012
eixo em milhões de empregados



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em AMECO e INE

2) Ano mais recente para uma análise desagregada do setor dos serviços à data da presente investigação.

3) Desde agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, indústrias extrativas, indústrias transformadoras, eletricidade, gás, água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição e construção.

Outro retrato da terciarização está nos *rankings* das atividades mais geradoras de riqueza e emprego do país, que mostra como as atividades primárias e secundárias vêm perdendo posições cimeiras entre os 36 ramos da economia portuguesa considerados (cf. Gráficos II.3 e II.4).

O confronto dos *rankings* dos anos de 1986 e de 2011 revela desde logo a hegemonia do comércio como a atividade económica que dá mais VAB e emprego ao país. Além de manter a liderança histórica no *ranking* da riqueza, o comércio encabeça o *ranking* do emprego desde 1992.

A evolução do *ranking* da riqueza mostra porque o VAB vem cada vez mais dos serviços, que ocupam dez dos nove primeiros lugares desde o ano 2002 (cf. Gráfico II.3). Face ao ano de adesão à CEE, o *ranking* mais atual revela a emergência das atividades imobiliárias, que alcançaram o 2.º lugar e geram hoje quase tanta riqueza como o ramo da agricultura, silvicultura e pesca em 1986. A administração pública e as atividades financeiras também aumentaram o contributo para a geração de riqueza no país e seguraram o 3.º e o 4.º lugar do *ranking*. A educação tirou o 5.º lugar à construção. Os transportes e armazenagem recuaram para 8.º lugar enquanto as atividades de alojamento e restauração entraram no *ranking* para 7.º lugar, assumindo o papel que a indústria têxtil, do vestuário, do couro e dos produtos de couro tinha em 1986. Os serviços de saúde e científicos e técnicos alcançaram o *top* 10 após a viragem do século.

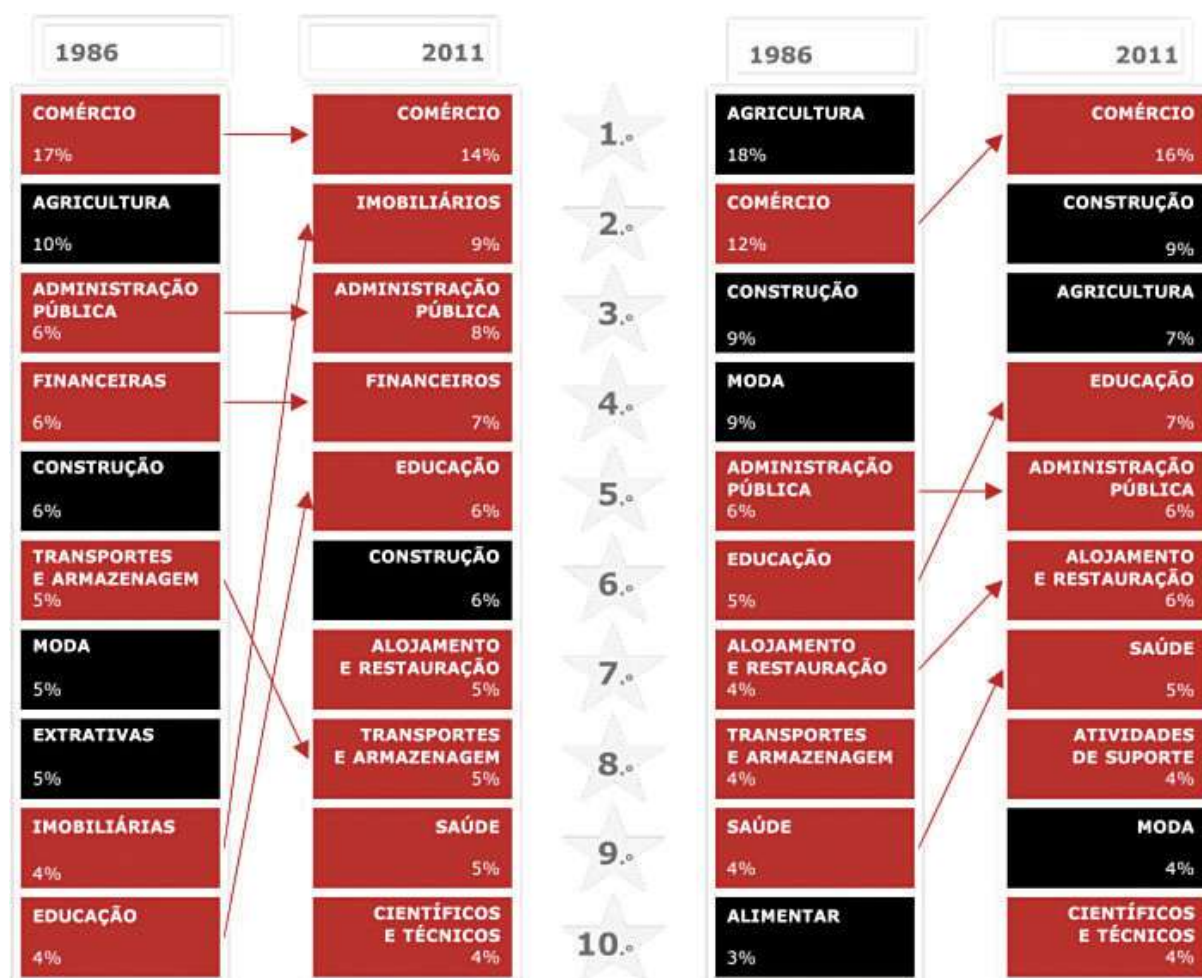
A evolução do *ranking* do emprego (cf. Gráfico II.4) afirma o comércio como maior empregador do país,

GRÁFICO II.3.
Ranking da riqueza | 1986 e 2011

posição e quota do ramo de atividade no total do VAB gerado na economia portuguesa

GRÁFICO II.4.
Ranking do emprego | 1986 e 2011

posição e quota do ramo de atividade no total do emprego gerado na economia portuguesa



Nota: Agricultura corresponde ao ramo da agricultura, silvicultura e pesca, moda ao ramo da indústria têxtil, do vestuário, do couro e dos produtos de couro, alimentar ao ramo das indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco, extrativas ao ramo das indústrias extrativas.
Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em INE e Pordata

suplantando a agricultura e a construção. Fora do pódio, é a indústria têxtil, do vestuário e do couro que vem sendo sucessivamente ultrapassada pelas atividades de educação, administração pública, alojamento e restauração, saúde e, mais recentemente, pelas atividades de suporte às empresas desde o século XXI. Até os serviços científicos e técnicos já são tão empregadores quanto a fileira da moda, quando em 1986 só tinham um décimo da sua relevância.

A magnitude da terciarização é confirmada pela ordenação dos ramos de atividade que ganharam mais protagonismo na economia portuguesa entre 1986 e 2011:

- São serviços os nove ramos de atividade que mais quota ganharam no VAB do país, a começar pelas atividades imobiliárias, com quase mais cinco pontos percentuais (*pp*). Seguem-se os serviços de alojamento e restauração, educação, saúde, administração pública, científicos e técnicos, de suporte, informática e informação e apoio social. O primeiro ramo não terciário é o da produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio, que surge em 10.º lugar;
- São serviços os 16 ramos de atividade que mais quota ganharam no emprego do país, a começar pelo comércio, com mais 4 *pp*. Seguem-se os serviços de suporte, científicos e técnicos, educação, alojamento e restauração, saúde, apoio social, outros, administração pública, informática e informação, domésticos, imobiliários, cultura e lazer, I&D, *media* e transportes e armazenagem. O primeiro ramo não terciário é o da fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados, que surge em 17.º lugar.

A diversificação dos serviços

A magnitude da transformação da economia portuguesa não se limita à afirmação dos serviços face às atividades económicas não terciárias. O próprio setor dos serviços já não é o que era, tendo observado uma profunda transformação e recomposição interna.

A diversificação do número de serviços com relevância para a economia portuguesa é revelada pelo confronto dos anos 1986 e 2011 quanto à distribuição da riqueza e do emprego dentro do setor terciário. De facto, a análise desagregada aos 18 ramos de serviços (*cf. Caixa II.2*) revela que a quota dos três principais serviços recuou de mais de metade para dois quintos do emprego e do VAB gerado pelo setor terciário, confirmando a emergência de novos protagonistas.

Confrontando a composição do setor terciário nos anos de 1986 e de 2011, podem distinguir-se três tipos de evolução (*cf. Gráficos II.5 a II.8*):

- No grupo mais dinâmico estão os oito ramos de serviços que ganharam quota no emprego e no VAB. Este grupo inclui as atividades de suporte, científicas e técnicas, imobiliárias, de informática e informação, de apoio social, de cultura e lazer, de I&D e o ramo remanescente das outras atividades de serviços. No seu conjunto, estas atividades ganharam mais de 9 *pp* de quota no VAB e de 12 *pp* de quota no emprego dentro do setor terciário entre 1986 e 2011;
- No grupo intermédio estão os seis ramos de serviços que ganharam quota no VAB mas não no emprego. Este grupo inclui as atividades de saúde, de alojamento e restauração, de educação, domésticas, de *media* e de administração pública. No seu conjunto, estas atividades ganharam mais de 7 *pp* de quota no VAB, mas perderam mais de 4 *pp* no emprego. Este recuo deveu-se sobretudo aos ramos da administração pública e da educação;
- No grupo menos dinâmico estão os quatro ramos de serviços que perderam terreno dentro do setor terciário. Este grupo inclui as atividades liderantes do comércio, financeiras e de transportes e armazenagem. No seu conjunto, estas três atividades perderam quase 17 *pp* de quota no VAB, sobretudo no comércio, e quase 8 *pp* no emprego. Este grupo também inclui as telecomunicações, que acusa recuos marginais no VAB e no emprego.

GRÁFICO II.5.
Estrutura do VAB gerado pelos serviços em Portugal | 1986
em percentagem do total dos serviços

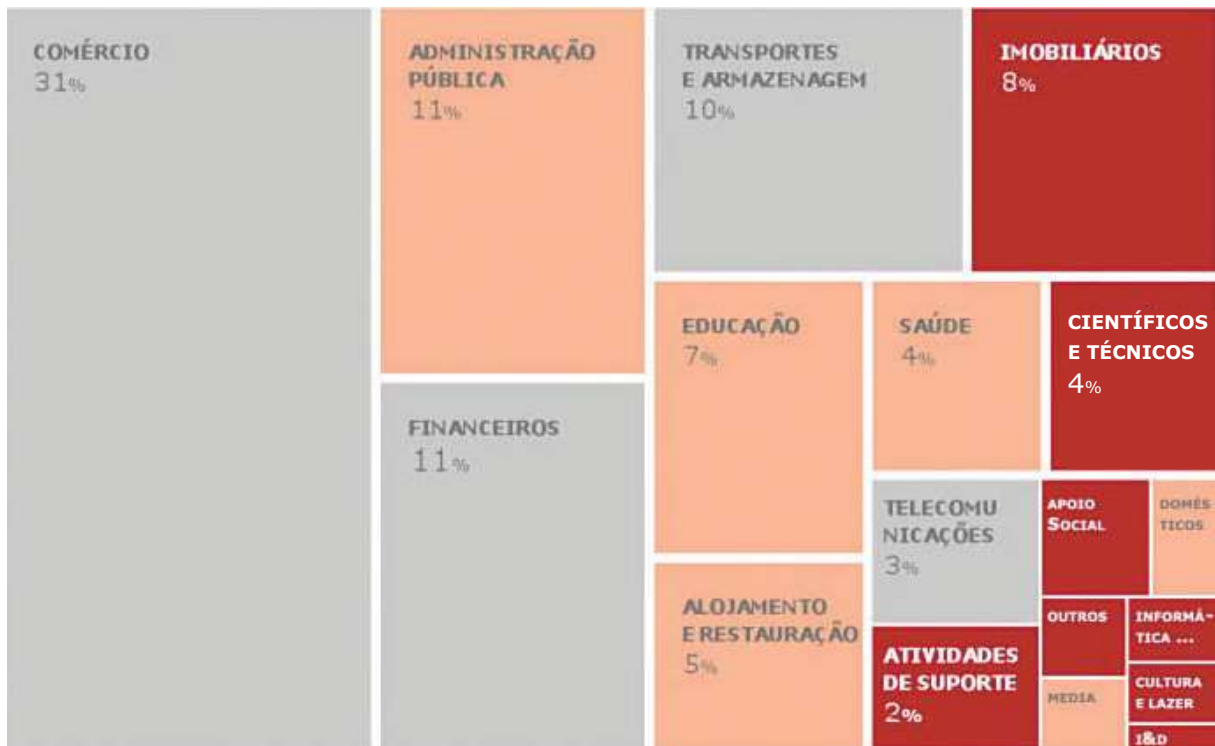
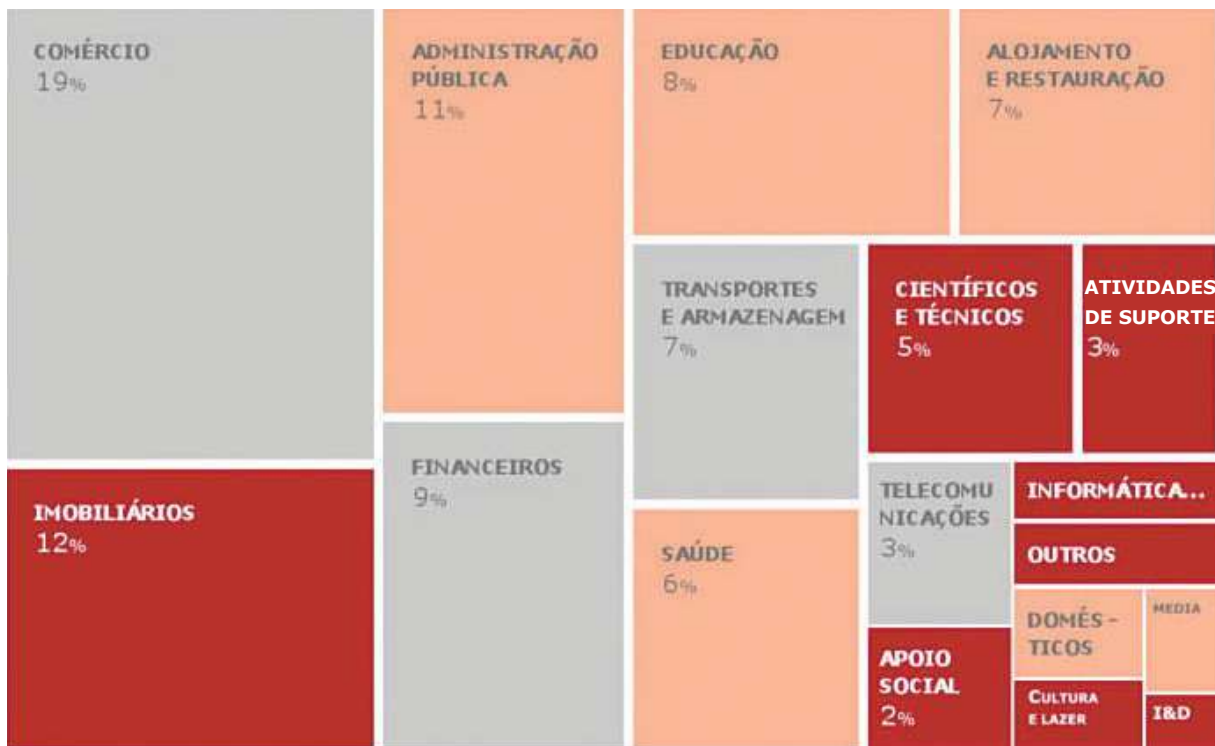


GRÁFICO II.6.
Estrutura do VAB gerado pelos serviços em Portugal | 2011
em percentagem do total dos serviços



GANHOU quota no VAB e GANHOU quota no emprego

GANHOU quota no VAB e PERDEU quota no emprego

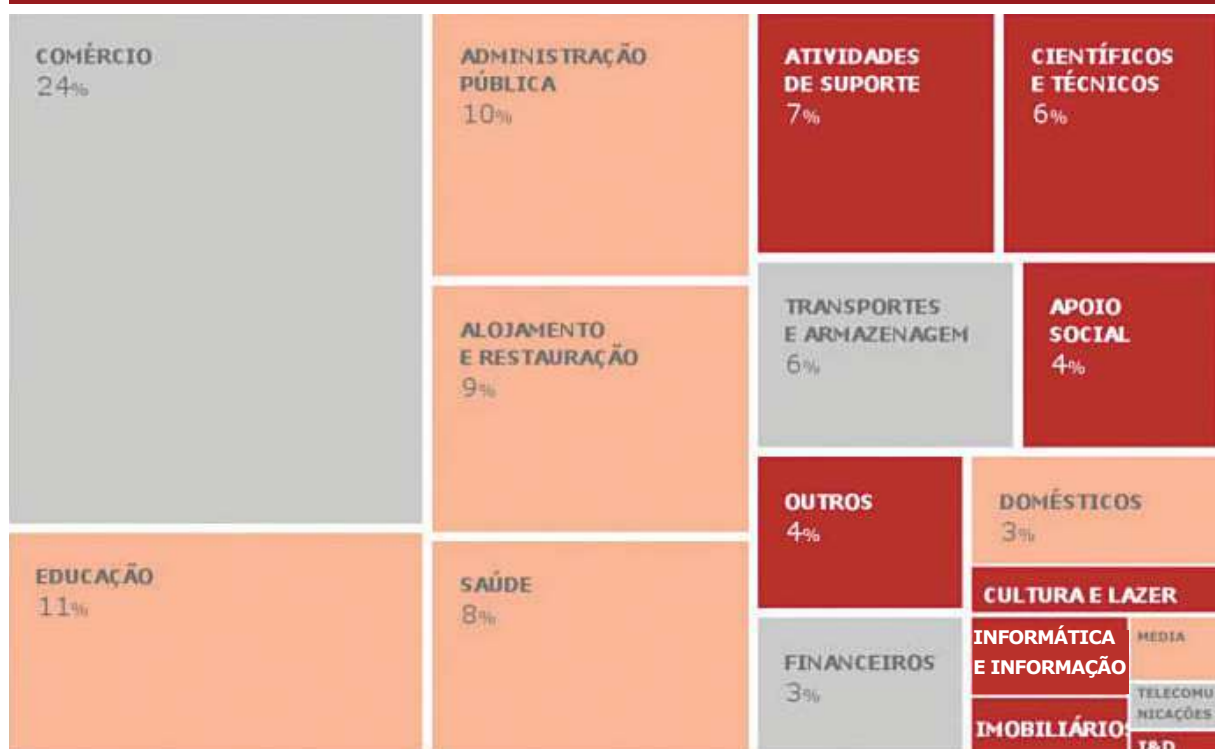
PERDEU quota no VAB e PERDEU quota no emprego

Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em INE e Pordata

GRÁFICO II.7.
Estrutura do emprego nos serviços em Portugal | 1986
em percentagem do emprego equivalente a tempo completo do total dos serviços



GRÁFICO II.8.
Estrutura do emprego nos serviços em Portugal | 2011
em percentagem do emprego equivalente a tempo completo do total dos serviços



GANHOU quota no VAB e **GANHOU** quota no emprego

GANHOU quota no VAB e **PERDEU** quota no emprego

PERDEU quota no VAB e **PERDEU** quota no emprego

Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em INE e Pordata

A emergência de novos serviços relevantes para as famílias e para as empresas pode ser segmentada em quatro etapas que marcaram a história recente da integração da economia portuguesa na União Europeia, incluindo um primeiro período marcado pelo impulso da adesão à CEE (1986 a 1993); um segundo período marcado pela abertura das fronteiras com a realização do mercado interno europeu (até 1999); um terceiro período marcado pelo euro e pela aceleração da globalização (até 2006); e o período mais recente marcado pela eclosão da crise internacional e pela entrada da chamada *troika*⁴ em Portugal (até à atualidade)⁵. Estes marcos são também coincidentes com os grandes ciclos de fundos europeus a que Portugal acedeu.

O primeiro impulso da adesão às Comunidades Europeias

Com a entrada de Portugal na CEE em 1986, a economia portuguesa ingressa num período de normalidade que contrasta com a turbulência da década anterior, palco da revolução de 1974, dos choques petrolíferos (1973 e 1979), das intervenções do FMI (1977 e 1983) e da sucessão de governos constitucionais (dez entre 1976 e 1987).

Saltos qualitativos no consumo e no investimento reconfiguraram o país. Primeiro, a democracia veio induzir a convergência com o Estado Social Europeu, expandindo equipamentos e direitos de proteção social e instituindo o salário mínimo nacional e outras normas laborais quanto a horários, férias ou subsídios que elevaram as condições de vida da generalidade das famílias portuguesas.

Depois, a adesão à CEE veio possibilitar o acesso a fundos europeus para apoiar investimentos considerados estratégicos para o desenvolvimento das regiões portuguesas. Cerca de 13 mil milhões de euros (a preços de 2011) foram colocados à disposição de Portugal no I Quadro Comunitário de Apoio (QCAI). Este foi o primeiro ciclo de financiamento negociado entre o governo português e as instâncias europeias para o período de 1989 a 1993.

Seis eixos de intervenção foram então considerados prioritários para a aplicação das verbas comunitárias: a criação de infraestruturas económicas com impacto direto sobre o crescimento económico equilibrado; o apoio ao investimento produtivo e às infraestruturas diretamente ligadas a este investimento; o desenvolvimento dos recursos humanos; a promoção da competitividade da agricultura e desenvolvimento rural; a reconversão e reestruturação industriais; e o desenvolvimento das potencialidades de crescimento das regiões e desenvolvimento local. O balanço do QCAI revela que um quarto dos fundos comunitários foi absorvido pela formação profissional, destacando-se a preponderância do programa específico de desenvolvimento da indústria portuguesa (PEDIP) entre os apoios às empresas.

Enquanto alargava a rede de serviços de índole coletiva (desde a administração pública à educação, saúde e apoio social), o país modernizava e diversificava os serviços às empresas (tais como as atividades científicas e técnicas, de suporte, I&D, informática e informação) e às famílias (desde hotéis e restaurantes às atividades de *media*, culturais, de lazer ou domésticas).

Entre 1986 e 1993, a terciarização da economia portuguesa acelerou de 57% para 66% na riqueza e de 44% para 53% no emprego, destacando-se os seguintes protagonistas:

- Na economia portuguesa como um todo, os serviços lideraram na criação de emprego e VAB. Os 15 ramos de atividade que mais quota ganharam no emprego foram todos serviços, a começar pelas atividades de comércio (1.º), científicas e técnicas (2.º) e de suporte (3.º). Os sete ramos que mais quota ganharam no VAB também foram todos serviços, a começar por imobiliários (1.º), educação (2.º) e administrações públicas (3.º);
- Dentro do setor terciário, é de assinalar a emergência da fileira dos serviços empresariais em termos de geração de riqueza, mas sobretudo na criação de postos de trabalho. De facto, entre 1986 e 1993, cinco ramos mais do que duplicaram a sua relevância no emprego terciário: i) os serviços científicos e técnicos (ramo que inclui atividades com elevado nível de especialização, tais como jurídicas, contabilidade,

4) A Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI foram as três instituições que, na sequência da ajuda externa solicitada por Portugal em Abril de 2011, negociaram com o país um programa de assistência económica e financeira a vigorar entre 2011 e 2014.

5) São apresentados dados até 2011, 2012 ou 2013, conforme os dados mais recentes disponíveis para uma análise desagregada à data da presente investigação.

consultoria, arquitetura, engenharia, publicidade ou estudos de mercado, entre outras); ii) os serviços de suporte (ramo que abarca atividades administrativas e de apoio geral às empresas, tais como serviços de aluguer e de emprego, centros de chamadas, organização de feiras, operadores turísticos, etc.); iii) os serviços de informática e de informação; iv) os serviços de I&D; e v) os serviços imobiliários.

O salto em frente na abertura das fronteiras com o mercado interno europeu

O estabelecimento do mercado interno europeu veio abolir fronteiras entre os Estados-membros e promover a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais em 1993.

Na preparação para a adesão à moeda única em 1999, os portugueses ajustaram-se a um nível mais alto de rendimento permanente e acomodaram-se a um novo regime de baixa inflação e de reduzidas taxas de juro, que viria a induzir um surto de aquisição de casa própria e de consumo de bens duradouros baseado num recurso generalizado ao endividamento.

Esta foi a década das privatizações, do investimento direto estrangeiro, da imigração mas, sobretudo, da infraestruturização. Esta foi a década do conforto, quando as famílias aceleram a compra de casa e de novos eletrodomésticos, diversificam destinos de férias e acedem a novos equipamentos e eventos culturais. Os telemóveis são dos aparelhos que mais se propagaram pela população portuguesa, que estreou o primeiro cartão pré-pago do mundo na década de 90.

Os fundos europeus que entraram no país praticamente duplicaram neste período. Cerca de 25 mil milhões de euros foram colocados à disposição de Portugal no II Quadro Comunitário de Apoio (QCAII), o segundo ciclo de financiamento negociado entre o governo português e as instâncias europeias para o período de 1994 a 1999.

Quatro eixos de intervenção foram então considerados prioritários para a aplicação das verbas comunitárias: a qualificação dos recursos humanos e o emprego; o reforço dos fatores de competitividade da economia; a promoção da qualidade de vida e da coesão social; e o fortalecimento da base económica regional. Em particular, o programa operacional para a modernização do tecido económico repartiu a maioria dos fundos entre agricultura e indústria (cerca de 40% cada), cabendo 9% ao turismo e património cultural e 7% ao comércio e serviços.

Entre 1993 e 1999, a terciarização da economia portuguesa abrandou de 66% para 67% na riqueza e de 53% para 55% no emprego, destacando-se os seguintes protagonistas:

- Na economia portuguesa como um todo, a construção impõem-se como o ramo de atividade que mais quota ganha no emprego e no VAB. Em termos de criação de emprego, a construção é imediatamente seguida pelos seis ramos terciários de alojamento e restauração (2.º), científicos e técnicos (3.º), comércio (4.º), atividades de suporte (5.º), saúde (6.º) e educação (7.º). Em termos de criação de riqueza, a construção é seguida pelo ramo industrial da fabricação de material de transporte, seguindo-se então seis ramos terciários de imobiliário (3.º), saúde (4.º), alojamento e restauração (5.º), educação (6.º), telecomunicações (7.º) e transporte e armazenagem (8.º);
- Dentro do setor terciário, é de realçar a emergência dos serviços que constituem um novo eixo estruturante do consumo e do tempo de lazer das famílias, seja pela democratização do turismo (alojamento e restauração) seja pela emergência das indústrias culturais e criativas (cultura e lazer, *media*, telecomunicações).

A aceleração da globalização e a concretização do euro na Europa

Os primeiros anos do século XXI vieram questionar o papel da economia portuguesa na Europa e no Mundo, agravando problemas e soluções:

- Por um lado, a entrada da China na OMC e o alargamento a Leste da União Europeia a novos Estados-membros mais próximos, qualificados e competitivos para fornecer o centro europeu constituíram um choque concorrencial de baixos salários sobre a produção e o emprego dos exportadores industriais portugueses;

- Por outro lado, a recuperação da competitividade-custo do país através de nova desvalorização do escudo já não era possível dentro do euro. Com a adesão à União Económica e Monetária, o mecanismo central da regulação da economia portuguesa passara da desvalorização da taxa de câmbio a ganhos de produtividade mais exigentes de alcançar.

A economia portuguesa enfrenta os desafios do abrandamento do crescimento, da aceleração do desemprego e do envelhecimento da população e mostra crescentes dificuldades em cumprir os défices orçamentais que prometera aos parceiros do euro. Ainda que a um ritmo mais brando, a concessão de crédito prossegue o crescimento, sobretudo ao trinómio da construção, imobiliário e habitação que alcança 60% do *stock* de crédito ao setor privado. Depois do impulso do imobiliário residencial da década de 90, o novo impulso surge do imobiliário comercial que acelera a construção e abertura de novos e maiores espaços comerciais nas periferias das grandes cidades.

Foi neste período que o país acedeu ao maior volume de fundos europeus. Cerca de 30 mil milhões de euros (a preços de 2011) foram colocados à disposição de Portugal no III Quadro Comunitário de Apoio (QCAIII), o terceiro ciclo de financiamento negociado entre o governo português e as instâncias europeias para o período de 2000 a 2006.

Quatro eixos de intervenção foram então considerados prioritários para a aplicação das verbas comunitárias: a elevação do nível de qualificação dos portugueses e a promoção do emprego e da coesão social; a alteração do perfil produtivo em direção às atividades do futuro; a afirmação da valia do território e da posição geoeconómica do país; a promoção do desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional. Em particular, o programa operacional de incentivos à modernização económica (PRIME) atribuiu a maioria dos fundos à indústria (43%), seguindo-se o turismo (16%), a energia (11%), o comércio (7%) e os serviços (6%)⁶.

Entre 1999 e 2006, a relevância dos serviços na economia portuguesa subiu de 67% para 72% na riqueza e de 55% para 60% no emprego, destacando-se os seguintes protagonistas:

- Na economia portuguesa como um todo, os serviços voltam a recuperar a liderança no emprego e na riqueza. Os 12 ramos de atividade que mais quota ganharam no emprego foram todos serviços, liderados pelas atividades de comércio (1.º), alojamento e restauração (2.º) e de suporte (3.º). Os seis ramos que mais quota ganharam no VAB também foram serviços, a começar pelos financeiros (1.º), de saúde (2.º) e administrações públicas (3.º);
- Dentro do setor terciário, é de realçar o novo impulso de grandes serviços que vinham perdendo terreno desde 1986, como é o caso das atividades comerciais quanto ao emprego e das atividades financeiras e de seguros quanto à geração de VAB;
- Também ganham novo dinamismo na geração de riqueza os serviços de saúde e apoio social, mas sobretudo o ramo de outras atividades de serviços, que engloba organizações económicas, profissionais, sindicais, políticas, religiosas e associações, bem como uma ampla carteira de serviços pessoais⁷.

A crise, a troika e o ajustamento

O período mais recente é marcado pela primeira crise financeira da globalização, que viu colapsar bolhas especulativas imobiliárias, esquemas de titularização da dívida *subprime* e instituições bancárias, que viu estrangularem-se os mercados inter-bancários e que viu interromper-se o regular financiamento das empresas e dos Estados mais endividados do euro. Portugal acabaria por solicitar ajuda externa, negociando com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI um programa de assistência económica e financeira a vigorar entre 2011 e 2014.

O quadro mais restritivo no acesso ao crédito bancário aumentou a relevância dos fundos europeus na concretização dos investimentos do tecido empresarial do país. Cerca de 27 mil milhões de euros foram colocados à disposição de Portugal no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), o quarto ciclo de

6) A comissão de gestão do QCAIII destacou o impacto dos fundos comunitários no desempenho das empresas do setor terciário no balanço feito ao período 2000-2006. No relatório da execução física do QCAIII, é analisada a variação do VAB nas empresas antes e depois da realização dos projetos apoiados por verbas comunitárias. Em termos setoriais, mostram que o aumento da riqueza gerada pelas empresas apoiadas foi de 148% no comércio, 104% nos transportes, 102% no turismo, 64% na construção, 59% na agricultura, 37% noutros serviços e de 35% na indústria.

7) Incluem-se aqui os serviços funerários, de reparação de computadores e outros bens e equipamentos, de limpeza a seco, salões de cabeleireiro, institutos de beleza e atividades de bem-estar como solários e massagens, tatuagens e piercings, serviços para animais de companhia, atividades de astrólogos, espiriritistas, cartomantes, engraxadores, arrumadores de viaturas, bagageiros, acompanhantes, agências de marcação de encontros matrimoniais e de pesquisa genealógica, além de máquinas de serviços pessoais acionadas com moedas (fotográficas, balanças, pressão arterial, etc.).

financiamento negociado entre o governo português e as instâncias europeias para o período de 2007 a 2013. Três eixos de intervenção foram então considerados prioritários para a aplicação das verbas comunitárias: o potencial humano, promovendo as qualificações escolares e profissionais dos portugueses, o emprego e a inclusão social; os fatores de competitividade, estimulando a qualificação do tecido produtivo por via da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do estímulo do empreendedorismo; e a valorização do território, dotando o país de melhores condições de atratividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações.

Em particular, o programa operacional temático dos fatores de competitividade (COMPETE) atribuiu cerca de metade das verbas comunitárias à indústria. No relatório de execução 2007-2012, as “atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas” surgem em segundo lugar (16% do montante), devido essencialmente ao facto dos projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT) serem classificados neste ramo de atividade. Na repartição dos apoios, seguem-se as áreas da administração pública (12%), hotéis e restaurantes (5%), atividades financeiras (5%) e ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais (5%), cabendo ao comércio por grosso e a retalho cerca de 1% dos fundos atribuídos.

Marcado pela afirmação da economia baseada no conhecimento e da sociedade da informação e pela aceleração da globalização e da fragmentação das cadeias de abastecimento a nível mundial, este período vem impulsionar os serviços de suporte à atividade empresarial (*producer services*).

Em causa está um novo eixo de reconfiguração dos serviços que explora novas formas empresariais (*outsourcing*, serviços partilhados), alarga as compras e vendas intermédias entre empresas e amplia as redes cooperativas para conceção, fabricação, montagem e distribuição dos produtos.

Neste contexto, consolida-se na economia portuguesa uma vasta e complexa fileira terciária orientada para o setor da produção, prestando toda a gama de serviços logísticos, de programação informática e de serviços de informação, de I&D, de ensaios e de análises técnicas, de arquitetura, engenharia e consultoria de gestão, de serviços de *design*, publicidade e estudos de mercado, de serviços jurídicos e contabilísticos, de serviços de aluguer e manutenção, dos centros de chamadas, de organização de feiras e congressos e outros serviços administrativos e de apoio às empresas de todos os ramos de atividade dos setores primário, secundário e terciário.

Entre 2006 e 2011, a relevância dos serviços na economia portuguesa acelera de 72% para 75% na riqueza e de 60% para 65% no emprego, destacando-se os seguintes protagonistas:

- Na economia portuguesa como um todo, os serviços mantiveram a liderança no emprego e no VAB. Os 11 ramos de atividade que mais quota ganharam no emprego foram todos serviços, liderados pela saúde (1.º), atividades de suporte (2.º) e técnicas e científicas (3.º). As atividades imobiliárias foram as que mais quota ganharam no VAB, mas o segundo lugar coube à produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio. Seguem-se então os sete ramos terciários dos transportes e armazenagem (3.º), científicos e técnicos (4.º), comércio (5.º), apoio social (6.º), informática e informação (7.º) alojamento e restauração (8.º) e atividades de suporte (9.º);
- Dentro do setor terciário, ressalta o novo impulso dos serviços orientados para as empresas, com destaque para os serviços de informática e informação, mas também para os serviços científicos e técnicos e de suporte, I&D, transportes e de armazenagem e imobiliários.

CAIXA II.1.

Sobre o quinto ciclo de financiamento europeu 2014-2020

Na sequência da crise internacional, a Comissão Europeia adotou em 2010 um plano de dez anos para saída da crise e reconfiguração do modelo de crescimento. A Europa 2020 é a estratégia da União Europeia em prol de uma economia mais inteligente, sustentável e inclusiva que passou a enquadrar as negociações das prioridades de cada Estado-membro para os fundos europeus.

Cerca de 25 mil milhões de euros estão à disposição do país no Acordo de Parceria Portugal 2020, o quinto ciclo de financiamento negociado entre o governo português e as instâncias europeias para o período de 2014 a 2020. São considerados eixos prioritários para a aplicação das verbas comunitárias: i) a competitividade e a internacionalização da economia; ii) o fomento do capital humano; iii) a inclusão social e o emprego; e iv) a sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos; além de dois domínios transversais relativos à reforma da Administração Pública e à territorialização das intervenções.

Na repartição indicativa dos fundos europeus, destinam-se 25% para reforçar a competitividade das PME e dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura; 17% para investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida; 10% para promover a inclusão social e combater a pobreza; 10% para promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral; 9% para reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; 9% para proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos; 6% para apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores; 5% para promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos; 4% para promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; 1% para melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade; cerca de 1% a reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente e cerca de 3% para a assistência técnica.

Esta repartição indicativa dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEL) por objetivo temático a nível nacional foi apresentada pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão no Documento de Estratégia Orçamental 2014-2018. São considerados como fundos europeus estruturais e de investimento (FEEL) o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca (FEAMP).

Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Documento de Estratégia Orçamental 2014-2018

Os serviços portugueses na economia europeia

Os serviços são responsáveis por mais de sete em cada dez empregos e por mais de sete em cada dez euros de riqueza gerados na União Europeia.

Os dados disponíveis para 2011⁸ revelam que a terciarização da economia portuguesa está em linha com o padrão europeu em termos de VAB (74% em Portugal contra 73% na União Europeia e na área do euro) mas fica abaixo da média em termos de postos de trabalho (64% em Portugal contra 72% na União Europeia e 74% na área do euro):

- Em termos de VAB, a relevância dos serviços no espaço europeu oscila entre o mínimo de 50% da Roménia e o máximo de 81% da Grécia e de Chipre. Portugal é o 8.º Estado-membro onde os serviços mais contribuem para a geração de riqueza, logo atrás de Luxemburgo, França, Reino Unido, Bélgica e Dinamarca e a par de Holanda e Malta;
- Em termos de emprego, a relevância dos serviços no espaço europeu oscila entre o mínimo de 41% da Roménia e o máximo de 82% do Reino Unido. Portugal é o 7.º Estado-membro onde os serviços menos contribuem para o emprego, permanecendo ao nível dos países do centro e do leste europeu, entre Bulgária, Polónia, República Checa, Eslovénia, Hungria, Estónia, Eslováquia, Lituânia ou Letónia.

A comparação da relevância que cada um dos 18 ramos de serviços assume no emprego e na geração de riqueza de cada Estado-membro permite compreender melhor como se configura especialização da economia portuguesa no contexto europeu (*cf. Gráfico II.9*):

- A relevância que o comércio assume na economia portuguesa sai realçada no confronto com os parceiros europeus. Portugal é o 5.º Estado-membro onde este ramo mais contribui para o VAB do país (depois de Polónia, Lituânia, Letónia e Eslováquia) e é o 9.º Estado-membro onde este ramo mais contribui para o emprego do país (depois de Grécia, Chipre, Lituânia, Holanda e Eslováquia, e a par de Dinamarca, Áustria, Reino Unido ou Espanha).

8) Ano mais recente para uma análise desagregada do setor dos serviços à data da presente investigação. Convém notar que os dados disponibilizados pelo Eurostat não incluem a Croácia quanto ao VAB e ao emprego nem a Suécia quanto ao emprego.

A evolução entre 2006 e 2011 revela que Portugal foi o 7.º Estado-membro onde o comércio mais aumentou a sua quota no VAB do país (depois de Luxemburgo, Espanha, Lituânia, Finlândia, Suécia e França), mas que foi o 9.º Estado-membro onde este ramo mais perdeu quota no emprego do país (depois de Malta, Letónia, Finlândia, Bélgica, Alemanha, Luxemburgo, Reino Unido e Chipre);

- Os serviços de alojamento e restauração são outra das atividades onde Portugal também surge comparativamente mais especializado face aos parceiros comunitários. É o 4.º Estado-membro onde este ramo mais contribui para o VAB do país (depois de Espanha, Grécia e Chipre) e é o 8.º Estado-membro onde este ramo mais contribui para o emprego do país (depois de Chipre, Espanha, Malta e Grécia, e a par de Irlanda, de Reino Unido e de Áustria).

A evolução entre 2006 e 2011 revela que Portugal foi o 3.º Estado-membro onde as atividades de alojamento e restauração mais aumentaram a sua quota no VAB do país (depois de Grécia e de Áustria) e que foi o 5.º Estado-membro onde este ramo mais aumentou a sua quota no emprego do país (depois de Espanha, Roménia, Eslováquia e a par de Itália e de Dinamarca).

- Os serviços domésticos são das atividades onde Portugal mais se destaca face aos parceiros comunitários, apesar da sua diminuta relevância económica. É o 3.º Estado-membro onde este ramo mais contribui para o VAB do país (depois de Chipre e de Itália) e é o 5.º Estado-membro onde este ramo mais contribui para o emprego do país (depois de Chipre, Itália, Espanha e Holanda).

A evolução entre 2006 e 2011 revela que Portugal foi também o 3.º Estado-membro onde os serviços domésticos mais expandiram a sua quota no VAB do país (depois de Chipre e de Itália, e a par de Grécia) e que foi também o 5.º Estado-membro onde este ramo mais aumentou a sua quota no emprego do país (depois de Chipre, Itália, Espanha e Grécia, e a par de Polónia e de Finlândia).

Em sentido inverso, este exercício comparativo permite também identificar as atividades terciárias onde Portugal surge menos especializado face ao padrão europeu:

- Os serviços culturais e de lazer e os *media* são das atividades onde o país mais se atrasa face aos parceiros comunitários. Portugal é o 3.º Estado-membro onde a cultura e o lazer menos contribui para o VAB (com Bélgica, Polónia e Luxemburgo) e para o emprego do país (com Roménia e Bélgica). Nos *media*, é o penúltimo Estado-membro em termos de emprego (a par de Roménia) e o 5.º a contar do fim em termos de VAB (ao nível de Luxemburgo, Lituânia, Estónia, Bulgária, Áustria ou Eslováquia).

A evolução entre 2006 e 2011 não foi suficiente para fazer convergir a relevância económica da cultura e do lazer nem dos *media* com o padrão europeu, tendo Portugal ficado a meio da tabela quanto a ganhos de quota destes ramos no emprego ou na geração de riqueza do país;

- Os serviços de transporte e de armazenagem são outra das atividades onde Portugal surge menos especializado face aos parceiros comunitários. Portugal é o Estado-membro onde este ramo menos contribui para o emprego do país e é o 18.º Estado-membro onde este ramo mais contribuiu para o VAB do país, já ao nível da média europeia.

A evolução entre 2006 e 2011 permitiu fazer convergir a relevância dos transportes e armazenagem com o padrão europeu, tendo Portugal sido o 5.º Estado-membro onde este ramo mais ganhou quota no emprego do país (depois de Letónia, Lituânia e Irlanda, e a par de Espanha) e o 7.º Estado-membro onde este ramo mais aumentou a quota no VAB do país (depois de Letónia, Lituânia, Hungria, Irlanda e Espanha, e a par de Eslovénia e de Eslováquia);

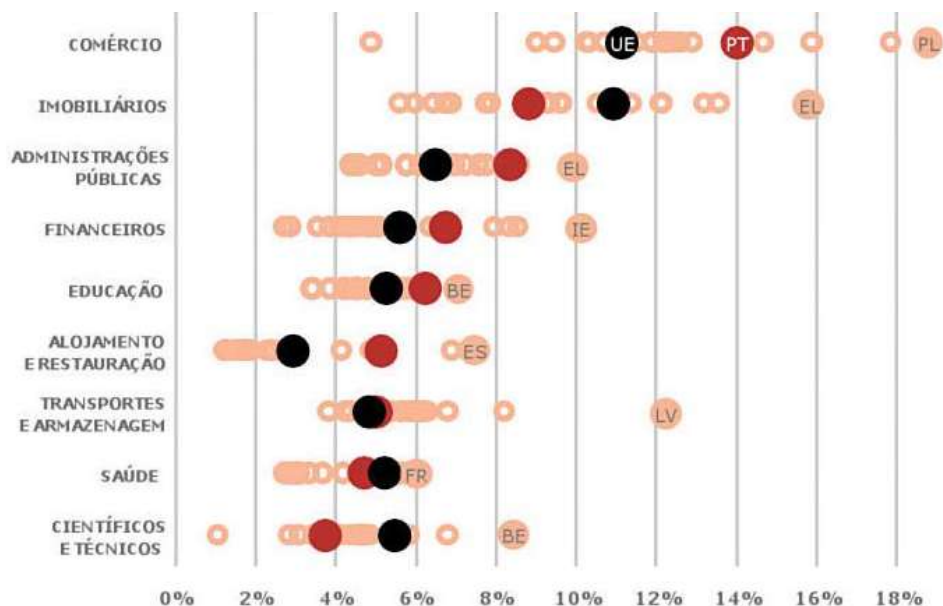
- Os serviços científicos e técnicos e de informática e informação são também atividades onde Portugal pode aumentar a relevância face aos parceiros comunitários. Portugal é o 6.º Estado-membro onde as atividades científicas e técnicas menos contribuem para o emprego e o VAB do país. Na informática e informação, Portugal é o 20.º Estado-membro quanto à relevância em postos de trabalho e o 22.º Estado-membro quanto à relevância da geração de riqueza.

A evolução entre 2006 e 2011 permitiu a ambos os ramos convergirem com o padrão europeu tanto no emprego como na riqueza gerada. Contudo, Portugal não ficou sequer entre os dez Estados-membros onde estas atividades mais se afirmaram neste período, permanecendo aquém do dinamismo de países de leste como a Bulgária ou a Estónia ou de parceiros anteriores ao alargamento como a Irlanda e o Luxemburgo;

- Os chamados serviços de suporte, onde se incluem atividades tão diversas como centros de chamadas, agências de viagem, aluguer, emprego, investigação, segurança, organização de feiras e congressos ou

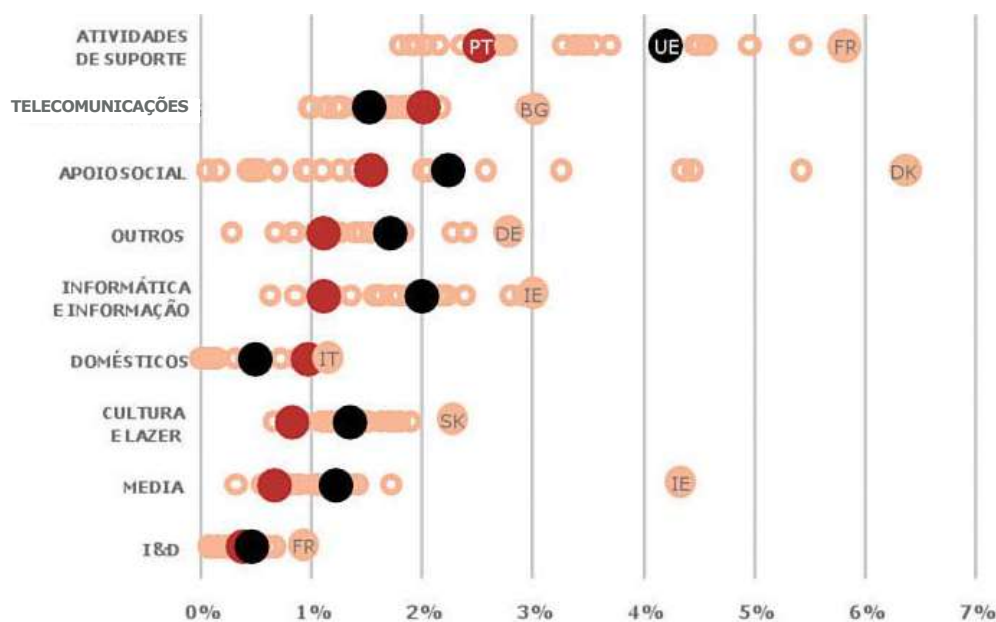
serviços administrativos e de apoio às empresas, podem constituir outra oportunidade de crescimento para Portugal. Portugal é o 19.º Estado-membro onde estas atividades mais contribuem para o VAB mas sobe para a 13.ª posição no contexto europeu quando a relevância destes serviços é medida em termos de postos de trabalho e em termos da criação de emprego no período entre 2006 e 2011.

GRÁFICO II.9.
Relevância económica dos serviços com maior peso: a posição de Portugal na UE | 2011
 em percentagem do total do valor acrescentado bruto gerado por cada Estado-membro da União Europeia



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em INE e Pordata

GRÁFICO II.9. (continuação)
Relevância económica dos serviços com menor peso: a posição de Portugal na UE | 2011
 em percentagem do total do valor acrescentado bruto gerado por cada Estado-membro



Nota: Dados não disponíveis para Croácia. O gráfico exclui Luxemburgo, Chipre e Malta cuja população não atinge um milhão de habitantes.
 Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Eurostat

CAIXA II.2.

Sobre a classificação dos serviços na abordagem à terciarização da economia portuguesa

O presente capítulo desagrega a economia portuguesa em 36 ramos de atividade diferentes, dos quais 18 são considerados serviços:

comércio	inclui atividades de comércio por grosso e a retalho e de reparação de veículos automóveis e motociclos
alojamento e restauração	inclui atividades de alojamento, restauração e similares
transportes e armazenagem	inclui atividades de transportes terrestres, por oleodutos ou gasodutos, por água, aéreos, armazenagem e atividades auxiliares dos transportes (inclui manuseamento) e atividades postais e de <i>courier</i>
telecomunicações	inclui atividades de telecomunicações por fio, sem fio, por satélite e outras
media	inclui atividades de edição, cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música e atividades de rádio e de televisão
informática e informação	inclui atividades de consultoria e programação informática e outras atividades relacionadas com as tecnologias de informação e informática e das atividades dos serviços de informação
financeiros	Conjunto das atividades de serviços financeiros, de seguros, resseguros e fundos de pensões, exceto segurança social obrigatória e de atividades auxiliares de serviços financeiros e dos seguros
imobiliários	inclui atividades relacionadas com a compra, venda e arrendamento de bens imobiliários, de mediação e avaliação imobiliária e da administração de imóveis por conta de outrem e de condomínios
científicos e técnicos	inclui atividades jurídicas e de contabilidade, de sedes sociais e de consultoria para a gestão, de arquitetura, de engenharia e técnicas afins, de ensaios e de análises técnicas, de publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião, de <i>design</i> , de fotografia, de tradução e interpretação, de outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares e de atividades veterinárias
I&D	inclui atividades de investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais, em biotecnologia e das ciências sociais e humanas
atividades de suporte	inclui atividades de aluguer e de emprego, das agências de viagem e operadores turísticos, de investigação e segurança, das relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins, dos centros de chamadas, de organização de feiras e congressos e outros serviços administrativos e de apoio às empresas
administração pública	inclui atividades de regulamentação e apoio à gestão de atividades que, pela sua natureza, não podem exercer-se numa base de mercado, nos domínios da saúde, educação, culturais e sociais, negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil, e a segurança social obrigatória
educação	inclui atividades de educação pré-escolar, de ensino básico e secundário e pós-secundário, superior e não superior, e de outras atividades educativas e serviços de apoio à educação
saúde	inclui atividades dos estabelecimentos de saúde com internamento, de prática clínica em ambulatório, de medicina dentária e de odontologia, dos laboratórios de análises clínicas, das atividades termais e de outras atividades de saúde humana
apoio social	conjunto das atividades de apoio social com e sem alojamento, incluindo estabelecimentos de cuidados continuados integrados e para pessoas com doenças de foro mental e de abuso de drogas e apoios a pessoas idosas e com deficiência e a crianças e jovens
cultura e lazer	inclui atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias, das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais, das lotarias e outros jogos de aposta e das atividades desportivas, de diversão e recreativas
domésticos	inclui atividades dos empregados domésticos, desde cozinheiros, lavadeiras, jardineiros, mordomos, motoristas, secretárias particulares, <i>baby-sitters</i> , porteiros, tutores, preceptores, guardas, pessoal de estabridaria, governantas, etc., e de atividades de produção de bens e serviços pelas famílias para uso próprio
outros	inclui atividades de serviços, desde organizações associativas, reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico, lavagem e limpeza a seco, salões de cabeleireiro, funerárias e outros serviços pessoais

Nota: O ano de 2011 é o mais recente para uma investigação desagregada do setor dos serviços à data da presente investigação. Além dos 18 ramos de serviços, a economia portuguesa abarca outros 18 ramos não terciários: 1) agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; 2) indústrias extrativas; 3) indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco; 4) indústria têxtil, do vestuário, couro e dos produtos de couro; 5) indústria da madeira, pasta, papel e cartão e seus artigos e impressão; 6) fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados; 7) fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas e artificiais; 8) fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas; 9) fabricação de artigos de borracha, de matérias plásticas e de outros produtos minerais não metálicos; 9) indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos; 10) fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicação, produtos eletrónicos e óticos; 11) fabricação de equipamento elétrico; 12) fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.; 13) fabricação de material de transporte; 14) indústrias transformadoras, n.e.; 15) reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos; 16) produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; 17) captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; 18) construção.

Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em CAE (rev. 3), INE

A intensificação do contributo dos serviços para as exportações

Aborda-se neste capítulo a relevância dos serviços na evolução de longo prazo dos fluxos brutos de exportação e na balança de pagamentos, avaliando a capacidade da oferta nacional em responder à procura das famílias e das empresas no mercado doméstico e, sobretudo, em captar receitas do exterior, seja pela exportação para os mercados externos, seja pela atração de não residentes.

Os serviços nos fluxos brutos de exportação

O processo de terciarização das economias mais desenvolvidas conduziu ao surgimento de estruturas económicas muito mais integradas e a cadeias de valor colaborativas entre empresas, muito mais densas e profundas, não apenas em termos de abastecimento e distribuição, mas também em termos de conceção, produção e customização.

As empresas geram valor e sustentam empregos segundo lógicas crescentemente coletivas onde a procura que dirigem umas às outras, a procura intermédia, vai ganhando peso e expressão qualitativa. As famílias, pelo seu lado, vão melhorando a sua qualidade de vida diversificando e sofisticando os respetivos modelos de consumo.

Estes processos, que alimentam e se alimentam da globalização, baseiam a progressiva abertura das economias. Na evolução de longo prazo da economia mundial, o ritmo de crescimento das exportações vai superando sistemática e significativamente o ritmo de crescimento económico.

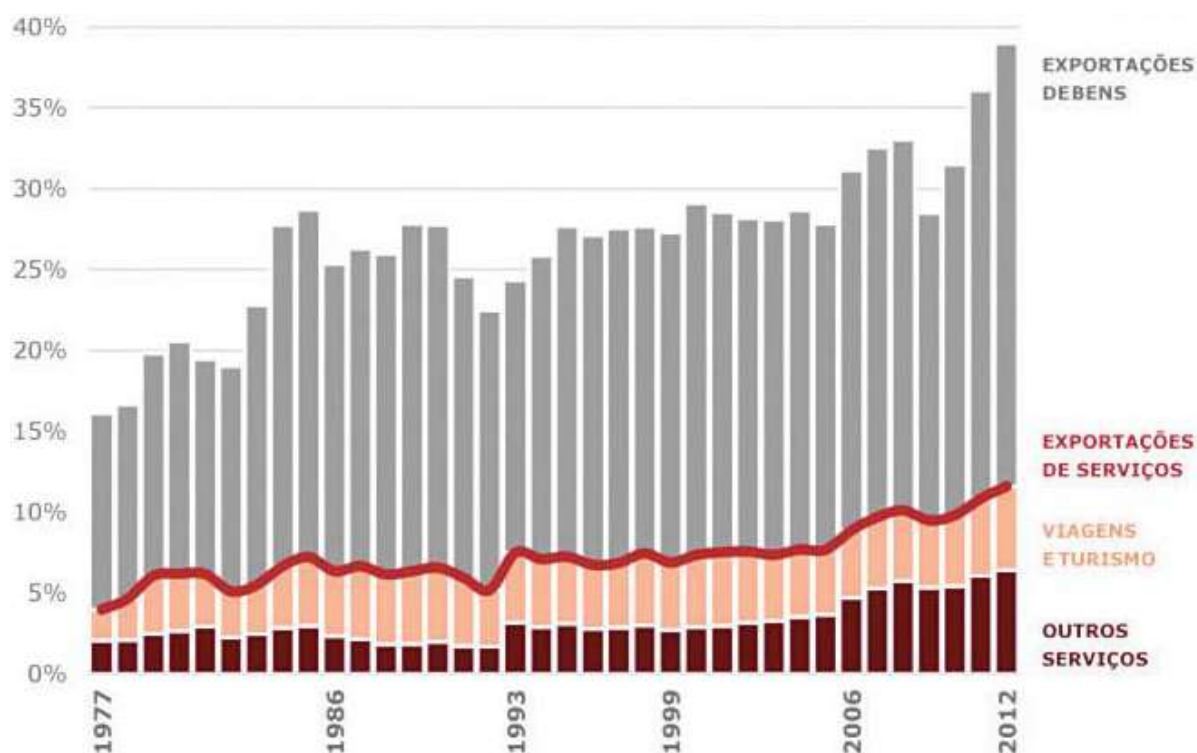
Os serviços são claros protagonistas deste fenómeno. Contudo, são muitas vezes mal percecionados porque alimentam, privilegiadamente, a exportação de bens ao nível da procura intermédia (exportação indireta) e a capacidade concorrencial de uma economia em acompanhar as radicais alterações nos modelos de consumo das famílias mitigando a respetiva propensão a importar (substituição de importações).

Nas abordagens convencionais polarizadas pelos fluxos brutos de comércio internacional, o papel dinâmico dos serviços como mecanismo de exportação indireta e como mecanismo de substituição de importações tende a surgir necessariamente subestimado.

Com efeito, a relevância que os serviços assumem em termos de emprego e de geração de riqueza não costuma ter reflexo nas estatísticas de comércio internacional.

Este desencontro não é apanágio de Portugal, mas da maioria dos países desenvolvidos como vêm alertando instituições como a OMC ou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Na União Europeia ou na área do euro, os serviços são três vezes mais relevantes nas contas nacionais do que nas contas com o estrangeiro. Não estamos, no entanto, perante nenhuma forma de injustiça ou de discriminação.

GRÁFICO III.1.
Relevância dos serviços nas exportações de bens e de serviços de Portugal | 1977 a 2012
em percentagem do PIB



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Chelem

Usar novas metodologias para medir com rigor novas realidades

O que importa, como se faz ao longo do presente estudo, é reconhecer a necessidade de uma evolução metodológica e analítica capaz de acompanhar as próprias transformações económicas e sociais que se pretendem conhecer e compreender para poder agir com coerência e eficácia.

O problema não reside nas estatísticas relativas ao comércio internacional e à balança de pagamentos. O problema reside na sua utilização sem o indispensável complemento de outras fontes estatísticas e aprofundamentos, de modo a compreender a integração em profundidade do comércio, do investimento e da produção à escala internacional e transfronteiriça.

De facto, as estatísticas convencionadas no século XX já não são capazes de capturar o comércio internacional do século XXI, agora protagonizado por cadeias de valor globais que fragmentam as sucessivas tarefas produtivas por empresas espalhadas pelo mundo inteiro (*"made in world"*) e incorporam cada vez mais serviços nas mercadorias transacionadas (*"servitização"*).

Enquanto fórum das negociações comerciais entre 160 países, a OMC sempre fez notar que as trocas de serviços assumem uma natureza mais abstrata, variada e complexa de definir e de regular do que as trocas de bens: *"O comércio internacional de mercadorias é uma ideia relativamente fácil de captar - um produto é transportado de um país para outro. O comércio de serviços apresenta uma diversidade bastante maior. As empresas de telecomunicações, os bancos, as companhias aéreas e as empresas de contabilidade prestam os seus serviços de maneiras completamente diferentes"*.

De facto, o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS em inglês) de 1994 veio convencionar quatro modos de fornecimento de serviços entre os países hoje membros da OMC:

- O modo 1, também designado de transfronteiriço, considera a prestação de serviços por um país membro com destino a qualquer outro membro. Em causa estão os serviços que atravessam as fronteiras do seu país.

Os exemplos podem incluir desde o transporte e do correio internacional à emergência da banca eletrónica e demais serviços às empresas e às famílias que tiram partido do avanço das tecnologias de comunicação para poderem ser hoje fornecidos à distância;

- O modo 2, também designado de consumo no exterior, considera a prestação de serviços no território de um país membro com destino a um consumidor de qualquer outro membro. Em causa estão os consumidores que atravessam as fronteiras do seu país. Os exemplos podem incluir quem sai do país para gozar férias, estudar ou fazer um tratamento;
- O modo 3, também designado de presença comercial, considera a prestação de serviços através da presença comercial de um membro no território de outro membro. Em causa estão os estabelecimentos que atravessam as fronteiras de um país. Os exemplos podem incluir a expansão a nível internacional das redes de hotéis, supermercados, bancos, empresas de telecomunicações e demais atividades prestadas no exterior através de filiais, sucursais e outros meios de representação;
- O modo 4, também designado de movimento temporário ou presença física de pessoas, considera a prestação de serviços por pessoas de um país membro no território de qualquer outro membro. Em causa estão pessoas que atravessam temporariamente as fronteiras do seu país. Os exemplos podem incluir todo o tipo de pessoas que se deslocam para prestar serviços no estrangeiro, desde profissionais independentes a trabalhadores para prestadores de serviços presentes no exterior.

O comércio internacional de serviços não é de fácil medição. As transações podem implicar não apenas um, mas vários modos de fornecimento de serviços, e nem todas estas modalidades são igualmente capturadas pelas estatísticas.

A limitação de base reside na impossibilidade de harmonizar um sistema de recolha de informação estatística aproveitando os atos administrativos inerentes aos procedimentos alfandegários para evitar a dispersão de fontes, inquéritos e metodologias de estimação. *“Ao contrário do comércio de bens, não há uma embalagem a atravessar o controlo aduaneiro com um código internacionalmente reconhecido que classifica a mercadoria, uma descrição do conteúdo, informação sobre a quantidade, a origem e o destino, e uma fatura”* alerta a *task-force* das Nações Unidas, OCDE, OMC, FMI, Eurostat, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Cnuced) e Organização Mundial do Turismo (OMT) para o desenvolvimento das estatísticas do comércio internacional de serviços.

A balança de pagamentos é a ferramenta estatística que regista as transações económicas e financeiras que ocorrem entre o país e o exterior, envolvendo bens, serviços, rendimentos, transferências sem contrapartidas e disponibilidades ou responsabilidades financeiras. Convém notar que esta ferramenta estatística não tem em conta a nacionalidade mas a residência dos agentes económicos. As transações compiladas nas estatísticas da balança de pagamentos pelo Banco de Portugal⁹ não são as que ocorrem entre portugueses e estrangeiros mas as que ocorrem entre residentes e não residentes em Portugal (*cf. Caixa III.1*).

Deste modo, as trocas efetuadas com um estrangeiro que resida em Portugal há mais de um ano são excluídas. Quanto às empresas, também não é a sede que conta. Podem ser consideradas residentes as filiais estrangeiras que se instalam em Portugal e não residentes as filiais portuguesas que se instalam no estrangeiro.

Difíceis de rastrear são sobretudo os fluxos que resultam da presença comercial noutra país¹⁰, dos movimentos de deslocalização e de outsourcing de funções a nível internacional, do comércio eletrónico ou da atração de cidadãos estrangeiros que entretanto viram o seu estatuto alterado de não residente para residente, por exemplo. As ferramentas estatísticas disponíveis não se limitam a subestimar a relevância que os quatro modos de fornecimento de serviços convencionados no âmbito da OMC têm no comércio internacional.

Por revelar fica um quinto modo de fornecimento de serviços que está a ganhar crescente destaque na literatura de vanguarda sobre o comércio internacional. Em causa está a crescente parcela de serviços que é incorporada nas mercadorias exportadas e que revela um modo de fornecer indiretamente serviços ao exterior.

⁹) A comunicação ao Banco de Portugal de operações com o exterior é obrigatória para todas as pessoas coletivas residentes em Portugal, ou que nele exerçam a sua atividade, que efetuem operações económicas ou financeiras com o exterior ou que realizem operações cambiais, num total anual igual ou superior a 100 000 euros. Os empresários em nome individual (ENI) enquadram-se no conceito de pessoa singular e estão isentos deste reporte (Instrução n.º 3/2013).

¹⁰) Associadas aos movimentos de investimento direto estrangeiro o desenvolvimento de estatísticas das filiais das empresas estrangeiras (FATS) permite capturar informação sobre a atividade de empresas com 50% ou mais do seu capital social detido por empresas estrangeiras.

Os produtos que são hoje alvo de comércio internacional já não podem ser simplesmente classificados ou como bens ou como serviços. São soluções/combinções complexas de bens e de serviços que se encadeiam através de múltiplas e finas tarefas de conceção, produção e distribuição oriundas de múltiplos países. Na verdade, há serviços incorporados nos bens exportados e bens incorporados nos serviços exportados.

As estatísticas convencionais tendem assim a sobrestimar os bens transacionados e a subestimar os serviços transacionados ao medir o comércio internacional em fluxos brutos:

- Por um lado, os fluxos brutos de exportação não dizem quanto do valor exportado corresponde afinal a fornecimentos importados;
- Por outro lado, os fluxos brutos de exportação não dizem quanto do valor exportado corresponde afinal a fornecimentos de serviços, impossibilitando a medição da crescente parcela de serviços que indiretamente é incorporada nas mercadorias transacionadas a nível mundial.

O capítulo IV procura ultrapassar estes constrangimentos metodológicos, utilizando ferramentas estatísticas de vanguarda que decompõem os fluxos brutos de exportação em fluxos de valor acrescentado para avaliar o contributo direto e indireto dos serviços nacionais nas exportações portuguesas.

Neste contexto, o presente capítulo justifica uma primeira leitura do contributo dos serviços para as contas externas do país à luz da evolução de longo prazo¹¹ que só as convencionais ferramentas estatísticas de comércio internacional podem oferecer.

11) Convém notar que o desenvolvimento do presente estudo coincidiu com um relevante período de transição das estatísticas a nível nacional e internacional, resultante de revisões dos manuais metodológicos internacionais como é o caso do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na União Europeia (SEC 2010) e o Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional (BPM6), dificultando o equilíbrio entre a atualidade e a comparabilidade das séries estatísticas aqui em causa.

CAIXA III.1

Residentes e não residentes na balança de pagamentos

O que distingue um residente de um não residente nas estatísticas da balança de pagamentos não é um critério jurídico como a nacionalidade de uma pessoa ou a sede de uma empresa nem um critério geográfico como as fronteiras do país. O critério é de natureza económica: é-se residente no território económico onde se possui o centro de interesse económico. Este é o local da residência principal da família ou do estabelecimento onde se desenvolve a atividade da empresa. A residência é tida como habitual após um ano.

No caso português, este critério económico trata como não residentes, por exemplo, as sucursais e filiais de empresas portuguesas localizadas no estrangeiro, assim como as organizações internacionais, as embaixadas, a base militar das Lajes e outros enclaves territoriais localizados dentro do país. Inversamente, as sucursais de multinacionais que se instalam em Portugal podem ser consideradas residentes de acordo com a divisão prevista no regime jurídico das operações económicas e financeiras com o exterior:

Residentes

- 1) As pessoas singulares com residência habitual em Portugal, incluindo as que se desloquem ao estrangeiro por motivos de estudo ou de saúde, independentemente da duração da estada;
- 2) As pessoas singulares com residência habitual em Portugal relativamente à atividade desenvolvida em território estrangeiro de modo não ocasional, nomeadamente trabalhadores de fronteira ou sazonais e tripulantes de navios, aviões ou outros equipamentos móveis a operar total ou parcialmente no estrangeiro;
- 3) As pessoas singulares com residência habitual em Portugal contratadas por embaixadas, consulados e estabelecimentos militares estrangeiros situados em território nacional, assim como por organizações internacionais com representação em Portugal;
- 4) O pessoal diplomático e militar nacional a trabalhar nas representações diplomáticas e consulares do Estado Português e nos estabelecimentos militares portugueses situados no estrangeiro, assim como as pessoas singulares nacionais que prestem funções ou comissões de caráter público ao serviço do Estado Português no estrangeiro;
- 5) As pessoas coletivas de direito privado com sede em Portugal e as pessoas coletivas de direito privado com sede no estrangeiro que aqui possuam edifícios ou terrenos por um período de tempo não inferior a um ano, relativamente às transações sobre os mesmos;
- 6) As sucursais, agências ou quaisquer outras formas de representação estável em território nacional de pessoas coletivas de direito privado ou de outras entidades com sede no estrangeiro;
- 7) As pessoas coletivas portuguesas de direito público, os fundos públicos dotados de autonomia administrativa e financeira, bem como as representações diplomáticas e consulares do Estado Português, os estabelecimentos militares e outras infraestruturas portuguesas situadas no estrangeiro.

Não residentes

- 1) As pessoas singulares com residência habitual em Portugal que se desloquem ao estrangeiro para desenvolver atividades de modo não ocasional e aí permaneçam por um período de tempo superior a 12 meses consecutivos;
- 2) O pessoal diplomático e militar estrangeiro a trabalhar nas representações diplomáticas e consulares estrangeiras e nos estabelecimentos militares estrangeiros situados em território nacional, assim como as pessoas singulares estrangeiras que prestem funções ou comissões de caráter público ao serviço do Estado estrangeiro em território nacional;
- 3) As pessoas coletivas de direito privado com sede em Portugal, mas que desenvolvam a sua principal atividade no estrangeiro, relativamente à atividade exercida fora do território nacional;
- 4) As sucursais, agências ou quaisquer outras formas de representação estável em território estrangeiro de pessoas coletivas de direito privado com sede em Portugal ou de outras entidades residentes;
- 5) As organizações internacionais com sede ou representações em Portugal;
- 6) Outras pessoas singulares ou coletivas que se encontrem em situações não abrangidas no número anterior.

A residência é presumida habitual decorrido que seja um ano sobre o seu início, sem prejuízo da possibilidade de prova dessa habitualidade em momento anterior ao decurso daquele período de tempo. Em caso de alteração das qualidades de residente ou de não residente, os bens e direitos anteriormente adquiridos pela pessoa singular ou coletiva ou pela entidade em causa acompanham o seu novo estatuto.

Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Banco de Portugal e DL n.º 295/2003 de 21 de Novembro

O papel da balança de serviços na sustentação da inserção externa da economia portuguesa

A balança de serviços regista as transações de serviços que ocorrem entre residentes e não residentes no âmbito da balança de pagamentos.

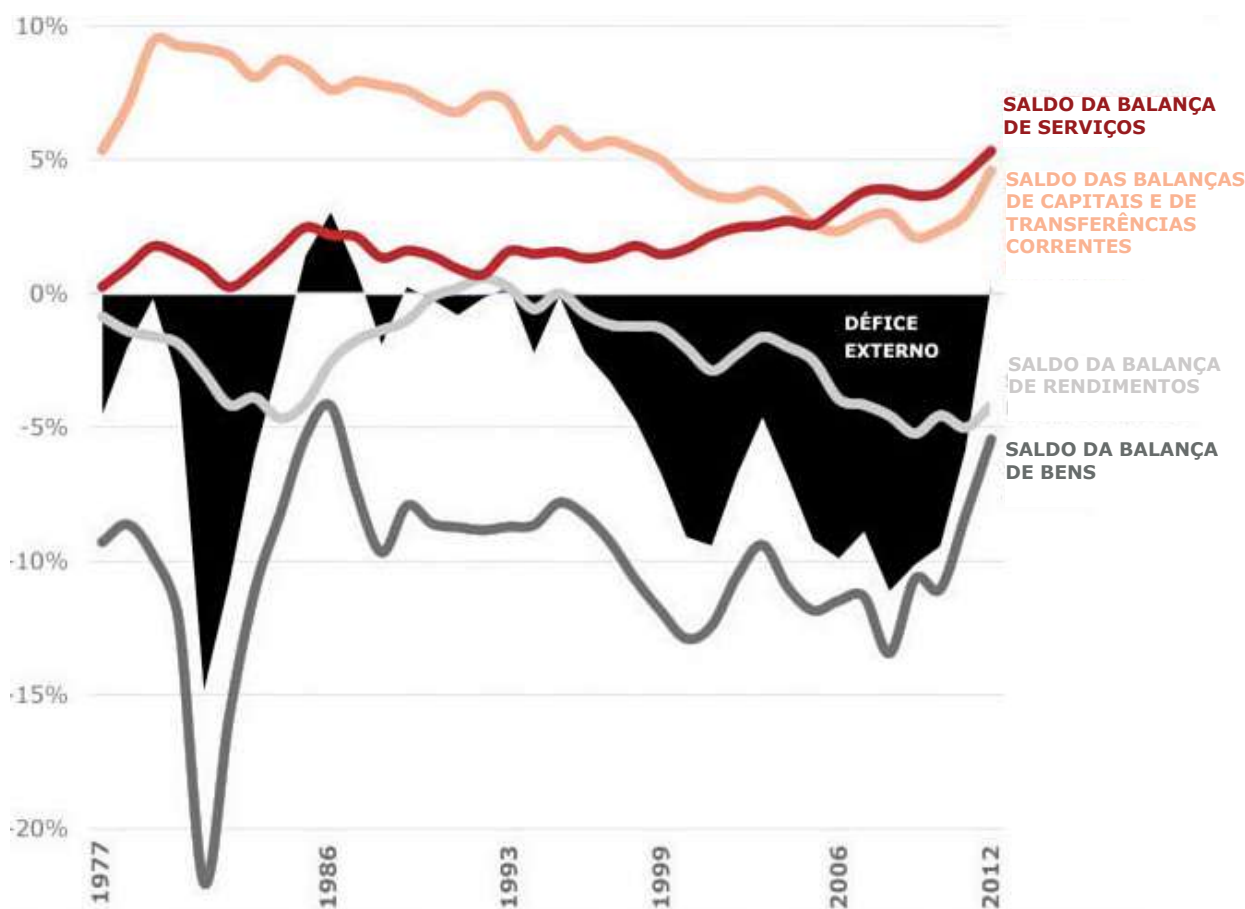
Da balança de serviços constam atividades tão diversas como viagens e turismo, construção, serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa, operações governamentais, além dos designados¹² “serviços de indústrias de rede” como transportes, comunicações, seguros e financeiros, “serviços de base tecnológica” como I&D, direitos de utilização, informática, arquitetura, engenharia, consultadoria técnica, agrícolas, mineiros e industriais ou de “outros serviços fornecidos por empresas” como intermediação comercial, aluguer sem tripulação, jurídicos, contabilísticos, de consultadoria em gestão, de relações públicas, publicidade, estudos de mercados e de opinião pública, de informação, entre empresas afiliadas e outros serviços.

A evolução de longo prazo da balança de serviços no contexto da balança de pagamentos permite revelar o crescente contributo destas atividades para as contas externas do país entre 1977 e 2012 (cf. *Gráficos III.1 e III.2*):

- Os recebimentos do exterior excedem sistematicamente os pagamentos ao exterior e este saldo é cada vez mais relevante para reduzir as necessidades de financiamento do país. O excedente da balança de serviços foi multiplicado por mais de 20 vezes, subindo de mínimos na casa dos 0,2% do PIB em 1977 e 1982 para o máximo na casa dos 5% do PIB em 2012;
- O contributo positivo da balança de serviços acelerou com a viragem para o século XXI, em particular no ciclo mais recente marcado pela eclosão da crise internacional e pelo programa de assistência económica e financeira, quando as exportações de serviços atingem uma quota superior a 30% no total das vendas ao exterior de bens e serviços;
- Desde 2006 que o excedente da balança de serviços consegue superar o saldo do conjunto das balanças de transferências correntes e de capital, onde se incluem as remessas dos emigrantes e os fundos estruturais

12) Esta agregação é proposta no estudo promovido pela CCP e coordenado por José Manuel Félix Ribeiro (2012) sobre “O sector dos serviços e a competitividade da economia”. De acordo com a 5.ª edição do Manual da Balança de Pagamentos do FMI.

GRÁFICO III.2
Relevância dos serviços na balança de pagamentos de Portugal | 1977 a 2012
 em percentagem do PIB



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Chelem

oriundos da União Europeia;

- Desde meados da década de 90 que o excedente da balança de serviços vem atenuando o crescente desequilíbrio da balança de rendimentos, onde se incluem os crescentes montantes que Portugal paga em juros de empréstimos e lucros e dividendos a investidores estrangeiros;
- Já em 2013, o excedente da balança de serviços contribuiu para alcançar um inédito excedente na balança comercial do país, ao anular o crónico défice da balança de bens que é empolado por importações de mercadorias tais como petróleo, máquinas e aparelhos ou alimentares.

A balança de serviços corresponde, na sua diversidade interna, a uma resultante complexa de movimentos da projeção externa e da atração interna de empresas e de pessoas que importa compreender e situar numa lógica mais completa do que a fornecida por simples movimentos de importação e exportação.

A globalização desafia os contornos da territorialização das atividades económicas sejam as mais associadas aos bens, sejam as mais associadas aos serviços, na medida em que quer a interpenetração da eficiência individual e coletiva, quer a interpenetração de bens e de serviços na configuração de produtos e soluções mais complexos, vieram trazer à dimensão da atividade dos territórios um novo papel na mobilidade de pessoas e capitais.

Um aprofundamento da análise da evolução da balança de serviços permite distinguir os dois tipos de movimentos que podem fazer um país captar recebimentos do resto do mundo nesta nova lógica onde competitividade e atratividade se alimentam mutuamente:

- No sentido de dentro para fora, incluem-se os serviços ou prestadores de serviços residentes que se deslocam em direção aos não residentes.

Na “balança de serviços excluindo viagens e turismo” atravessam as fronteiras os transportes e os correios internacionais, além das mais diversas atividades prestadas à distância de um dos múltiplos serviços de telecomunicações de acesso generalizado, do telefone móvel ao correio eletrónico, como é o caso do livro ou da planta de arquitetura que é descarregada online, ou do especialista que se desloca expressamente para acompanhar um cliente no exterior, entre muitos outros exemplos;

- No sentido de fora para dentro, incluem-se os não residentes que são atraídos em direção aos próprios serviços.

Na “balança de viagens e turismo” atravessam as fronteiras os próprios clientes para consumo no exterior das experiências e dos produtos onde a base territorial que lhes dá vida não pode ser deslocalizada para o seu país de residência, como passar férias naquele hotel específico, concretizar uma fuga naquela cidade vibrante ou assistir àquele evento ou exposição imperdíveis ou inadiáveis, entre muitos outros motivos.

Ao nível dos serviços, estes movimentos configuram uma complexa articulação entre os efeitos de arrastamento a montante e a jusante ao longo das cadeias de valor ou, noutros termos e noutro referencial, uma maior interpenetração entre atividades ditas transacionáveis e atividades ditas não transacionáveis.

O contributo relevante dos serviços para a sustentação da inserção externa da economia portuguesa tem sido dinâmico, alimentando-se das transformações concorrenciais induzidas pela resposta às oportunidades, desafios e custos da globalização. A evolução de longo prazo da “balança de serviços excluindo viagens e turismo” contará uma história diversa da “balança de viagens e turismo”, embora partilhem um cenário comum.

Mutações tão complexas e estruturais como a liberdade de circulação de pessoas, bens, serviços e capitais que aprofundou a integração de Portugal no mercado interno europeu desde 1993, os movimentos nos câmbios, preços e juros que prepararam o país para a adesão ao euro ou os processos de terciarização da produção e do consumo tiveram um impacto cruzado nos créditos e nos débitos de ambas as balanças.

Muitas atividades aproveitaram a oportunidade para passar a vender para o mercado externo enquanto outras atividades, até então protegidas, passaram a enfrentar a concorrência estrangeira no mercado interno.

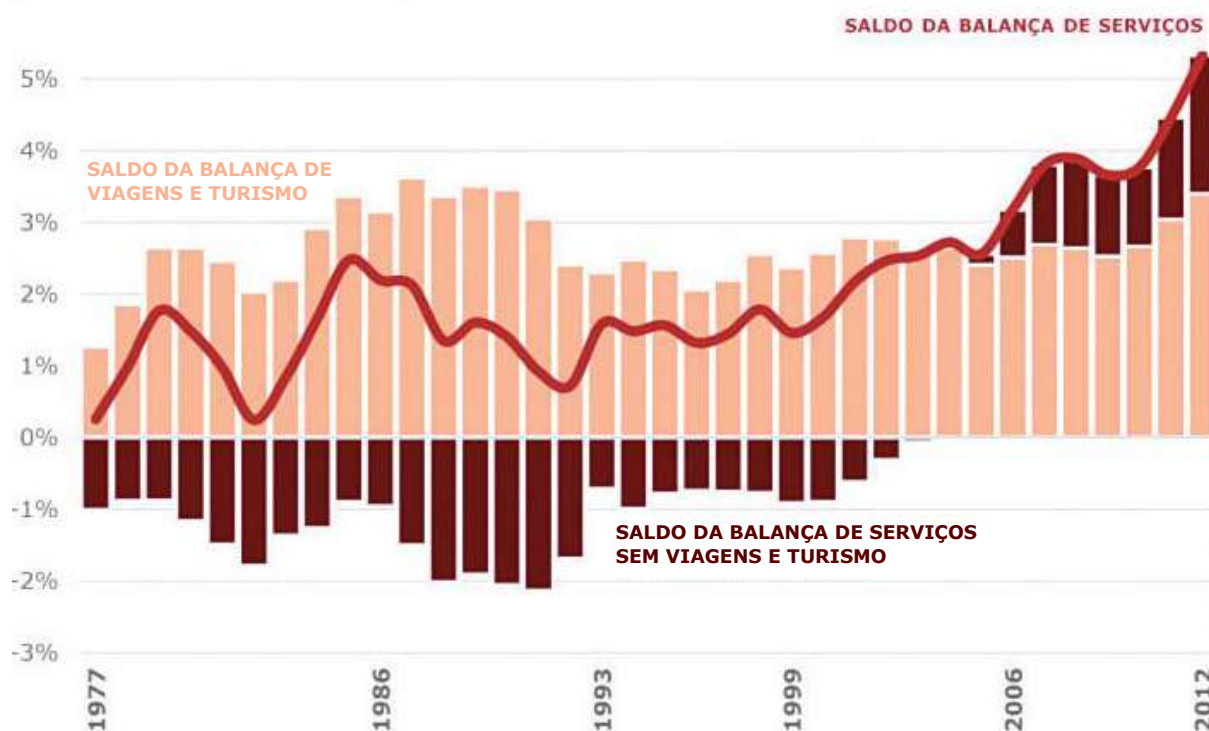
Ambas evoluíram para o campo das atividades transacionáveis, expostas à concorrência internacional, mobilizadoras de conhecimentos e tecnologias disponíveis globalmente e polarizadas por procuras que se exprimem de forma convergente à escala mundial ou, pelo menos, supranacional.

O papel dos serviços na sustentação da inserção externa da economia portuguesa não é derivado de uma espécie de característica “congénita”. Para o dinamismo económico, empresarial e institucional de projeção internacional do país concorrem os serviços de suporte direto à internacionalização, os serviços de suporte à inovação e diferenciação da produção, os serviços de suporte direto à atratividade dos territórios onde os serviços públicos não podem ser esquecidos, os serviços associados à fragmentação das cadeias de valor globalizadas ou os serviços estruturadores do largo conglomerado das atividades turísticas.

A evolução de longo prazo da “balança de serviços excluindo viagens e turismo” revela uma total inversão do impacto destas atividades nas contas externas do país (cf. *Gráficos III.1 e III.3*):

- A “balança de serviços excluindo viagens e turismo” chegou a atingir um défice de 2% do PIB após a adesão à CEE, mas o desequilíbrio foi reduzido com o estabelecimento do mercado interno europeu em 1993. A partir de 2004, as exportações ultrapassaram as importações e este excedente amplia-se ano após ano;
- O excedente da “balança de serviços excluindo viagens e turismo” tem batido sucessivos máximos no mais recente ciclo da economia portuguesa, atingindo 1,9% do PIB em 2012. Em causa não está uma diminuição das importações, mas um ganho de quota dos serviços portugueses a nível europeu e mundial desde a viragem do século que duplicou as exportações de 3% para 6% do PIB no espaço de uma década;
- No contexto europeu, os dados disponíveis para a UE15 revelam Portugal como o terceiro Estado-membro que mais expandiu o contributo positivo desta balança para as contas externas do país, depois do Luxemburgo, do Reino Unido e à frente da Suécia;
- De facto, o ritmo de crescimento que estas exportações portuguesas registam desde 1999 só foi acompanhado pela Dinamarca e superado pela Irlanda e pelo Luxemburgo. No ciclo 1986/1993, Portugal era o Estado-membro onde estas exportações tinham menos relevância económica, mas no ciclo mais recente já ultrapassa Itália, França e Espanha.

GRÁFICO III.3
Composição da balança de serviços de Portugal | 1977 a 2012
em percentagem do PIB



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Chelem

A evolução de longo prazo da “balança de viagens e turismo” revela outra constância nas contas externas do país (cf. Gráficos III.1 e III.3):

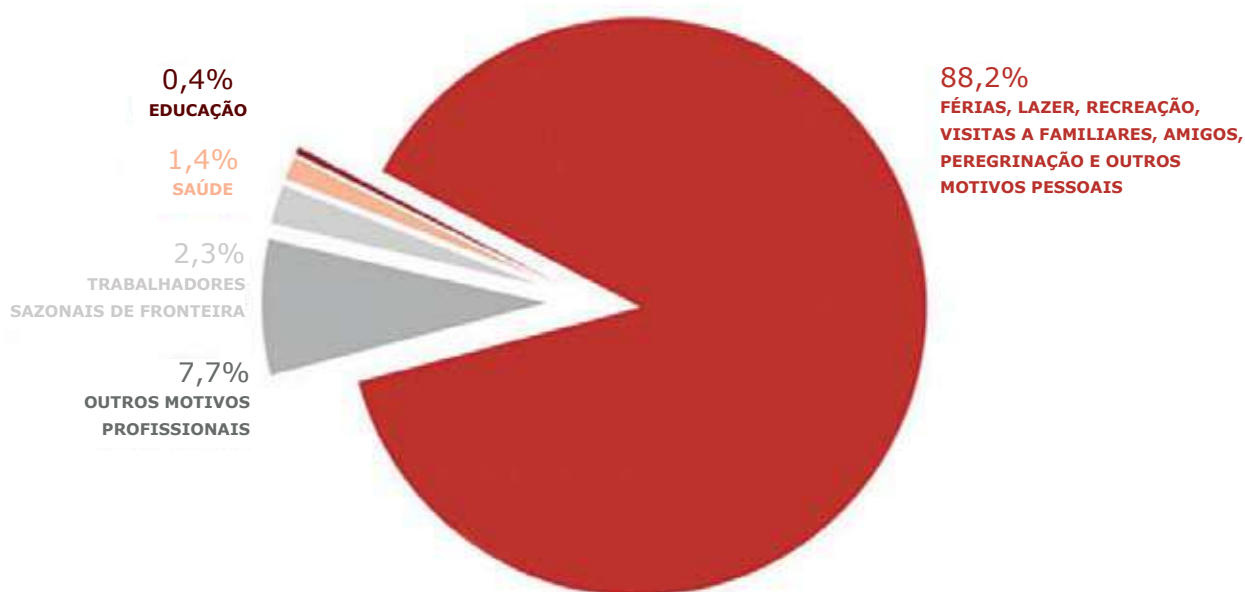
- Este é um dos saldos tradicionalmente relevantes para atenuar o défice externo do país, com os gastos que os não residentes fazem a viajar por Portugal (recebimentos) a superarem sempre em 2% a 3% do PIB os gastos que os portugueses fazem nas viagens ao estrangeiro (pagamentos);
- A evolução desta balança é marcada pela democratização das viagens das famílias portuguesas ao exterior na década de 90 e pela maior atração de estrangeiros em anos recentes. No ciclo entre 1986 e 1993, os recebimentos atingiam os 4% do PIB e os pagamentos limitavam-se a 1% do PIB. A partir de 1993, os recebimentos estabilizaram enquanto os pagamentos saltaram para 2% do PIB. Mais recentemente, a crescente competitividade do destino Portugal elevou os recebimentos provenientes de não residentes ao novo máximo de 5% do PIB em 2012;
- No contexto europeu, os dados disponíveis para a UE15 revelam Portugal como um dos destinos que mais receitas conseguem captar através das viagens e turismo e uma das economias onde esta atividade é mais preponderante, a par de países como Grécia, Espanha, Luxemburgo ou Áustria.

Convém notar que “viagens e turismo” não é sinónimo de férias, lazer ou recreação. Esta rubrica da balança de pagamentos não se esgota nas despesas dos turistas em alojamentos, refeições, deslocações, compras ou eventos festivos, culturais, desportivos ou religiosos (cf. Gráfico IV.4).

A designação de “viagens e turismo” visa cobrir não propriamente um típico setor de atividade mas, antes, uma aglomeração transversal de atividades diferenciadas que se articulam e complementam catalisadas pela globalização.

As “viagens e turismo” comportam, também, uma relação com a procura que questiona a utilização precipitada do referencial da distinção entre atividades transacionáveis e não transacionáveis. Com efeito, a sua procura é uma procura onde se articulam os segmentos de residentes e de não residentes, representando, além de formas de concorrência entre operadores, formas de concorrência entre destinos.

GRÁFICO III.4
Estrutura das receitas provenientes de não residentes em viagens e turismo a Portugal | 2005/2014



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base na estimativa disponibilizada pelo Banco de Portugal para a estrutura fixa de repartição dos motivos de viagem no período 2005/2014 (1.º trimestre)

Na balança de “viagens e turismo” estão muitos outros motivos profissionais e pessoais que podem atrair um não residente, como é o caso a participação em eventos e reuniões de trabalho e negócios, congressos, conferências, feiras, missões, viagens de incentivo, *marketing*, vendas e outras atividades profissionais chamadas a desempenhar no estrangeiro; ou como é o caso da realização de tratamentos, curas e outros cuidados de saúde e bem-estar em centros de convalescença, estâncias termais ou unidades hospitalares ou da frequência de cursos e outros estudos em estabelecimentos de ensino no estrangeiro.

A dinâmica das viagens e turismo tem conseguido incorporar muitas destas tendências em segmentos organizados, como é o caso do turismo de eventos ou do turismo de negócios. Também caminha no sentido de o poder vir a fazer em relação a outros segmentos bem mais complexos e bem mais articulados com transformações sociais muito relevantes, como é o caso do envelhecimento da população. A atualização do conceito de viagens e turismo, continuando a incorporar o lazer e a pausa, mas alargando-se a vetores chave do quotidiano civilizacional, da rotina empresarial e da organização do mundo do conhecimento, é fundamental para compreender este tipo de serviços.

A estimativa disponibilizada pelo Banco de Portugal permite efetuar a seguinte repartição das receitas registadas em “viagens e turismo” desde 2005¹³ (cf. Gráficos III.4 e III.5):

- Os motivos pessoais são responsáveis, em média, pela atração de nove em cada dez euros dos gastos que os não residentes efetuam em viagens e turismo em Portugal.

As despesas feitas pelos turistas que viajaram para Portugal por motivos pessoais como férias, lazer, recreação, visita a familiares e amigos ou peregrinação respondem, em média, por 88,2% das receitas

13) Os dados disponibilizados pelo Banco de Portugal baseiam-se numa estimativa que respeita, para todo o período entre 2005 e 2014 (1.º trimestre), uma estrutura fixa de repartição por motivo de viagem das receitas e despesas da rubrica de viagens e turismo.

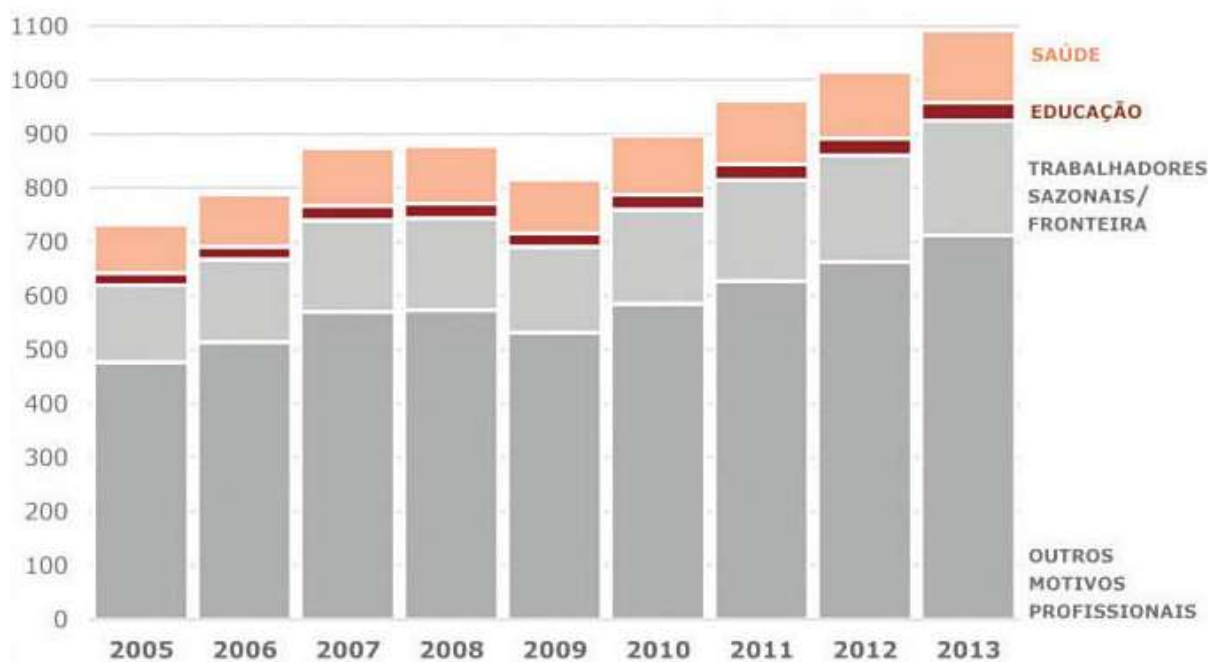
captadas, alcançando cerca de 8,2 mil milhões de euros em 2013.

Também é possível distinguir as despesas de viagem e estada por motivos pessoais de estudo e de saúde¹⁴, incluindo, além de gastos em alojamento, alimentação ou transporte local, os gastos em propinas ou em clínicas e hospitais por parte de estudantes e pacientes estrangeiros que escolheram Portugal para estudarem ou se tratarem. O motivo saúde justifica, em média, 1,4% das receitas captadas, superando os 130 milhões de euros em 2013. O motivo educação justifica, em média, 0,4% das receitas captadas, superando os 30 milhões de euros em 2013;

- Os motivos profissionais são responsáveis, em média, pela atração de um em cada dez euros dos gastos que os não residentes efetuam em viagens e turismo em Portugal.

As despesas feitas pelos trabalhadores não residentes sazonais e de fronteira¹⁵ respondem, em média, por 2,3% das receitas captadas, superando os 200 milhões de euros em 2013. Os restantes motivos que justificam despesas de viagem e estada de natureza profissional respondem, em média, por 7,7% das receitas, superando os 700 milhões de euros em 2013.

GRÁFICO III.5
Receitas por viagens e estadia em Portugal excluindo motivos turísticos | 2005 a 2013
em milhões de euros



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base na estimativa disponibilizada pelo Banco de Portugal para a estrutura fixa de repartição dos motivos de viagem no período 2005/2014 (1.º trimestre). Turísticos são motivos pessoais como férias, lazer, recreação, visitas a familiares e amigos e peregrinação.

14) De acordo com a metodologia da balança de pagamentos, os estudantes e os pacientes são uma exceção à regra na linha que separa os residentes e não residentes, continuando a ser considerados não residentes mesmo passado um ano de permanência.

15) Em causa estão, por exemplo, trabalhadores que residem numa economia e têm emprego noutra, como sucede frequentemente em corredores transfronteiriços como, por exemplo, Elvas/Badajoz, Chaves/Vérin, Vila Real de Santo António/Ayamonte ou Tui/Valença do Minho.

A internacionalização dos serviços como motor do crescimento económico em Portugal

O contributo dos serviços para a sustentação da abertura externa da economia portuguesa tem um impacto crescentemente positivo na alimentação do crescimento do país.

Ao longo das quatro etapas que marcaram a história recente da abertura e internacionalização da economia portuguesa, as exportações de serviços percorreram um caminho progressivo de afirmação como o mais dinâmico motor de crescimento da economia portuguesa (cf. Gráfico III.6). Com efeito:

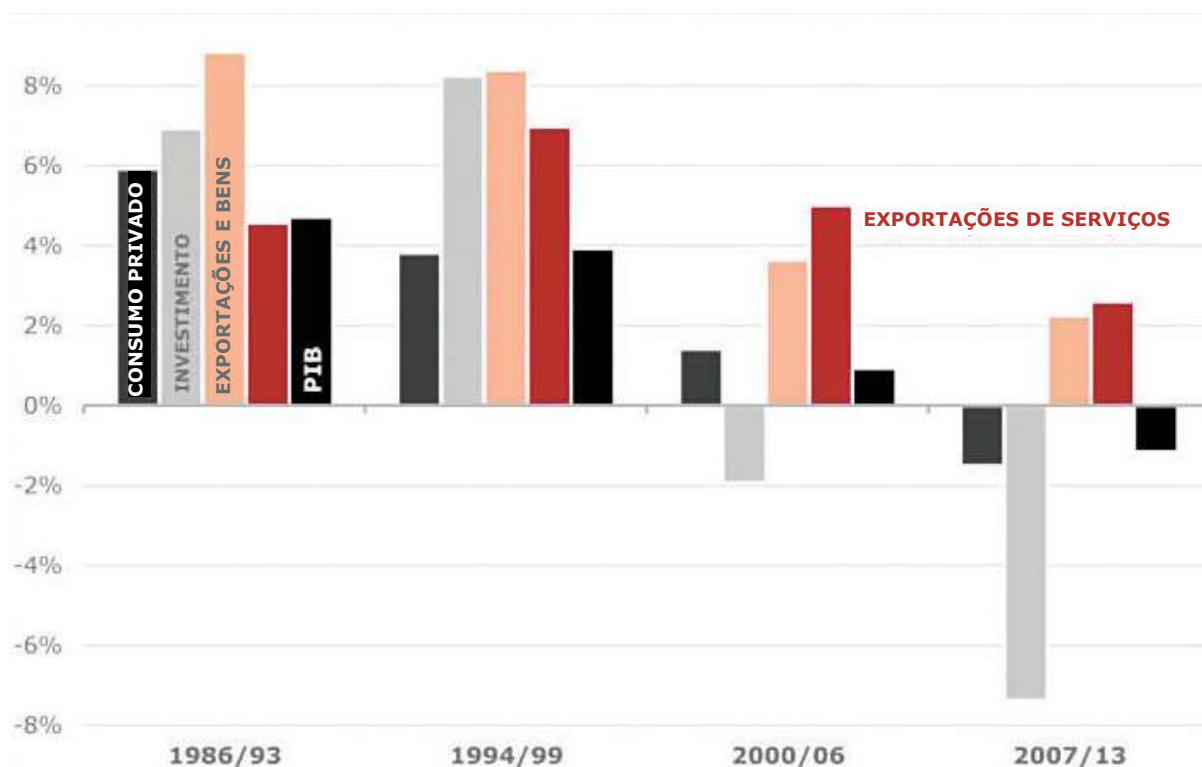
- Aquando do impulso da adesão à CEE, as exportações de serviços cresciam abaixo do consumo, do investimento e das exportações de bens;
- Aquando do impulso do mercado interno europeu, as exportações de serviços aceleraram, ultrapassando o ritmo de crescimento da economia portuguesa e do consumo das famílias;
- Aquando da introdução do euro e da aceleração da globalização, as exportações de serviços desaceleraram menos do que as restantes variáveis, emergindo como a variável mais dinâmica;
- Aquando da eclosão da crise internacional e do programa de assistência económica e financeira, só as exportações não caíram em Portugal, crescendo mais depressa nos serviços.

Importa reconhecer esta afirmação do papel da exportação de serviços no crescimento económico, mas relativizando o seu alcance na medida em que o próprio ritmo de crescimento económico se reduziu drasticamente para se converter em estagnação e, mesmo, em recessão ao longo do recente programa de ajustamento.

Este desempenho alicerçou-se em trajetórias bastante diferenciadas das diversas atividades de serviços. Em anexo ao presente estudo, o “Mapeamento de segmentos e mercados relevantes na internacionalização dos serviços” discrimina atividades e mercados que mais contribuem para o dinamismo destas exportações desde 2007, tais como serviços de transporte, viagens e turismo, serviços de comunicação, serviços de construção, serviços de seguros, serviços financeiros, serviços de informação e informática, direitos de utilização, outros serviços empresariais, serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa ou operações governamentais. Num balanço global (cf. Gráfico III.7):

- O protagonismo é das viagens e turismo como grandes produtores de excedentes comerciais. Particularmente relevante no presente mas, sobretudo, no futuro é também a posição dos serviços empresariais e dos serviços associados à internacionalização da construção e obras públicas. Os serviços associados à informática,

GRÁFICO III.6
Dinamismo das exportações de serviços na economia portuguesa | 1986 a 2013
 taxa média de crescimento anual



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em CHELEM.

embora libertando um excedente ainda limitado, indiciam um potencial semelhante ao já avançado para os serviços empresariais;

- Parecem prevalecer os fatores (nomeadamente empresariais, concorrenciais, regulatórios e estratégicos) que têm limitado a afirmação internacional das atividades associadas às comunicações. As atividades financeiras, culturais e criativas e, sobretudo as associadas aos direitos de utilização, permanecem fortemente deficitárias.

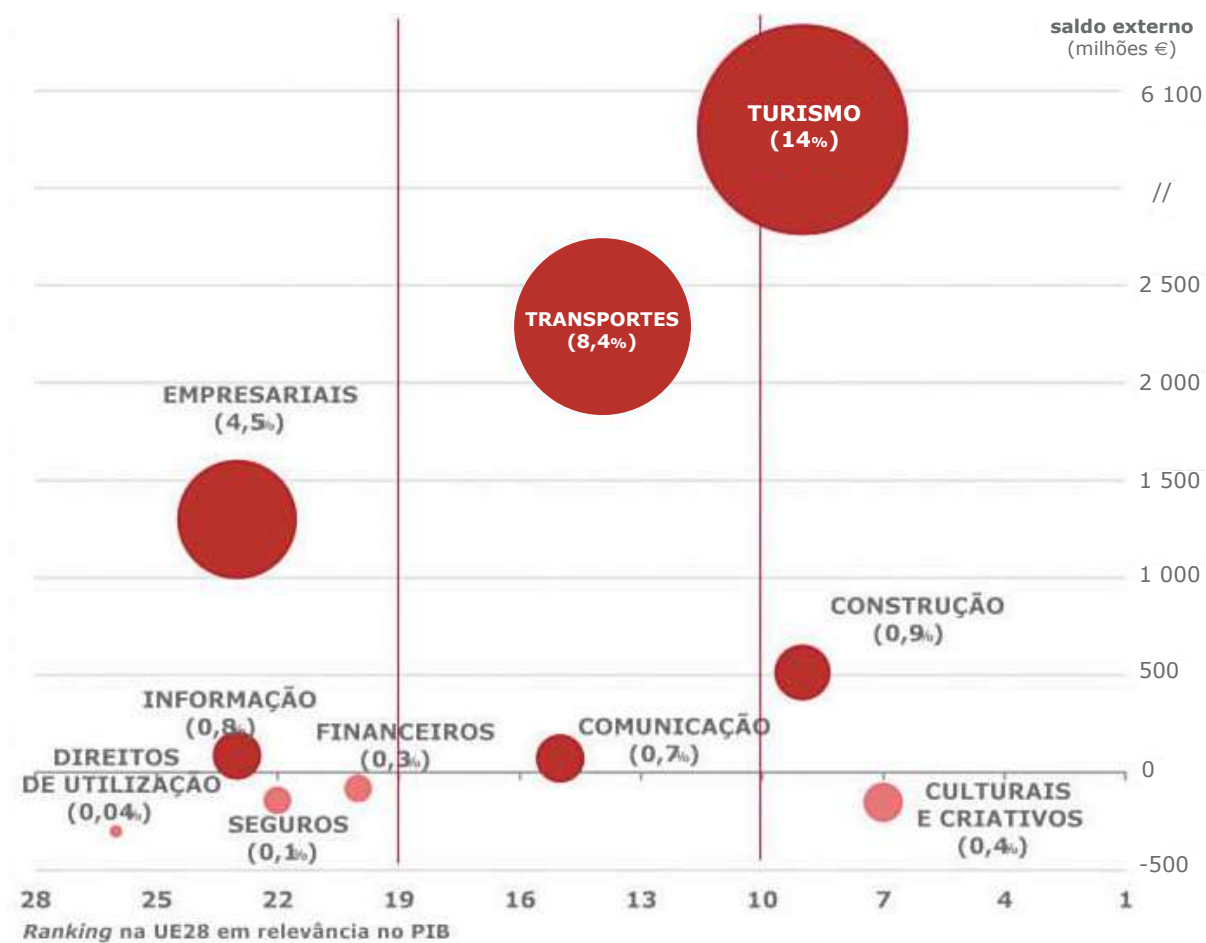
A internacionalização dos serviços constitui um vetor incontornável na reinvenção do crescimento económico português. Pela natureza das atividades emergentes que catalisam a transformação da sua especialização interna, a internacionalização dos serviços configura processos de iniciativa e/ou reestruturação empresarial onde o conteúdo em emprego se dirige aos segmentos de maior qualificação, combinando nível de educação com especialização e formação profissional.

A intensificação progressiva do papel dos serviços no crescimento das exportações, alimentado pelo seu dinamismo no processo mais geral de internacionalização da economia portuguesa, plenamente revelada neste capítulo, quer em termos históricos, quer em termos de reforço de tendência no futuro próximo, deveria suscitar um fácil reconhecimento analítico e uma também fácil resposta em termos das orientações de política económica.

GRÁFICO III.7

Diversidade na internacionalização dos serviços | 2013

As bolhas representam o peso no total das exportações de bens e serviços do país



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Banco de Portugal, Eurostat e INE.

A relevância dos serviços nos fluxos internacionais de valor acrescentado

Aborda-se neste capítulo o contributo direto e indireto dos serviços nas exportações portuguesas de bens e de serviços. Recorrendo a ferramentas estatísticas de vanguarda que decompõem os fluxos brutos de exportação em fluxos de valor acrescentado, em primeiro lugar é investigado quanto das exportações de serviços é conteúdo importado e quanto é valor acrescentado gerado a nível nacional, e, portanto, capturado sob a forma de salários, lucros e impostos. De seguida, a análise é alargada à totalidade das exportações portuguesas de bens e de serviços. Ao considerar a incorporação de serviços no processo de produção de bens transacionáveis, é estimada a real relevância dos serviços nas exportações portuguesas de bens e de serviços.

As novas fronteiras do valor acrescentado nas economias globalizadas

A aceleração da globalização e a integração em profundidade das economias nacionais arrastou transformações ao nível das políticas públicas e dos quadros regulatórios e institucionais, ao nível dos modelos de consumo e das normas de produção.

Transformações ainda mais profundas conheceu a organização dos processos e das tarefas de conceção, produção e distribuição de bens e serviços. Com efeito, a aceleração da globalização veio desestabilizar definitivamente as fronteiras convencionais das atividades económicas e suscitar um novo olhar sobre o comércio internacional.

Nas economias modernas, tanto se observa uma “terciarização” da indústria e da agricultura, ao nível das tarefas e das próprias profissões, como se assiste a uma “industrialização” dos serviços, seja ao nível da dimensão das empresas, seja ao nível da separação e da relocalização de funções que se movem para junto da logística e da distribuição.

Esta nova natureza da globalização económica é moldada pela ascensão das cadeias de valor globais que, nas últimas duas décadas, se tornaram nas grandes protagonistas do comércio internacional. No processo a que Richard Baldwin se refere como a segunda vaga de fragmentação, as empresas multinacionais romperam a cadeia de valor, fragmentando e distribuindo as atividades produtivas por vários países, através de fornecimentos externos (*outsourcing*) ou da sua rede de filiais (*cf. Caixa IV.1*).

A ordem económica internacional emergente tende a esbater as tradicionais barreiras entre os países, entre os setores de atividade e entre o que são bens ou são serviços, e tende a aumentar a complexidade da medição do contributo dos serviços para as contas externas de um país.

A terciarização das economias conheceu um novo terreno fértil na intensificação da mobilização do conhecimento, da resposta mais rápida às procuras e da flexibilização da produção associadas às formas de customização de massa. Um vasto conjunto de tarefas, procedimentos e atividades reporta-se agora a uma configuração muito mais alongada das cadeias de valor e configura um terciário para o sistema produtivo potenciado pelo desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação e pela digitalização da economia.

Como destaca a OCDE, as várias fases do processo de produção são agora realizadas onde os materiais e as competências necessárias estão disponíveis em qualidade e a um custo mais competitivo. Nesta

fragmentação da produção, a externalização de tarefas que anteriormente eram realizadas dentro da própria empresa originou novas tarefas e atividades.

A emergência das cadeias de valor globais só tem sido possível graças aos recentes desenvolvimentos no setor dos serviços. As evoluções no campo da logística permitiram uma redução dos custos de transporte e facilitaram a mobilidade de bens e pessoas.

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e de outros serviços às empresas reduziu drasticamente os custos de comunicação e coordenação, tornando possível a transferência de competências e a gestão eficiente das atividades dispersas pelo mundo.

CAIXA IV.1.

As duas vagas da globalização económica

As grandes transformações do comércio internacional ao longo do último século são uma sequência de duas vagas de fragmentação.

No mundo pré-globalizado, cada povoação produzia aquilo que consumia. As empresas tinham uma estrutura produtiva integrada e eram forçadas a localizar-se junto dos consumidores devido aos arcaicos meios de transporte. No final do século XIX, os novos caminhos-de-ferro e barcos a vapor viabilizaram economicamente a separação geográfica da produção e do consumo. Esta foi a primeira vaga de fragmentação ou *"The first great unbundling"*, na classificação proposta pelo economista Richard Baldwin.

Esta primeira fase da globalização, em conjunto com a então recente Revolução Industrial, transformou o mundo. Enquanto a redução acentuada dos custos de transporte favorecia a produção em larga escala, a manutenção de elevados custos na coordenação dos complexos processos de produção valorizavam a proximidade, induzindo a clusterização local em regiões industriais. Agora o Norte (Europa, América do Norte e Japão) industrializava-se e registava elevadas taxas de crescimento enquanto o Sul definhava, abrindo caminho a um profundo processo de divergência económica. Estavam criadas as bases para o despoletar do comércio internacional de produtos finais e dos fluxos migratórios.

A partir da década de oitenta do século XX, este modelo foi sendo progressivamente substituído por um novo paradigma. Algumas tarefas do processo produtivo anteriormente realizadas em estreita proximidade, no interior de uma mesma fábrica ou escritório, eram agora dispersadas geograficamente por diversos países, tecendo uma vasta rede internacional de fornecedores individuais e autónomos. Esta foi a segunda vaga de fragmentação ou *"The second great unbundling"*.

A fragmentação geográfica das etapas de produção foi impulsionada pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, que levou à redução acentuada dos custos de coordenação, e pelo elevado diferencial salarial entre países desenvolvidos e emergentes, que tornou a fragmentação lucrativa. Neste novo paradigma, inverteu-se o processo de divergência de rendimentos entre nações. A extraordinária industrialização do Sul e a sua integração nos mercados globais é feita a uma velocidade e escala sem precedentes. As sete maiores economias mundiais, vulgo G7, passam de dois terços para metade do PIB mundial entre 1988 e 2010.

As cadeias de valor globais proporcionam uma nova alternativa de industrialização para as economias emergentes. Em vez de as nações terem de criar uma base industrial profunda e alargada de raiz, a inserção em cadeias de fornecimento globais, partindo do *offshoring* de etapas de produção intensivas em trabalho, permite um processo de industrialização mais rápido e eficiente, aproveitando a elevada mobilidade internacional da tecnologia.

O comércio de produtos finais, característico do séc. XX, foi substituído por um novo paradigma radicalmente mais complexo, resultado da internacionalização dos fluxos de bens, informação, investimento, formação, tecnologia e pessoas que anteriormente ocorriam no interior de uma mesma fábrica. O comércio do séc. XXI traduz-se numa interpenetração:

- 1) Do comércio de bens, especialmente de partes e componentes;
- 2) Do investimento internacional em infraestruturas de produção, formação, tecnologia e relações empresariais de longo prazo;
- 3) Da utilização de infraestruturas de serviços para coordenar a produção dispersa, nomeadamente serviços de telecomunicações, internet, serviços financeiros de suporte ao comércio, e logística de distribuição;
- 4) Dos fluxos de *know-how*, como direitos de propriedade intelectual e formas mais tácitas de conhecimento de *marketing* e de gestão.

Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Baldwin, R. (2012), *Global Supply Chains: Why They Emerged, Why They Matter, and Where They Are Going* e Amador, J. e Cabral, S. (2014), *Global Value Chains: Surveying Drivers, Measures and Impacts*

O desenvolvimento da logística e a redução dos custos de transporte dos bens, embora numa dimensão e velocidade bem menor do que a redução dos custos associados à obtenção, armazenagem e gestão da informação, tem continuado a alargar, pelo seu lado, as fronteiras da realocação territorial das atividades económicas.

Pela importância que têm no eficiente funcionamento das cadeias de valor globais, os serviços podem ser considerados a sua espinha dorsal.

Os serviços, para além de assegurarem as tarefas e processos de suporte à integração das empresas nas cadeias de valor globais, são essenciais nas fases e atividades que acrescentam mais valor ao longo da cadeia de produção, tendo um papel fundamental no esforço das empresas para se distinguirem da concorrência.

Em 1992, Stan Shih, o fundador da multinacional de *hardware* e eletrónica ACER, já chamava a atenção para a importância dos serviços nas duas pontas da cadeia de produção, quer na fase inicial, de pré-produção, com o *design* e desenvolvimento do produto, quer na fase final, da pós-produção, com o *marketing* e os serviços pós-venda. Utilizando a imagem de uma curva “*smile*”, argumenta que I&D, *design* e *marketing* são as atividades nucleares na geração de valor dos produtos. O processo de fabricação tornou-se progressivamente numa atividade secundária, com pouca margem de valor, e que pode ser deslocalizado para “fábricas” especializadas.

Importa pois reiterar que o comércio internacional já não se faz de bens ou serviços mas de soluções, enquanto combinações complexas de bens e de serviços, que se encadeiam através de múltiplas e finas tarefas de conceção, produção e distribuição realizadas em múltiplos países.

As transformações enunciadas arrastaram duas consequências que importa evidenciar sob pena de se cometerem erros que comprometem o rigor da análise e a eficácia da ação:

- A primeira consequência corresponde a uma rápida abertura das trocas de bens intermédios ao comércio internacional. Em muitas atividades industriais passou a ser norma a existência de complexos movimentos de compras e vendas intermédias de bens e, também, de serviços, que dão vida aos modelos de separação entre conceção – nos locais de maior valia em termos de investigação, desenvolvimento e inovação – e produção – nos locais de maior aptidão para transformar e produzir ao mais baixo custo.

O comércio internacional de bens intermédios tem crescido de forma bastante significativa, acomodando esta nova mobilidade dos bens em processo de transformação, sem que esse processo se traduza diretamente em criação e apropriação de riqueza nas mesmas proporções.

A diferença entre a primeira grande vaga de fragmentação mundial de atividades do início do século XX – separação entre local de produção e local de consumo – e a segunda grande vaga de fragmentação mundial de atividades do início do século XXI – desagregação e diversificação dos locais de conceção e de produção – é determinante para captar esta consequência;

- A segunda consequência corresponde a uma separação muito nítida entre a dimensão dos fluxos brutos de comércio internacional e a dimensão dos fluxos de valor acrescentado a eles associados. A composição dos fluxos de comércio internacional passa a incorporar níveis muito diferenciados nos conteúdos importados e de valor acrescentado nas diferentes operações concretas.

A estabilidade da relação entre exportações brutas e riqueza produzida quebra-se e a identificação do valor associado ao comércio internacional passa a ser muito mais complexa. Por um lado, o peso relativo do valor indiretamente incorporado – o valor contido nos consumos e fornecimentos intermédios – aumenta globalmente. Por outro lado, desenvolve-se um novo tipo de comércio - o comércio de especialização vertical - resultante dos processos parciais de transformação industrial desagregados e deslocalizados numa lógica internacional de redução do custo de produção.

As exportações brutas das economias que concretizam essas transformações intermédias possuem um muito mais elevado conteúdo em importações e uma muito menor incorporação de valor acrescentado nacional.

O comércio internacional de bens e serviços tornou-se menos transparente em termos dos fluxos de criação e apropriação de riqueza. Ganha assim pertinência a análise do valor acrescentado no comércio internacional.

Procurar o valor gerado nas exportações

Nesta nova fase da globalização, num contexto de afirmação das cadeias de valor globais, as estatísticas convencionais de comércio internacional já não conseguem captar, com clareza, o impacto económico do comércio internacional, nomeadamente o crescente contributo do setor dos serviços para as contas externas de um país:

- Por um lado, os fluxos brutos registam o comércio internacional de produtos cada vez que estes atravessam as fronteiras. Este facto leva a uma múltipla contabilização dos mesmos produtos, que cada posto da cadeia de produção global importa do posto anterior para incorporar no produto que exporta para o posto seguinte. Segundo as estimativas da OCDE, da OMC e da Cnucead, os bens e serviços intermédios já representam mais de 70% do comércio internacional.

Os fluxos brutos não revelam assim o verdadeiro impacto das exportações e importações no crescimento económico, por empolarem os valores do comércio internacional e por não especificarem quanto do valor exportado corresponde afinal a fornecimentos importados. Este enviesamento é notório, por exemplo, nas exportações de produtos petrolíferos, onde a incorporação nacional se centra na margem de refinação e as importações de petróleo bruto dominam largamente o valor exportado pelo país;

- Por outro lado, os fluxos brutos de exportação não dizem quanto do valor exportado corresponde afinal à incorporação de fornecimentos de serviços. Este enviesamento é notório nas exportações industriais, onde cada vez mais serviços associados a I&D, *design*, novos materiais e sistemas de produção, à customização flexível ou à logística se incluem no valor exportado.

Os fluxos brutos tendem assim a ocultar a crescente parcela de serviços que indiretamente é incorporada nas mercadorias transacionadas a nível mundial. A medição do comércio internacional em fluxos brutos tende a sobrevalorizar os bens transacionados e a subestimar os serviços transacionados.

A resposta a estes novos desafios, teóricos, metodológicos e estatísticos começou a ser construída numa iniciativa conjunta da OCDE e da OMC. As duas instituições internacionais viabilizaram um conjunto de trabalhos com resultados já estabelecidos ao nível da produção e disponibilização de informação estatística pertinente. A designação da nova abordagem metodológica assim desenvolvida, *Trade in Value Added (TiVA)*, é absolutamente esclarecedora sobre as suas motivações e sobre a sua utilidade.

A base de dados TiVA, disponibilizada ao longo da primeira década deste século, utiliza ferramentas estatísticas de vanguarda. Além de permitir uma avaliação rigorosa do conteúdo importado das exportações e da produção doméstica, também permite a decomposição completa dos fluxos brutos de comércio internacional em fluxos de valor acrescentado (*cf. Caixa IV.2*).

O contributo das exportações de bens e serviços para o crescimento económico e para o emprego de uma determinada economia depende, apenas, do valor acrescentado embutido nos respetivos fluxos brutos. Tudo o resto - o seu conteúdo importado - contribui para o crescimento e para o emprego das economias de onde são oriundas essas importações.

A determinação da dimensão assumida pelo valor acrescentado nacional incorporado nas exportações é, assim, absolutamente crucial para entender como é que os serviços contribuem para a competitividade da economia, para o crescimento económico e para construir políticas económicas rigorosas e eficazes de estímulo a uma internacionalização sustentável geradora de empregos qualificados.

A abordagem TiVA rastreia toda a cadeia de produção dos bens e dos serviços exportados para revelar a origem do valor acrescentado por país e setor de atividade. Desta forma, é possível avaliar quanto dos fluxos brutos é incorporação nacional ou conteúdo importado e qual é o contributo direto e indireto dos serviços de cada país no comércio internacional.

Um determinado fluxo bruto de exportação pode ser decomposto em incorporação nacional e conteúdo importado:

- A incorporação nacional é o montante relativo ao valor acrescentado diretamente pelas empresas exportadoras (incorporação nacional direta) e à incorporação de bens e serviços intermédios oriundos de outras empresas e setores nacionais (incorporação nacional indireta). Inclui ainda uma pequena parcela que diz respeito ao valor acrescentado gerado em solo nacional, previamente exportado e incorporado nos bens e serviços intermédios importados (valor acrescentado nacional re-importado);

- O conteúdo importado é o montante relativo à incorporação de bens e serviços intermédios fornecidos pelo exterior.

CAIXA IV.2.

O valor no comércio internacional: a abordagem TiVA

	EXTRACÇÃO DE MATÉRIAS PRIMAS	TRANSFORMAÇÃO	PROCURA FINAL	EXPORTAÇÕES BRUTAS	VALOR ACRESCENTADO	DUPLA CONTAGEM
País A	20			20	20	0
País B		20+30=50		50	30	20
País C			50			
				70	50	20

As exportações servem para quê? Para aumentar as vendas ao exterior (abordagem convencional dos fluxos brutos de exportação) ou para gerar mais riqueza (nova abordagem dos fluxos de valor acrescentado)?

A figura acima procura exemplificar como esta nova abordagem do comércio em valor acrescentado se aplica ao funcionamento de uma cadeia de valor global:

- Neste exemplo, distinguem-se duas atividades e três países distintos: o país A é responsável pela extração das matérias-primas; o país B pela transformação das matérias-primas e fabricação do produto final; o país C é responsável pelo consumo do produto final;
- O país A extrai as matérias-primas e vende-as ao país B por €20. O país B fabrica o produto final e vende-o ao país C por €50. Neste exemplo, apesar do país B registar €50 de fluxos brutos de exportação, apenas €30 são gerados em solo nacional (€50 da venda menos €20 gerados previamente pelo país A). A incorporação nacional das exportações do país B é de $30/50=60\%$ e o conteúdo importado das exportações do país B é de $20/50=40\%$;
- Convém notar que, apesar do valor acrescentado total do produto se ficar pelos €50, as estatísticas convencionais registam fluxos brutos de exportação no total de €70.

A abordagem TiVA rastreia toda a cadeia de produção dos bens e dos serviços exportados para revelar a origem do valor acrescentado por país e setor de atividade. A abordagem TiVA segue a definição de VAB utilizada nas Contas Nacionais e que é equivalente à diferença entre o valor bruto de produção (a preços base) e a soma dos custos das matérias-primas e de outros consumos intermédios.

A abordagem TiVA assenta na construção de uma matriz *input-output* internacional, baseada em matrizes *input-output* nacionais (ou, na ausência destas, nos quadros recursos-empregos nacionais). Estas tabelas, derivadas das Contas Nacionais, refletem:

- 1) As relações entre diferentes setores de atividade domésticos e as relações entre estes setores e os responsáveis pela procura final (famílias, administrações públicas, investimento e exportações);
- 2) Como são utilizadas as importações de produtos intermédios na produção de bens e serviços e como são consumidas as importações de produtos finais.

Isoladamente, uma tabela nacional não consegue revelar que setores de atividade e que países contribuíram para produzir os produtos intermédios importados. De forma a refletir como é que o consumo intermédio de um setor de atividade num país arrasta a produção noutro país, as matrizes *input-output* nacionais são complementadas com a utilização de estatísticas de comércio internacional, ajustadas aos propósitos analíticos e corrigidas de inconsistências entre os valores apresentados pelas diferentes instituições nacionais. Os fluxos comerciais de bens e serviços intermédios são a cola que liga as matrizes *input-output* nacionais na formação de uma matriz *input-output* global.

A matriz *input-output* global produzida pela OCDE abrange 56 economias e 37 setores de atividade.

Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em OCDE e na infografia de La Caixa Research, Focus "El valor añadido de las exportaciones", Informe Mensual 12/2013

A análise da relevância dos serviços para as contas externas de um país, utilizando esta nova abordagem ao comércio internacional, considera então:

- O contributo direto, ou seja, o fluxo bruto de exportação de serviços deduzido da incorporação de bens fornecidos por outros setores;
- O contributo indireto, ou seja, os serviços que são incorporados nos bens transacionados internacionalmente e assim exportados indiretamente.

A avaliação da relevância dos serviços nas exportações de bens e serviços procederá, neste quadro, através de duas etapas sucessivas.

Numa primeira etapa, a partir da decomposição dos fluxos brutos de exportação em fluxos de valor acrescentado, será determinado quanto das exportações de serviços é conteúdo importado e quanto é incorporação nacional, e portanto capturado sob a forma de salários, lucros e impostos.

Numa segunda etapa, a análise será alargada à totalidade das exportações de bens e serviços. Ao considerar as relações entre setores empresariais ao longo de todo o processo de produção, nomeadamente os serviços incorporados na produção de bens transacionáveis, estaremos em condições de avaliar o contributo, direto e indireto, dos serviços no comércio internacional.

Em ambos os casos é concretizada, também, uma análise comparativa à escala europeia e mundial para permitir situar a posição específica de Portugal e fornecer uma grelha rigorosa de leitura dos valores alcançados.

A composição em valor das exportações de serviços na economia portuguesa

Ao decompor os fluxos brutos de exportação em fluxos de valor acrescentado, é possível investigar quanto das exportações de serviços é conteúdo importado e quanto é valor acrescentado gerado no país, e portanto retido sob a forma de salários, lucros e impostos.

A base de dados TiVA permite efetuar esta decomposição para o ano 2009, quando as vendas ao exterior do setor terciário português ascenderam a \$21,9 mil milhões (*cf. Gráfico IV.1*):

- 83% destes fluxos brutos de exportação são valor acrescentado gerado em Portugal, sendo 55% valor acrescentado nacional direto, isto é, gerado diretamente pelas empresas exportadoras (\$12,1 mil milhões) e 28% valor acrescentado nacional indireto, isto é, proveniente de bens e serviços intermédios fornecidos por outros setores de atividade (\$6,2 mil milhões)¹⁶;
- O conteúdo importado é limitado, mas com algum significado: 17% destes fluxos brutos de exportação são conteúdo importado, ou seja, não é valor acrescentado gerado em Portugal porque provém da incorporação de bens e serviços intermédios fornecidos pelo exterior (\$3,7 mil milhões).

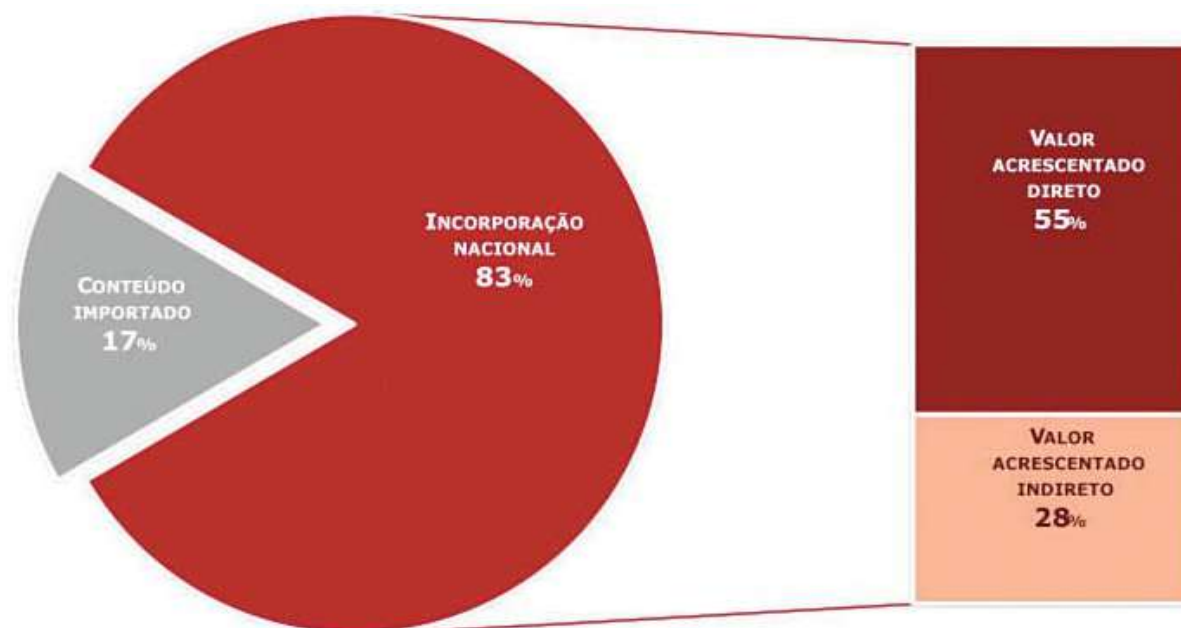
Os resultados obtidos revelam um conteúdo importado limitado, mas com algum significado, e um predomínio do valor acrescentado direto sobre o valor acrescentado indireto, mas com alguma expressão no valor associado às compras intermédias dos serviços às atividades de produção de bens e a outras atividades de serviços.

Os resultados obtidos também contribuem para entender que a abertura das atividades de serviços ao comércio internacional se faz, como nas atividades de produção de bens, através de uma diversificação e uma intensificação das relações entre empresas, no quadro de procuras intermédias associadas a fornecimentos de bens e serviços que refletem uma crescente especialização e um alongamento das cadeias de valor de cada atividade específica.

As exportações de serviços portuguesas “só” são responsáveis, diretamente, por 55% do valor acrescentado

16) O valor acrescentado gerado em Portugal incorporado nas exportações de serviços engloba ainda \$7 milhões re-importados, valor negligenciável na análise.

GRÁFICO IV.1.
Origem do valor acrescentado incorporado nas exportações de serviços de Portugal | 2009



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em OCDE/OMC

nelas envolvido. Os restantes 45% resultam do valor acrescentado transmitido através das compras de serviços, mas também de bens, realizadas pelos serviços que exportam. O valor acrescentado indireto nacional supera ligeiramente a metade do valor acrescentado direto (28% face a 55%).

O confronto das atividades exportadoras de serviços quanto à origem do valor acrescentado entre 1995 e 2009 revela uma significativa diversidade de situações e movimentos (cf. Gráfico IV.2). Por um lado, as exportações dos serviços de transporte e de armazenagem destacam-se pelo aumento mais rápido do conteúdo importado e pela intensa substituição na incorporação nacional de valor da forma direta pela forma indireta. Em contraste, as exportações de serviços empresariais registam uma redução do conteúdo importado e um aumento da incorporação nacional de forma direta e indireta.

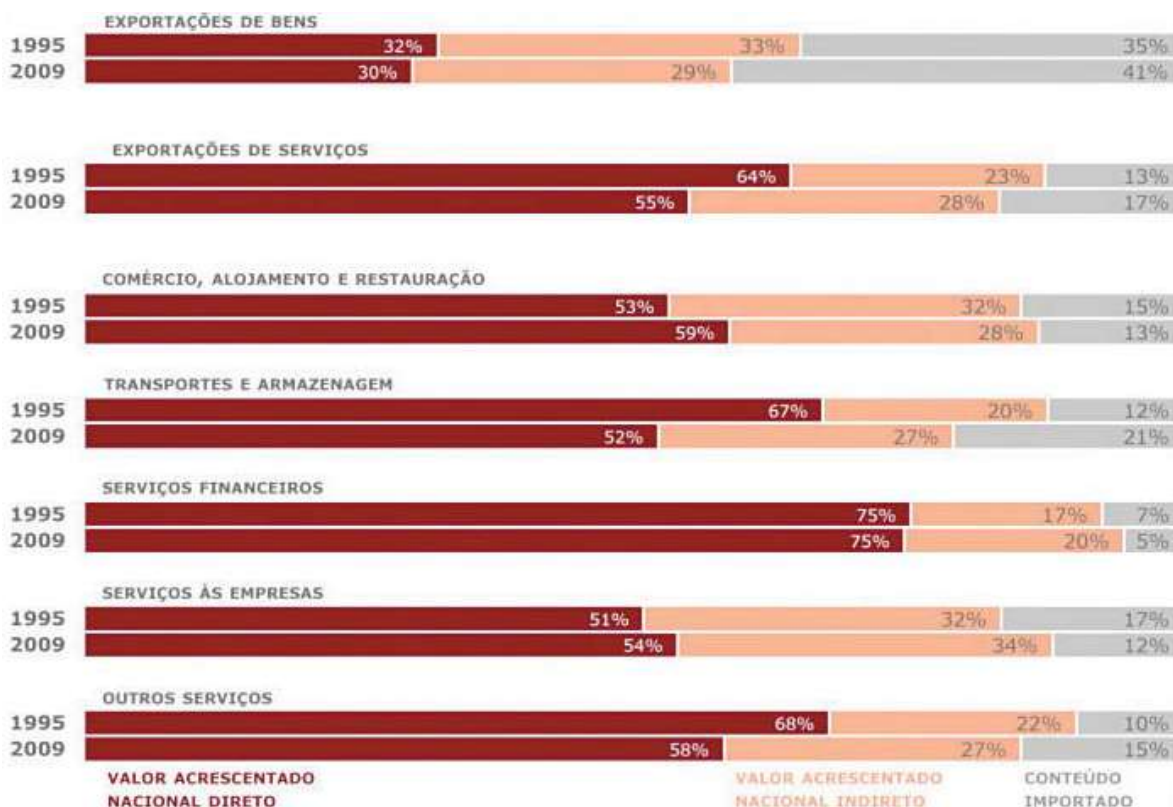
A comparação dinâmica dos resultados obtidos revela uma redução do valor incorporado nacional nas exportações de serviços de 87% em 1995 para 83% em 2009. A redução foi mais acentuada no valor acrescentado direto, de 64% para 55%, mas o valor acrescentado indireto aumentou, de 23% para 28%. Comparando as exportações do setor terciário com as restantes exportações portuguesas dos setores primário e secundário, a incorporação nacional ainda é bastante superior no caso dos serviços (83% contra 59%).

Esta conclusão é muito relevante. É exportando serviços que Portugal consegue exportar mais valor acrescentado de origem nacional, isto é, consegue reter mais riqueza dentro das suas fronteiras (cf. Gráfico IV.2).

O foco nos fluxos de valor acrescentado justifica-se, também, em termos dinâmicos na medida em que a crescente inserção nas cadeias de valor globais se refletiu-se num aumento transversal do conteúdo importado das exportações entre 1995 e 2009. O conteúdo importado aumentou de 13% para 17% nas exportações de serviços e de 35% para 41% nas exportações de bens.

Analisada a composição em valor das exportações de serviços na economia portuguesa, comparada com o caso das exportações de bens e detalhada ao nível das principais atividades que compõem o grande setor dos serviços, importa agora caracterizar a posição da economia portuguesa comparando-a com outras economias relevantes no contexto europeu e mundial.

GRÁFICO IV.2.
Origem do valor acrescentado nas exportações de bens e de serviços de Portugal | 1995 e 2009



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em OCDE/OMC

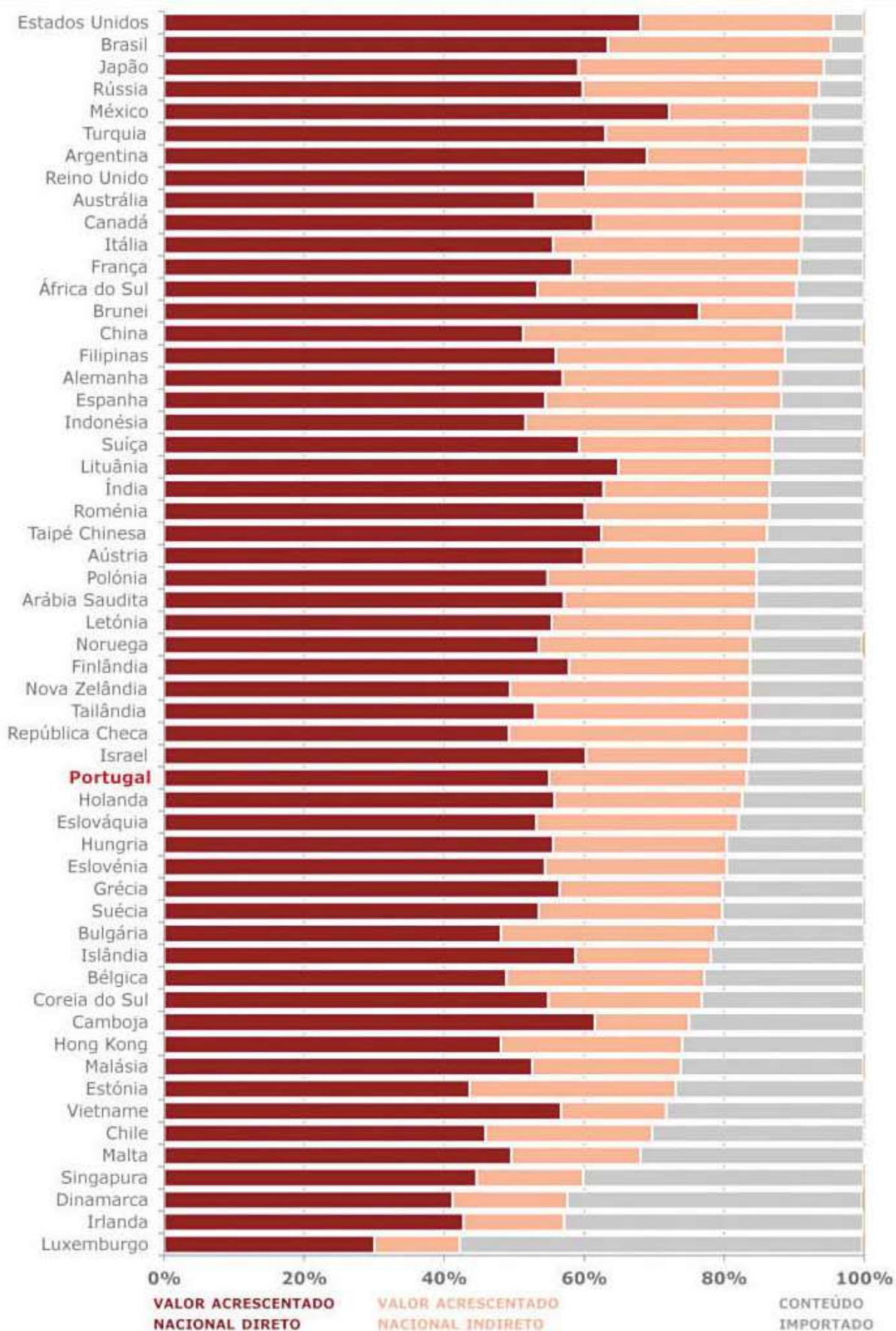
A importância do que é valor acrescentado nacional e conteúdo importado nas exportações de serviços de cada país é determinada por um conjunto alargado de fatores, designadamente a dimensão da economia, os setores de atividade preponderantes e a sua especialização internacional, isto é, os bens e serviços com que se insere no comércio internacional (cf. Gráfico IV.3).

A base de dados TiVA permite comparar Portugal com 55 mercados a nível internacional, incluindo a totalidade dos países da OCDE e a generalidade dos Estados-membros da União Europeia, à exceção de Croácia e Chipre.

A comparação internacional da relevância do conteúdo importado nas exportações de serviços de cada país permite compreender melhor como se posiciona a economia portuguesa no contexto europeu e mundial:

- Portugal (17%) ocupa uma posição intermédia a par de economias como Holanda, Eslováquia ou Hungria;
- Luxemburgo (58%) especializado em serviços financeiros, Irlanda (43%) especializada em serviços às empresas e outros serviços, e Dinamarca (42%) especializada em transportes e armazenagem, destacam-se pelo elevado conteúdo importado das exportações;
- Reino Unido (8%), Itália (9%), França (9%), Alemanha (12%) e Espanha (12%) estão entre os países com menor conteúdo importado das exportações. A dimensão económica de qualquer destes países possibilita o abastecimento de bens e serviços intermédios dentro dos amplos mercados domésticos. Assim, o menor peso do conteúdo importado é compensado por uma maior relevância do valor acrescentado nacional indireto.

GRÁFICO IV.3.
 Ranking do valor acrescentado nacional incorporado nas exportações de serviços: a posição de Portugal no mundo | 2009



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em OCDE/OMC

O contributo dos serviços para o valor incorporado nas exportações totais do país

Analisada a composição em valor das exportações de serviços na economia portuguesa importa, agora, generalizar essa análise a todas as exportações para determinar o contributo dos serviços para a incorporação de valor acrescentado em todas as exportações, isto é, não só nas exportações de serviços mas, também, nas exportações de bens.

A generalização da análise faz-se, num primeiro momento, sem distinguir a origem, nacional ou externa, do valor acrescentado para acomodar a lógica económica completa das cadeias de valor e fornecer indicadores pertinentes para a identificação rigorosa do contributo relativo da produção de bens e da produção de serviços no conjunto das atividades transacionáveis. Este procedimento metodológico permite, ainda, identificar as oportunidades reais e os resultados esperados de iniciativas racionais de fomento ou incentivo da substituição de importações.

A partir da decomposição dos fluxos brutos de exportação em fluxos de valor acrescentado, a abordagem TiVA permite identificar quer a parcela de serviços que é incorporada nos bens exportados (“serviços nos bens”), quer a parcela de bens que é incorporada nos serviços exportados (“bens nos serviços”):

- Cerca de 30% do valor incorporado nas exportações portuguesas de bens correspondem afinal a serviços incorporados (\$12,1 mil milhões em 2009), isto é, em cada 100 euros de valor acrescentado nos bens que Portugal vende ao exterior estão contidos 30 euros que resultam dos fornecimento de serviços, nacionais ou estrangeiros;
- Cerca de 13% do valor incorporado nas exportações portuguesas de serviços correspondem afinal a bens incorporados (\$2,8 mil milhões em 2009), isto é, em cada 100 euros de valor acrescentado nos serviços que Portugal vende ao exterior estão contidos 13 euros que resultam dos fornecimento de bens, nacionais ou estrangeiros.

Para o ano 2009, o real contributo dos serviços, de origem nacional e estrangeira, para o total dos \$61,9 mil milhões de bens e serviços exportados por Portugal é calculado da seguinte forma: ao valor do fluxo bruto de exportação de serviços (\$21,9 mil milhões) subtrai-se o valor dos bens incorporados nas exportações de serviços (\$2,8 mil milhões) e adiciona-se o valor dos serviços incorporados nas exportações de bens (\$12,1 mil milhões) (cf. Gráfico IV.4).

A vantagem da métrica dos fluxos em valor sobre a métrica dos fluxos brutos, na análise do comércio

internacional não reside, apenas, na sua relação estável e direta com a criação de riqueza e, portanto, com o crescimento económico. A sua vantagem prende-se, também, com uma identificação muito mais rigorosa da evolução das condições e resultados dos processos de internacionalização.

Quando se passa da abordagem da balança de pagamentos (fluxos brutos de exportação) para a abordagem TIVA (fluxos de valor acrescentado), a relevância dos serviços sobe de um terço para metade (50,5%) de todos os bens e serviços vendidos por Portugal ao exterior.

Em cada 100 euros de valor incorporado nas exportações de Portugal, um pouco mais de 50 resultam afinal do fornecimento de serviços.

GRÁFICO IV.4.
Medindo o valor acrescentado proveniente de serviços nas exportações totais de Portugal | 2009



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em OCDE/OMC

Entre 1995 e 2009, esta relevância dos serviços nas exportações nacionais aumentou 6 pp, tendo as atividades terciárias sido responsáveis, direta ou indiretamente, por 57% do crescimento das exportações do país neste período. A crescente importância dos serviços como atividades transacionáveis e o crescente contributo dos serviços para a produção e o comércio de bens transacionáveis são provas irrefutáveis do processo de “servitização” em marcha. Analisado o contributo dos serviços para as exportações sem distinguir a origem, nacional ou externa, do valor acrescentado importa agora identificar rigorosamente esse mesmo contributo em termos dos fluxos de valor acrescentado nacional.

Retirando todos os bens e serviços estrangeiros que estão incorporados nas vendas do país ao exterior, é possível determinar o contributo dos serviços estritamente nacionais para a riqueza que o país gera e capta em todas as suas atividades de exportação e concluir:

- Que, em 2009, os serviços portugueses geraram 55% de todo o valor acrescentado nacional incorporado nas exportações totais do país;
- Que, entre 1995 e 2009, os serviços portugueses foram responsáveis por quase dois terços, 64%, do crescimento do valor acrescentado nacional incorporado nas exportações totais do país.

O contributo dos serviços para os fluxos de valor associados às exportações na economia portuguesa é, assim, mais expressivo (55%) quando é avaliado em termos estritamente nacionais do que quando é avaliado em termos globais (50,5%), isto é, incluindo o valor acrescentado de origem interna e externa. A evolução conhecida entre 1995 e 2009 reforçou essa diferença.

Importa, neste quadro, analisar a componente importada neste processo de “servitização” das exportações portuguesas, seja para entender a expressão da interpenetração entre internacionalização e “servitização”, seja

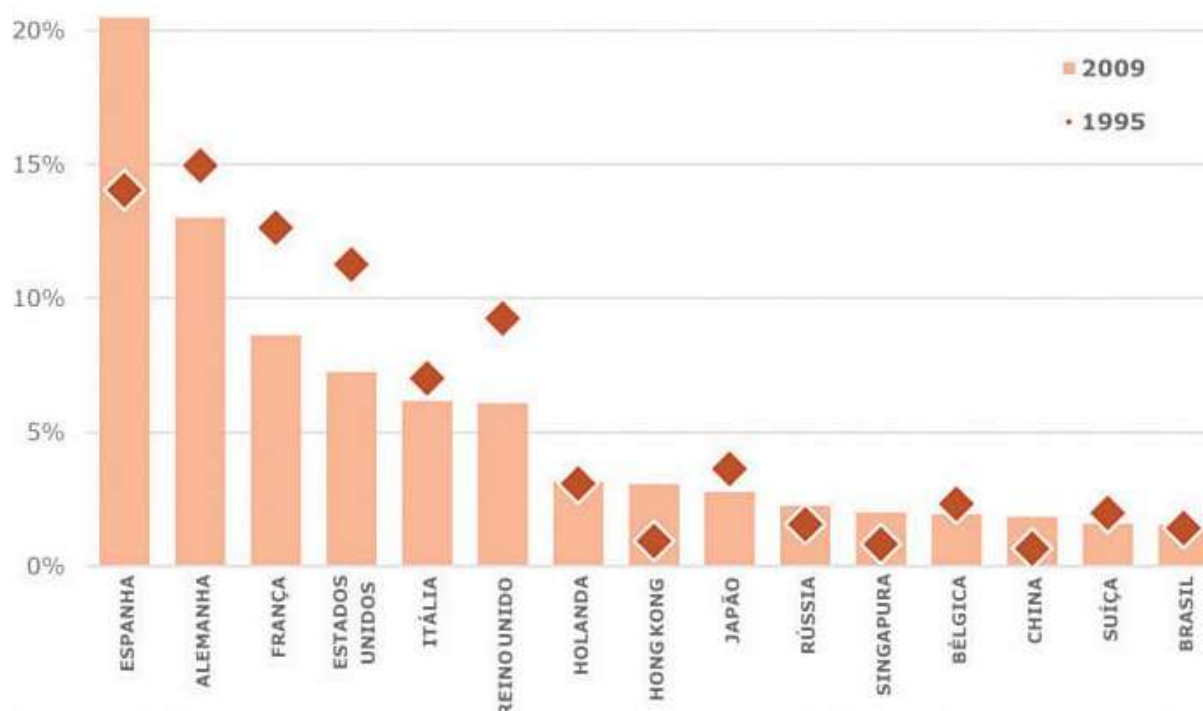
para sinalizar a relevância potencial da substituição de importações como forma de alargamento das atividades transacionáveis no caso português.

Com efeito, convém não esquecer que 26% dos serviços incorporados nas exportações portuguesas são fornecidos pelo exterior, destacando-se a seguinte evolução entre fornecedores (cf. Gráfico IV.5):

- A Espanha é o principal fornecedor de serviços, respondendo por um quinto dos serviços importados que são incorporados nas exportações portuguesas. Seguem-se Alemanha (13%), França (9%), Estados Unidos (7%), Itália e Reino Unido (6%);
- A Espanha substituiu a Alemanha na liderança do valor associado aos fornecimentos de serviços, tendo sido o único dos principais fornecedores a aumentar a sua quota entre 1995 e 2009.

Esta iberização dos fluxos de valor nos fornecimentos internacionais de serviços a Portugal coloca com particular nitidez a relevância, numa estratégia eficaz de internacionalização, da articulação entre os aspetos microeconómicos de base empresarial, os aspetos macroeconómicos modulados pelas políticas económicas e os aspetos da competitividade de base territorial. A iberização das relações externas de Portugal no contexto mais recente da interpenetração dos processos de alargamento e de aprofundamento da construção europeia permite entender que os temas da eficiência coletiva e da clusterização de atividades também comportam eixos de afirmação que podem e devem ser protagonizados por atividades mais transversais de serviços, onde questões como a governação das empresas globalizadas e o acesso ao conhecimento e ao capital humano

Gráfico IV.5.
Principais fornecedores externos de serviços incorporados nas exportações totais de Portugal | 1995 a 2009
em percentagem do total de serviços importados que são incorporados nas exportações nacionais



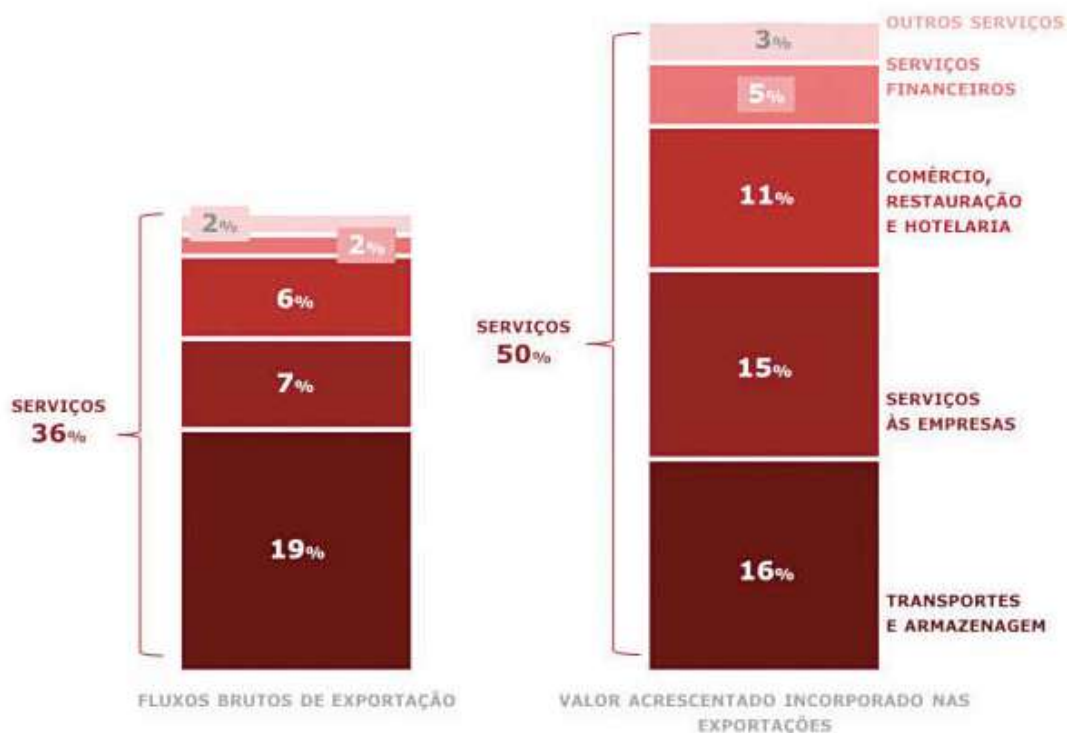
Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em OCDE/OMC

são determinantes e exigem respostas no plano da atratividade territorial. A “servitização” indireta da produção transacionável de bens, nomeadamente nas fileiras do agroalimentar, da floresta e das restantes fileiras industriais, constitui a principal alavanca de dinamização do contributo dos serviços para a geração de valor nas exportações portuguesas. Como seria de esperar este processo desenvolve-se através de formas e ritmos necessariamente diferenciados nos diferentes segmentos de serviços interessando, por isso, situar essas diferenças.

Com efeito, além de medir de forma mais adequada a relevância dos serviços no processo de internacionalização da economia portuguesa, a abordagem TiVA também permite desagregar os serviços que estão incorporados nos bens que Portugal vende ao exterior nas categorias (i) comércio, restauração e hotelaria, (ii) transportes e armazenagem, (iii) serviços financeiros, (iv) serviços às empresas e (v) outros serviços (cf. Gráfico V.6), bem como identificar a respetiva origem, nacional ou importada (cf. Gráfico IV.7).

GRÁFICO IV.6

Composição das exportações de Portugal por tipo de serviço: fluxos brutos de exportação versus fluxos de valor acrescentado | 2009



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em OCDE/OMC

As principais conclusões evidenciadas por estes resultados podem ser sistematizadas com base nos seguintes pontos:

- Os serviços às empresas e o comércio, restauração e hotelaria, em particular os serviços de distribuição, são responsáveis por mais de dois terços de todo o valor acrescentado que é incorporado indiretamente pelos serviços nas exportações de bens.

Os serviços às empresas constituem o segmento mais relevante no contributo indireto para as exportações do país, o que é evidenciado pelo aumento substancial da importância destes serviços quando é avaliada como quota nos fluxos de valor acrescentado incorporado nas exportações (29%) e não como quota nos fluxos brutos de exportação (20%).

Os serviços às empresas registam, no entanto, um elevado conteúdo importado nas suas exportações (uma vez que 29,3% do valor incorporado por estes serviços nas exportações nacionais tem origem no exterior) só ultrapassado pelo segmento do comércio, hotelaria e restauração (onde o mesmo indicador alcança 32,4%);

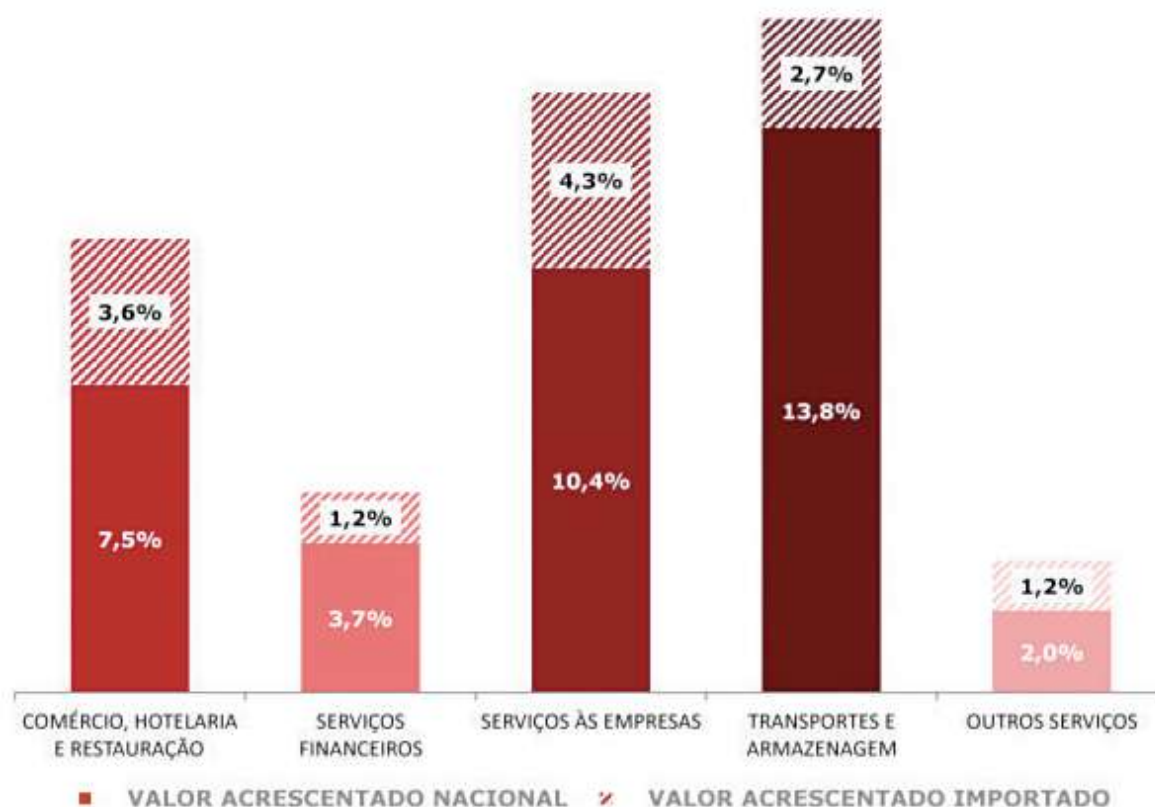
- Os transportes e armazenagem constituem, enquanto atividades logísticas, os serviços que incorporam valor acrescentado associado à produção de bens na sua atividade exportadora.

O contributo indireto dos bens para as exportações associadas à logística explica por que diminui substancialmente a importância deste serviço quando avaliada com base nos fluxos brutos de exportação

e quando avaliado com base nos fluxos de valor acrescentado incorporado nas exportações. Com efeito, apesar de liderar em ambos os critérios o processo de internacionalização do setor dos serviços, a sua quota desce de mais de metade (19% em 36%), no critério dos fluxos brutos, para cerca de um terço (16% em 50%), no critério dos fluxos em valor.

Os transportes e armazenagem são a tipologia de serviços que regista um menor conteúdo importado das exportações, com 16% do valor incorporado nas exportações portuguesas por este tipo de serviços a ter origem nos fornecimentos externos.

GRÁFICO IV.7
Decomposição do valor acrescentado dos serviços incorporado nas exportações portuguesas por origem e tipo de serviço | 2009



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em OCDE/OMC

A comparação internacional do contributo, direto e indireto, dos serviços nacionais e estrangeiros para as exportações totais de cada país permite compreender melhor como se configura a especialização da economia portuguesa no contexto europeu e mundial (cf. Gráfico IV.8).

Ao desagregar os fluxos brutos de exportações em fluxos de valor acrescentado, recorrendo necessariamente à decomposição dos fluxos brutos em fluxos diretos e indiretos de valor acrescentado, a base de dados TiVA possibilita a contabilização do valor dos serviços incorporados nas exportações de serviços (“serviços nos serviços”), do valor dos serviços incorporados nas exportações de bens (“serviços nos bens”), do valor dos bens incorporados nas exportações de serviços (“bens nos serviços”) e do valor dos bens incorporados nas exportações de bens (“bens nos bens”):

- Considerando a relevância dos serviços nas exportações totais em valor do país (“serviços nos serviços” e “serviços nos bens”), Portugal surge em 18.º lugar entre as 56 economias da base TiVA, ocupando o 12.º posto entre os Estados-membros da União Europeia.

No topo do *ranking*, repleto de pequenas economias abertas e desenvolvidas como Luxemburgo, Hong

Kong ou Irlanda, destaca-se o Reino Unido pela importante dinâmica dos serviços às empresas. A vocação terciária da União Europeia é, aliás, comprovada pela elevada incorporação de serviços nas exportações em valor da generalidade dos Estados-membros.

Os países emergentes, ricos em recursos naturais ou especializados em indústrias de baixa tecnologia e intensivas em mão de obra, aparecem no fundo da tabela. A relevância dos serviços fica-se pelos 8% na Arábia Saudita e pelos 20% no Brunei ou na Indonésia. A Índia, pela sua maior especialização em serviços associados as tecnologias de informação e comunicação, é exceção entre as economias emergentes, com o valor acrescentado gerado pelos serviços a ascender a 52% das exportações totais, o 14.º registo mais elevado entre as economias da base TiVA;

- Considerando apenas a relevância dos serviços de origem nacional incorporados nas exportações totais em valor do país (“serviços portugueses nos serviços” e “serviços portugueses nos bens”), Portugal melhora para a 12.ª posição entre as 56 economias da base TiVA, ocupando o 9.º posto entre os Estados-membros da União Europeia.

O topo deste *ranking* já não é povoado por pequenas economias abertas, mas por grandes economias desenvolvidas, como o Reino Unido, os Estados Unidos ou o Japão. Estas grandes economias apresentam um bem mais elevado contributo dos serviços de origem nacional para o valor das exportações, enquanto o valor dos fornecimentos de serviços estrangeiros assume uma dimensão pouco significativa;

- Considerando a relevância dos serviços incorporados nas exportações de bens em valor do país (“serviços nos bens”), Portugal cai para a 39.ª posição entre as 56 economias da base TiVA, ocupando o 19.º posto entre os Estados-membros da União Europeia.

Entre os países em que a incorporação de serviços nos bens exportados (“serviços nos bens”) é mais relevante destacam-se a Itália (30%), a Alemanha (29%) e a França (28%), grandes economias europeias, seguidas da Eslováquia (28%) e Polónia (27%), países do alargamento a leste. Nestes países, o contributo das exportações indiretas de serviços ultrapassa mesmo o das exportações diretas (“serviços nos serviços”).

Estamos perante economias que se distinguem por apresentar uma sólida base industrial, que não descarta o importante papel dos serviços no reforço da sua competitividade internacional, nomeadamente no que respeita às dinâmicas de inovação, diferenciação e intensidade criativa;

- No plano internacional, destaque ainda para o México, a China e o Vietname, países cujas exportações diretas de serviços valem apenas 6-7% do comércio internacional, mas cujos serviços incorporados nas exportações de bens valem entre 19 e 25%, indiciando modelos onde a “servitização” tardia se sobrepõe a um fenómeno de terciarização mais global;
- Considerando a relevância dos bens incorporados nas exportações de serviços (“bens nos serviços”), Portugal ascende à 9.ª posição entre as 56 economias da base TiVA, num *ranking* liderado por Malta, Hong Kong e Grécia, e ocupa o 5.º posto entre os Estados-membros da União Europeia.

A conjugação dos posicionamentos da economia portuguesa nos fluxos de valor que resultam das formas de articulação entre produção de bens e produção de serviços (“serviços nos bens” e “bens nos serviços”) permite identificar um potencial de internacionalização dos serviços, alargando a sua dimensão transacionável.

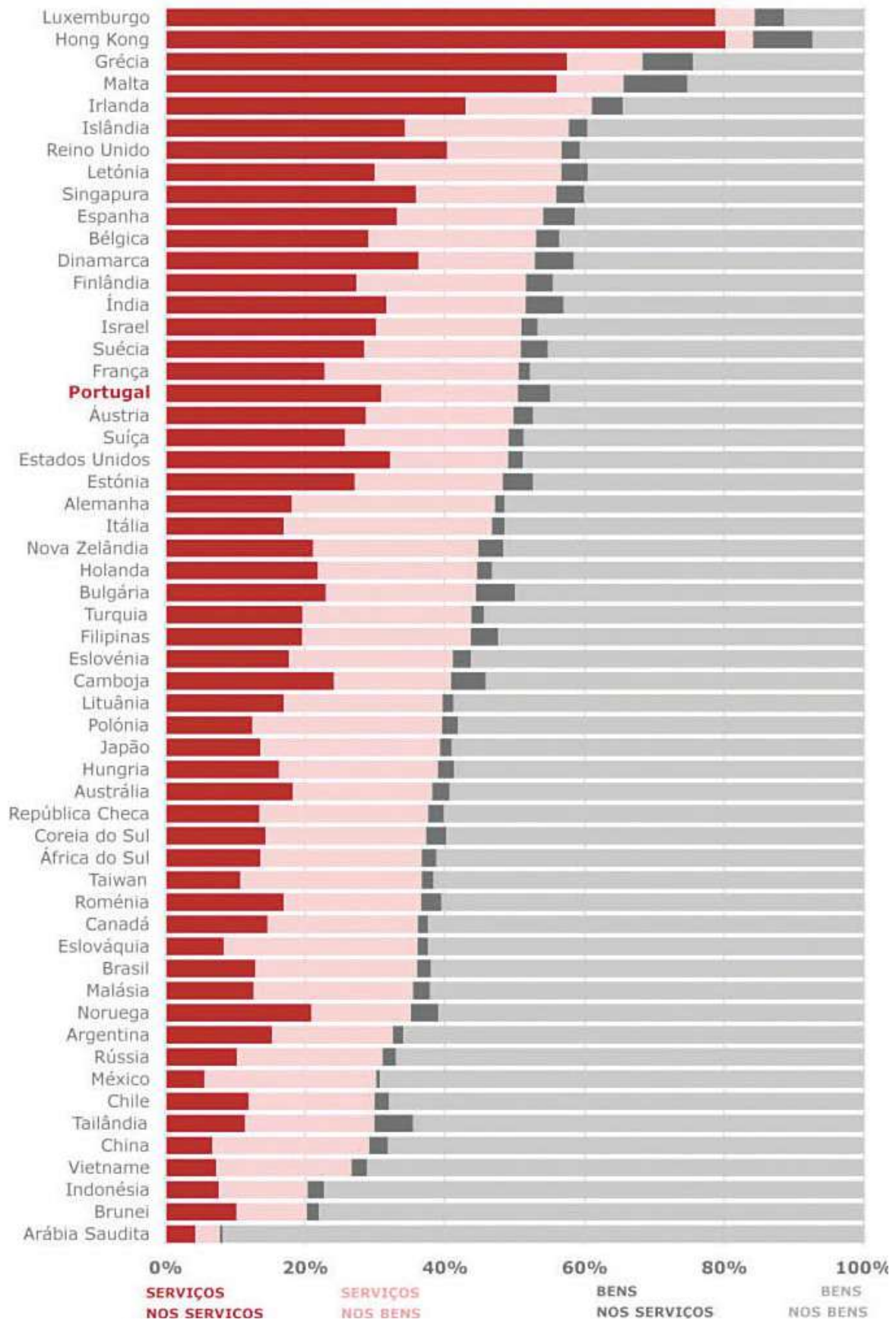
Com efeito, fica claro que a “servitização” pode alavancar o espaço dos “serviços nos bens”, reforçando, ao mesmo tempo, a competitividade internacional das fileiras agroalimentar, florestal e industrial. Assim como parece também ficar claro que a maior relevância dos “bens nos serviços” se deve, em grande parte, a uma insuficiente profundidade e extensão da cadeia de valor dos serviços onde esta relevância dos “bens nos serviços” é mais elevada. A base de dados TiVA permite, finalmente, investigar mais detalhadamente a interação entre bens e serviços nas exportações portuguesas, ao permitir uma análise mais aprofundada e detalhada envolvendo 13 setores de atividade, da agricultura à construção, passando pelas principais fileiras exportadoras industriais (cf. *Gráfico IV.9*).

Os principais resultados obtidos podem ser sistematizados com base nos seguintes pontos:

- A incorporação de valor pela aquisição de serviços, independentemente da respetiva origem, nacional ou importada, é mais relevante nas exportações de produtos metálicos (36%) e de equipamentos de transporte (34%), seguidas de muito perto pelas indústrias alimentares (32%) e de produtos florestais (31%);
- As atividades primárias, mais centradas na produção de materiais e matérias-primas, nomeadamente as indústrias extrativas (13%) e a agricultura (20%), a par da construção e obras públicas (18%) são, inversamente, aquelas que apresentam menor incorporação de valor através da aquisição de serviços nos

GRÁFICO IV.8

Ranking do contributo direto e indireto dos serviços para as exportações totais de bens e de serviços: a posição de Portugal no mundo | 2009

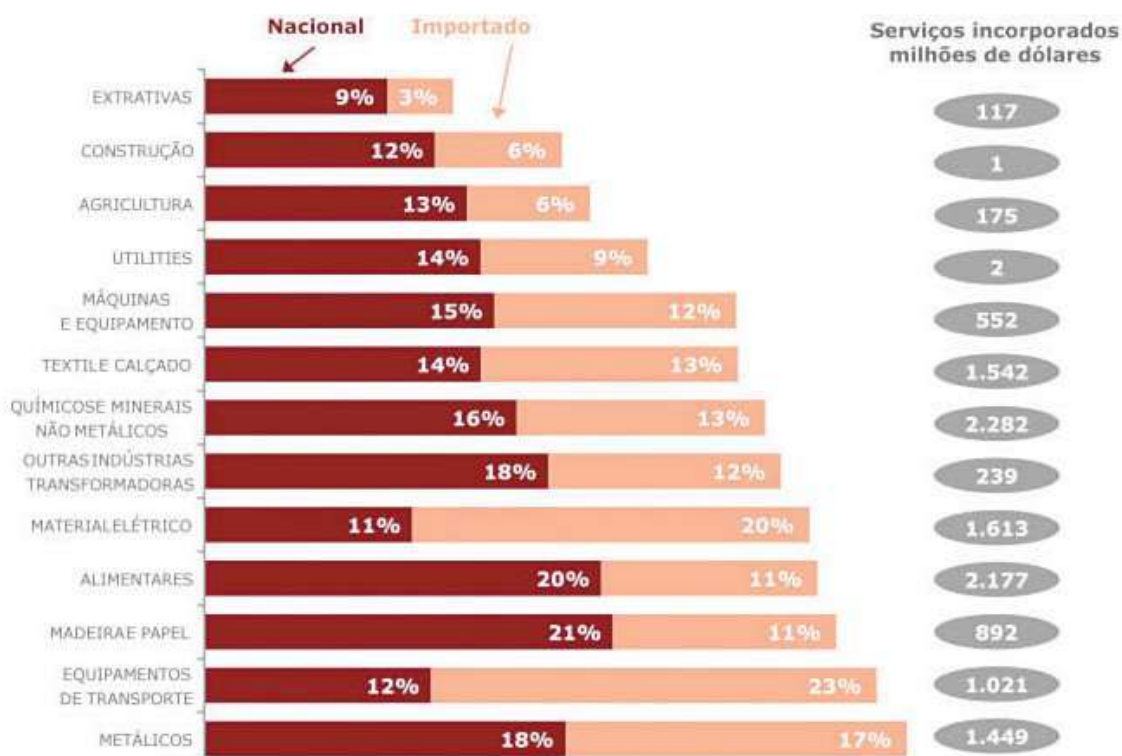


Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em OCDE/OMC

bens exportados;

- As indústrias mais centradas na valorização de recursos endógenos destacam-se como aquelas onde a incorporação de valor com base na aquisição de serviços de origem nacional é mais significativa, nomeadamente as indústrias florestais (21%) e alimentares (20%);
- As indústrias de natureza mais capital intensiva, onde a presença do investimento direto é mais forte e onde a inserção de Portugal nas cadeias de valor globais comporta processos de fabrico e de montagem relativamente truncados, apresentam, inversamente, uma elevada incorporação de valor com base na aquisição de serviços importados, nomeadamente as indústrias de material de transporte (23%) e as indústrias de material elétrico e eletrónico (20%). O valor dos serviços de origem nacional incorporado nas exportações de bens só não supera o valor dos serviços importados nestas duas indústrias;
- Em termos absolutos, as indústrias químicas, farmacêuticas e de materiais de construção (cerâmicas, vidro e cimento) lideram, em 2009, o valor incorporado nas respetivas exportações através da aquisição de serviços (com cerca de 2.300 milhões de dólares), seguidas pelas indústrias alimentares (com cerca de 2.200 milhões de dólares), pelas indústrias elétricas e eletrónicas (com cerca de 1.600 milhões de dólares) e das indústrias da fileira da moda (com pouco mais de 1.500 milhões de dólares);
- Entre 1995 e 2009 a incorporação de valor nas exportações através da aquisição de serviços aumentou na generalidade dos setores de atividade com exceção das indústrias extrativas e da fabricação de máquinas e equipamentos (setor que liderava na incorporação de serviços em 1995).

GRÁFICO IV.9
Relevância da incorporação de serviços nas exportações por setor de atividade em Portugal | 2009



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em OCDE/OMC

O papel estratégico dos serviços no esforço global da exportação da economia portuguesa

Aprofunda-se neste último capítulo a compreensão da terciarização da economia portuguesa por grandes funções económicas, averiguando quanto da afirmação dos serviços veio responder às necessidades de consumo privado, consumo público e investimento do país (terciarização da procura interna) ou veio apoiar o esforço global de exportação do país (terciarização da procura externa). A relevância dos serviços no esforço global de exportação da economia portuguesa é determinada a partir do valor acrescentado associado a todas as atividades que contribuem direta e indiretamente para o processo de natureza transversal que é a venda de bens e de serviços ao exterior. Em causa não está apenas o crescente consumo final de serviços (via direta) mas também o crescente consumo intermédio de serviços pelo tecido produtivo nacional (via indireta).

Os serviços na procura interna e externa

Analisados os processos de terciarização e “servitização” da economia portuguesa e aprofundado o sentido das transformações ocorridas nos vários segmentos de atividade que configuram o grande setor dos serviços importa, agora, desenvolver uma visão global de natureza macroeconómica. O objetivo é construir uma visão integrada dos processos de abertura e de internacionalização da economia portuguesa e, desse modo, enquadrar rigorosamente o papel dos serviços no esforço global de exportação realizado pela economia portuguesa. A compreensão do processo de terciarização da economia portuguesa nas últimas décadas exige uma visão integrada do papel dos serviços na satisfação da procura interna e da procura externa, averiguando o contributo do setor terciário nacional para a satisfação do consumo privado, do consumo público e do investimento (procura interna) e das exportações (procura externa). Este exercício implica uma leitura ampla e global do sistema produtivo nacional, por um lado integrando a produção de bens e a produção de serviços, e por outro lado envolvendo todas as etapas geradoras de valor acrescentado, desde a conceção, a montante, à comercialização, transporte e distribuição, a jusante. Nenhuma empresa é autossuficiente. Produzir não é um ato isolado de uma empresa ou de um setor considerado individualmente, mas sim um ato coletivo envolvendo redes complexas de abastecimento e de distribuição. A estrita eficiência individual das empresas vai cedendo o seu papel dinamizador do crescimento económico à eficiência coletiva alargada e às sinergias potenciadas pela especialização e pela colaboração ao longo das cadeias de valor. Qualquer economia pode ser analisada como um conglomerado aberto de atividades prosseguidas por empresas que desenvolvem formas muito diversificadas de negócios, entre elas (*B2B*), com os consumidores finais (*B2C*) e com as próprias administrações públicas (*B2A*), para poder satisfazer as procuras que nascem de necessidades humanas e sociais cada vez mais segmentadas e que se exprimem nos respetivos mercados internos e nos mercados internacionais, cada vez mais globalizados e concorrenciais.

Neste quadro de abertura e de globalização das economias e dos mercados, a articulação entre procura interna e procura externa torna-se cada vez mais forte, consolidando-se quatro grandes funções macroeconómicas que respondem ao consumo privado das famílias, ao consumo coletivo associado à disponibilização dos bens públicos em sentido amplo, ao investimento e às exportações de bens e serviços.

A identificação do papel dos serviços no valor acrescentado gerado no desenvolvimento destas grandes funções macroeconómicas constitui um elemento central na avaliação estratégica do seu papel no esforço

global de exportação de qualquer economia moderna. Neste quadro analítico, importa rastrear as cadeias de abastecimento estabelecidas entre as empresas com atividade na economia nacional para observar como cada ramo de atividade contribui, direta ou indiretamente, em maior ou em menor escala, para satisfazer a procura interna ou a procura externa. Esta visão é aqui aprofundada com recurso à metodologia das secções produtivas globais (cf. Caixa V.1).

A metodologia de análise em secções produtivas permite determinar a composição setorial do esforço global da economia portuguesa para satisfazer a procura interna e para satisfazer a procura externa em termos da origem do VAB, direto e indireto, nele incorporado.

Desta forma, é possível compreender melhor como o processo de terciarização influenciou o crescimento do país, formulando e respondendo a duas questões centrais:

- A afirmação dos serviços veio apenas responder às crescentes necessidades de consumo e de investimento das famílias, das empresas e das administrações públicas no mercado doméstico?
- Ou a afirmação dos serviços veio também apoiar a crescente orientação das empresas nacionais para os mercados externos, contribuindo decisivamente para o esforço global de exportação da economia portuguesa?

A resposta a estas questões constitui um caminho de compreensão do conceito de atividade transacionável. Com efeito, as atividades dividem-se em transacionáveis e não transacionáveis em função da sua inserção em mercados abertos e sujeitos a formas de concorrência internacional e não em função de características próprias permanentes.

A análise da relevância macroeconómica dos serviços na sustentação da democratização da sociedade portuguesa e da melhoria generalizada do nível de vida da população, primeiro, e na internacionalização e dinamização do esforço de exportação, depois, permite compreender as razões pelas quais as fronteiras das atividades transacionáveis, em Portugal, penetraram profundamente o setor dos serviços.

As matrizes *input-output* disponíveis para os anos de 1970, 1986, 1995, 1999, 2005, 2008 e 2011 permitem observar como, ao longo de quatro décadas, o processo de terciarização da economia portuguesa se tem vindo a distribuir entre satisfação da procura interna e satisfação da procura externa (cf. Gráficos V.1 e V.2).

GRÁFICO V.1.
Terciarização da procura interna em Portugal | 1970 a 2011
Quota dos serviços no VAB associado (preços correntes)

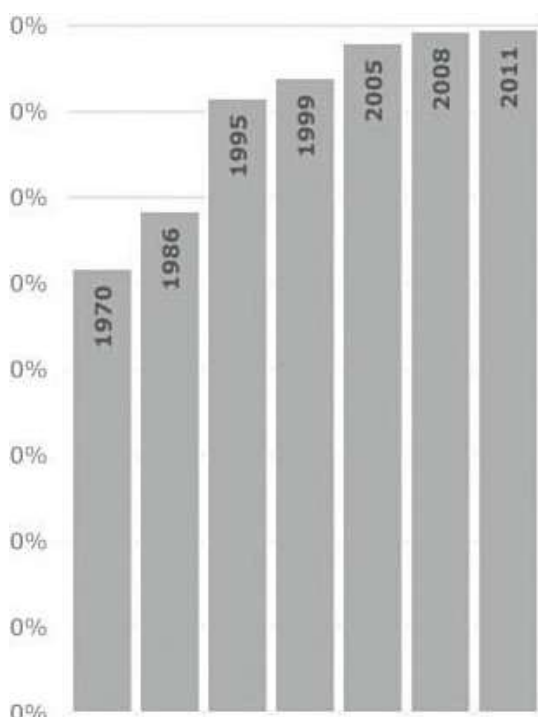
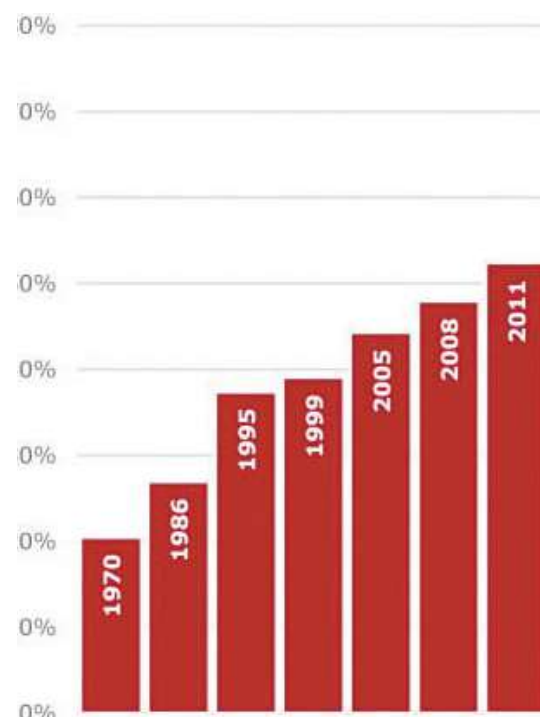


GRÁFICO V.2.
Terciarização da procura externa em Portugal | 1970 a 2011
Quota dos serviços no VAB associado (preços correntes)



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em GEBEI, INE e OCDE/OMC

CAIXA V.1

A metodologia das secções produtivas globais

A utilização dos quadros *input-output* para a análise estrutural dos processos de crescimento económico apresenta a grande vantagem de permitir um adequado tratamento das produções e utilizações intermédias de recursos e produtos que suportam as múltiplas cadeias de relacionamento entre empresas que permitem satisfazer a procura final.

Esta metodologia permite construir quatro secções produtivas onde se aglomeram combinações de partes dos diferentes ramos de atividade pertinentes que incluem a contribuição direta e indireta de cada um deles para cada uma das quatro funções macroeconómicas consideradas. A economia é, neste quadro, decomposta e recomposta em quatro vetores que descrevem, linha a linha, os contributos específicos de cada ramo de atividade para a satisfação de cada componente da procura final: consumo privado (S-C), consumo público (S-G), formação de capital físico (S-I) e exportação (S-X).

Uma análise em secções produtivas do crescimento económico permite tratar as grandes funções macroeconómicas dotando-as de um rigoroso conteúdo setorial, isto é, permite articular o movimento global de uma economia, evidenciado pelos agregados macroeconómicos, com os movimentos particulares que se produzem ao nível dos diferentes setores, atividades económicas e cadeias produtivas.

As funções macroeconómicas, que se articulam com as componentes da procura final total, interna e externa (consumo privado, consumo público, investimento e exportação), relevam do funcionamento de sistemas complexos que correspondem, grosso modo, a três áreas ou processos fundamentais da reprodução e da transformação das condições de existência dos agentes económicos, pessoas e empresas, bem como dos seus comportamentos e das estruturas e instituições que os enquadram:

- O processo de satisfação das necessidades humanas e sociais, que alimenta a qualidade de vida das populações, suportado pelo consumo das famílias, crescentemente estruturado pela vida em centros urbanos e pelas condições de acesso aos bens e serviços públicos que promovem a coesão social;
- O processo de expansão e reorganização do “capital físico”, bem como dos restantes tipo de capital (humano, social, organizacional, infraestrutural e patrimonial), através do “jogo” conformado pela interação entre os mercados e o Estado, onde o investimento empresarial e a política económica, por ação e/ou omissão, desempenham um papel determinante;
- O processo de exploração dos eixos de internacionalização e de inserção no mercado mundial, com a exportação competitiva de bens e serviços a garantir o acesso a fluxos importados de bens, serviços e fatores produtivos.

O processo de decomposição e repartição do valor da produção bruta de cada ramo de atividade que permite construir as diferentes secções produtivas, em função do respetivo contributo para a satisfação de cada uma das componentes da procura final, baseia-se em hipóteses e pressupostos centrais que, apesar de robustos, importa explicitar.

A metodologia de construção de secções produtivas toma como referência básica, quer no plano da representação dos sistemas produtivos, quer no plano da informação estatística utilizada, um sistema de matrizes multissetoriais associado (direta ou indiretamente) a um sistema de contabilidade nacional, isto é, um conjunto coerente de quadros de entradas e saídas produzido regularmente em sintonia com os agregados macroeconómicos que caracterizam uma dada economia.

A utilização de um sistema de matrizes multissetoriais conduz à adoção quer da hipótese de linearidade implícita nos modelos *input-output*, quer da hipótese da homogeneidade da produção de cada ramo ou setor no que respeita às suas diferentes utilizações intermédias e finais.

A matriz A (matriz dos coeficientes técnicos nacionais) constitui a base de construção dos operadores de decomposição e recomposição do *output* de cada ramo no quadro de um equilíbrio vertical entre a produção e a procura (intermédia e final) associada a cada função macroeconómica, e não no quadro de um equilíbrio horizontal entre oferta e procura de um determinado grupo de produtos mais ou menos homogéneo.

A determinação do contributo de cada ramo para cada secção obedece ao seguinte operador genérico de cálculo utilizando procedimentos elementares de álgebra matricial:

$$a_i^k X_i = X_i^k = (I - A)^{-1} Y^k$$

Em que Y^k representa um vetor parcial da procura final refletindo uma certa desagregação da procura final total Y, de acordo com as funções macroeconómicas consideradas.

A decomposição da produção bruta de cada ramo resulta, assim, da prévia desagregação do vetor da procura final Y em tantos vetores parciais Y^k quantas as funções macroeconómicas consideradas pertinentes (logo, quantas as secções produtivas) e da posterior determinação da respetiva contribuição, direta e indireta, para a satisfação de cada uma das componentes da procura final. Temos, assim:

$$Y = Y^1 + \dots + Y^k + \dots + Y^m = \sum_{k=1}^m Y^k \text{ e } X = (I - A)^{-1} \sum_{k=1}^m Y^k$$

As secções produtivas são, portanto, concebidas e avaliadas como combinações lineares de contribuições de cada um dos ramos para cada uma das funções macroeconómicas que as caracterizam e definem, isto é, através de uma expressão do seguinte tipo:

$$S^k = a_1^k X_1 + \dots + a_n^k X_n = \sum_{i=1}^n a_i^k X_i$$

Em que X representa uma qualquer variável considerada para cada ramo de atividade como, por exemplo, a produção, o valor acrescentado, o emprego ou o capital fixo.

A metodologia de construção de secções produtivas, enquanto instrumento de análise dos sistemas produtivos, opera uma decomposição e recomposição da produção nacional e não do conjunto dos recursos (produção nacional e importações), o que exige a disponibilidade de matrizes de fluxos totais, matrizes de importações e matrizes de fluxos de produção nacional: 1970, 1986, 1995, 1999, 2005, 2008 e 2011 são os anos referentes às matrizes atualmente disponíveis.

Os resultados obtidos permitem fundamentar quatro conclusões principais.

Em primeiro lugar, a terciarização da procura apresenta-se, na economia portuguesa, no período em análise, como um processo global envolvendo ambos os processos de satisfação da procura interna e da procura externa.

Em segundo lugar, a terciarização da procura externa, embora menos expressiva em termos absolutos, em função do peso assumido pelas administrações e pelos serviços públicos associados ao consumo coletivo na procura interna, fez-se a um ritmo muito mais intenso do que o da terciarização da procura interna.

Em terceiro lugar, a terciarização da procura interna fez-se principalmente em função da democratização da sociedade e da melhoria do nível de vida da população, seja sob o efeito da redistribuição do rendimento e da expansão dos serviços públicos de educação e de saúde, primeiro, seja sob o efeito do choque inicial da integração europeia com os progressos concretizados ao nível da convergência real pela economia portuguesa.

Em quarto lugar, a terciarização da procura externa fez-se mais intensamente na sequência dos processos de realização do mercado interno europeu e da União Económica e Monetária, no quadro europeu, e da aceleração da globalização, no quadro mundial, em função do desenvolvimento de novas formas de abertura e internacionalização (comércio e investimento) e da procura de novos fatores de competitividade e de capacidades concorrenciais acrescidas no tecido empresarial onde os serviços especializados, por um lado, e o aprofundamento da especialização turística, por outro lado, se revelaram particularmente relevantes.

A análise do valor acrescentado gerado quer pela satisfação da procura interna, quer pela satisfação da procura externa revela como a terciarização do país não pode ser apressadamente confundida com uma “viragem para dentro” da economia portuguesa:

- Os serviços já respondem por quatro quintos da riqueza gerada pelas empresas nacionais no esforço global de satisfação da procura interna;
- Os serviços já respondem por mais de metade da riqueza gerada pelas empresas nacionais no esforço global de satisfação da procura externa. Isto significa que o esforço global de exportação da economia portuguesa já não tem origem maioritariamente em atividades industriais ou primárias, mas é composto sobretudo por atividades terciárias.

A profunda redistribuição da origem do valor acrescentado nas atividades diretas e indiretas de exportação observada nas últimas décadas mostra uma alteração radical nos recursos exigidos para responder aos mercados externos concorrenciais:

- Em 1986, mais de 70% do valor acrescentado do esforço global de exportação ainda tinha origem em atividades produtoras de bens, como a agricultura ou a indústria transformadora;
- Em 2011, mais de 50% do valor acrescentado do esforço global de exportação já tem origem em serviços, mostrando como, afinal de contas, os ingredientes da internacionalização da economia portuguesa já não são predominantemente industriais mas terciários.

Quando se confronta o conjunto da economia portuguesa com o setor terciário em termos da distribuição do VAB gerado na satisfação da procura interna e da procura externa, torna-se evidente esta extroversão dos serviços (cf. Gráficos V.4 e V.6):

- Entre 1970 e 2011, o conjunto da economia portuguesa multiplicou a riqueza gerada na satisfação da procura interna por 5,2 e a riqueza gerada na satisfação da procura externa por 6,5. Nesta diferença de ritmos de crescimento no plano interno e no plano externo está bem evidenciado o processo de internacionalização da economia portuguesa (cf. Gráfico V.3);
- Entre 1970 e 2011, o setor dos serviços multiplicou a riqueza gerada na satisfação da procura interna por 6,4 e a riqueza gerada na satisfação da procura externa por 13,5. Nesta diferença de ritmos de crescimento no plano interno e no plano externo está, também, bem evidenciado processo de internacionalização dos serviços (cf. Gráfico V.4);
- A terciarização da economia portuguesa fez-se obviamente no plano doméstico, com a riqueza gerada na satisfação da procura interna a multiplicar mais nos serviços (6,4) do que na economia portuguesa no seu conjunto (5,2) entre 1970 e 2011 (cf. Gráfico V.5);
- Mas o ritmo de terciarização destaca-se sobretudo no plano externo, com a riqueza gerada na satisfação da procura externa a multiplicar bem mais nos serviços (13,5) do que no conjunto da economia portuguesa (6,5 vezes) entre 1970 e 2011 (cf. Gráfico V.6).

GRÁFICO V.3.
Evolução da riqueza gerada pela economia portuguesa | 1970 a 2011
base 100=VAB gerado em 1970

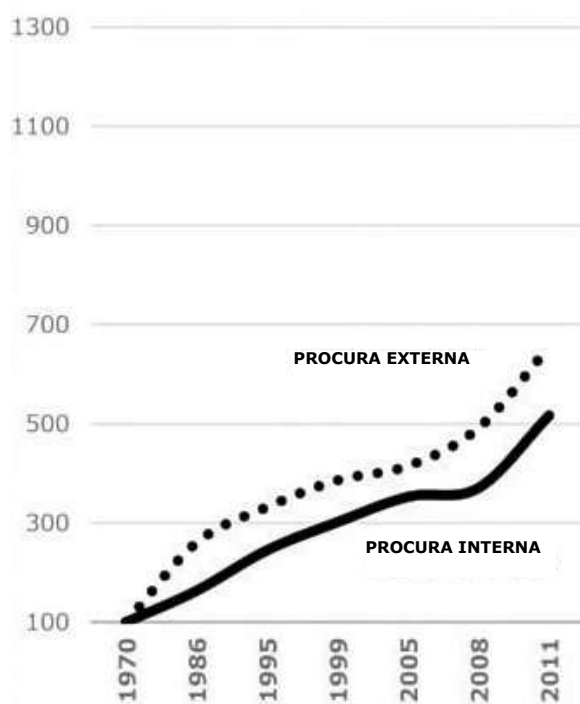


GRÁFICO V.4.
Evolução da riqueza gerada pelos serviços | 1970 a 2011
base 100=VAB gerado em 1970

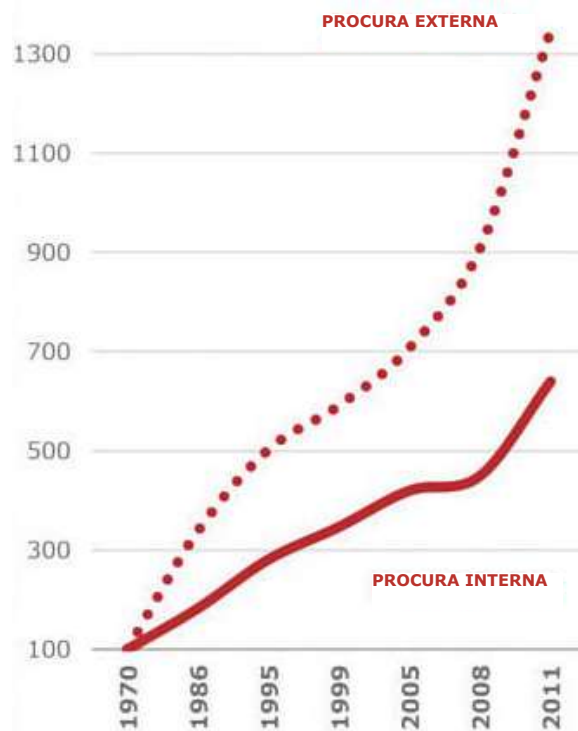
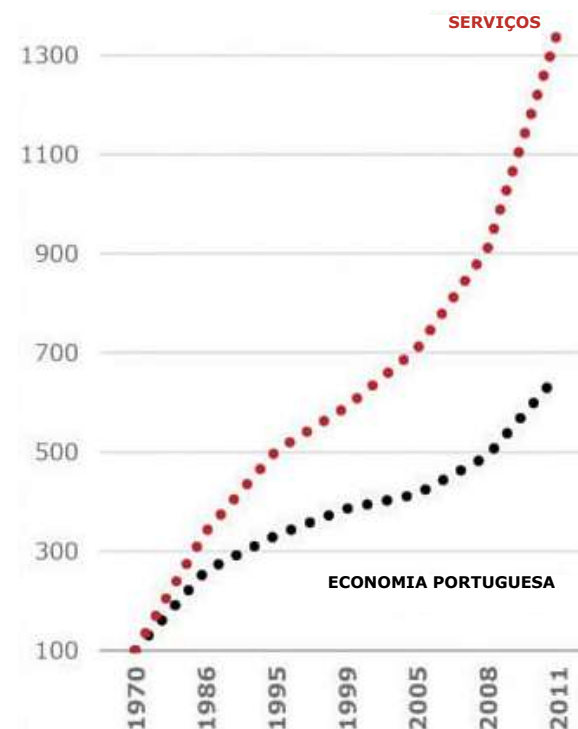


GRÁFICO V.5.
Evolução da riqueza gerada na satisfação da procura interna | 1970 a 2011
base 100=VAB gerado em 1970



GRÁFICO V.6.
Evolução da riqueza gerada na satisfação da procura externa | 1970 a 2011
base 100=VAB gerado em 1970



Nota: Evolução a preços constantes.

Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em INE, GEBEI e OCDE/OMC

A leitura ampla e transversal do funcionamento da economia portuguesa contida nos resultados acima evidenciados, determinando como cada ramo de atividade contribui, direta ou indiretamente, em maior ou em menor escala, para satisfazer a procura interna ou a procura externa em termos de valor acrescentado, não permite outra conclusão que não seja a de que o processo de terciarização do país comporta um caráter também largamente “transacionável” que importa reconhecer e valorizar.

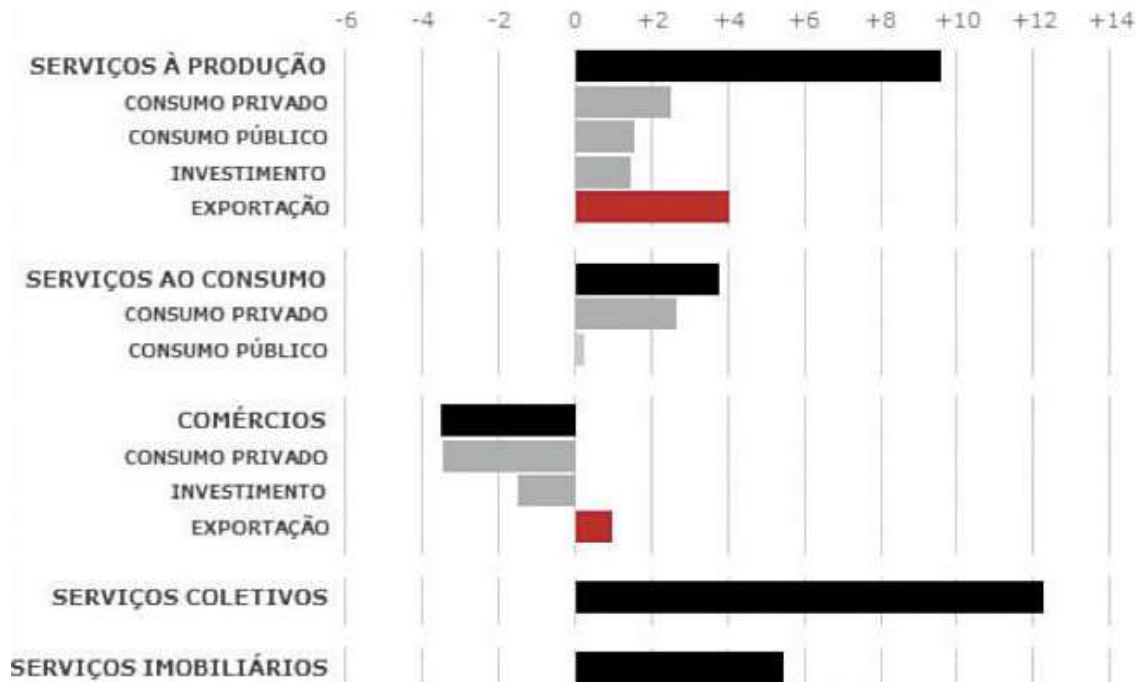
A diversidade interna do conjunto das atividades de serviços não admite uma discussão genérica e dicotómica sobre o seu caráter de atividade transacionável ou de atividade não transacionável. Trata-se, como ficou demonstrado de forma irrefutável, de reconhecer que as duas dimensões estão presentes no crescimento e no alargamento da presença dos serviços na economia portuguesa e que a dimensão transacionável é relevante e cada vez mais dinâmica e expressiva. Ao longo das últimas quatro décadas, o processo de internacionalização dos serviços registou, com efeito, uma velocidade duas vezes superior ao próprio processo de internacionalização do conjunto da economia portuguesa (cf. *Gráfico V.6*) e o esforço global de exportação da economia portuguesa já apresenta um conteúdo setorial predominantemente terciário (cf. *Gráfico V.2*).

Um aprofundamento da análise operando através de um zoom à evolução da repartição deste VAB por diferentes tipos de atividade (serviços à produção, serviços ao consumo, comércio, serviços coletivos, serviços imobiliários) e por diferentes tipos de procura (consumo privado, consumo público, investimento e exportação) permite clarificar os eixos de configuração da terciarização da economia portuguesa em termos de protagonistas e das respetivas funções económicas (cf. *Gráfico V.7*).

Os principais resultados obtidos com este aprofundamento permitem destacar os seguintes aspetos principais:

- O mercado doméstico foi obviamente o palco principal da terciarização da economia portuguesa, com os ganhos de quota dos serviços coletivos e dos serviços imobiliários a refletirem sobretudo a afirmação do setor público e a satisfação da procura interna em termos das necessidades de educação, saúde, apoio social ou habitação da população;
- Os serviços ao consumo também se afirmaram na satisfação da procura interna e, sobretudo em dar resposta à procura das famílias portuguesas de atividades tão diversas como a hotelaria, o alojamento e a restauração, os media e as telecomunicações, as atividades culturais, as formas crescentemente diversificadas de satisfação das procuras de lazer e os demais serviços pessoais;
- As viagens e turismo assumiram neste terreno um papel qualitativo relevante, seja na transformação dos modelos de consumo das famílias portuguesas, seja na própria “internacionalização interna” das atividades de serviços aos consumidores onde o peso maioritário dos turistas não residentes na procura total lhes abre, como vimos, uma inquestionável dimensão concorrencial transacionável;
- Apesar da perda de relevância económica no plano interno, as atividades comerciais souberam conquistar quota no VAB gerado no esforço global de exportação da economia portuguesa, refletindo a evolução das margens comerciais das empresas exportadoras e comprovando que a atividade comercial também se pode internacionalizar, não significando exclusivamente vender para dentro do mercado interno;
- O principal contributo do setor terciário para a internacionalização da economia portuguesa veio dos serviços à produção, refletindo o crescente contributo de atividades de I&D, científicas e técnicas, de informática, financeiras, de transportes e armazenagem e das mais diversas atividades administrativas e de suporte para o VAB gerado no esforço global de exportação da economia portuguesa. Este ganho de quota ilustra como a terciarização da procura externa invoca a mobilização, pelas empresas exportadoras nacionais, de fatores competitivos mais avançados para inovar e diferenciar os produtos com que concorrem a nível internacional.

GRÁFICO V.7.
Evolução dos serviços por segmentos e funções na economia portuguesa | 1970-2011
 variação da quota no total do VAB em pontos percentuais



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em INE, GEBEI e OCDE/OMC

O contributo dos serviços para o crescimento da economia portuguesa

O contributo dos serviços para o crescimento da economia portuguesa e para o seu esforço global de exportação reforçou-se de forma relevante ao longo do período em análise, embora tenha sofrido uma clara mitigação com os efeitos da crise económica e financeira e os respetivos reflexos em termos de rendimento disponível e de despesas de consumo.

A metodologia de análise desenvolvida neste estudo, além de permitir medir o peso relativo dos serviços na satisfação da procura interna e da procura externa, também permite identificar o seu contributo para o crescimento económico.

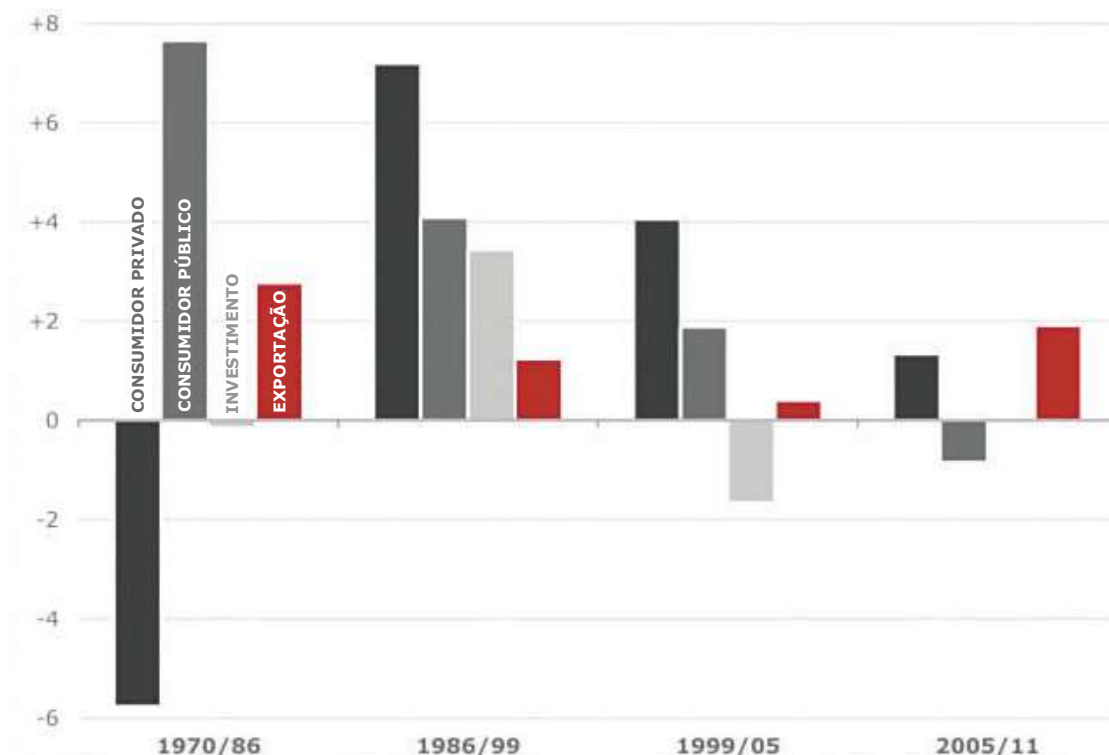
Com efeito, ao contabilizar o valor acrescentado associado a todas as atividades que contribuem direta e indiretamente para o consumo privado, o consumo público, o investimento ou a exportação, esta leitura global do sistema produtivo nacional permite observar como cada um destes “motores” impulsionaram o processo de terciarização e “servitização” da economia portuguesa ao longo das últimas quatro décadas (*cf. Gráfico V.8*). A marcação de quatro ciclos bem diferenciados resulta bastante nítida:

- Até à adesão à CEE, os serviços cresceram sobretudo pelo consumo público e pela exportação, em resposta à expansão do setor público, à afirmação do Estado Social e à opção pela abertura à integração europeia;
- No período que decorreu entre a adesão à CEE e a adesão ao euro, os serviços aceleraram com o impulso simultâneo dos quatro motores, em resposta ao dinamismo observado no consumo das famílias, no consumo público, no investimento e nas exportações.

De facto, a aproximação do nível de consumo das famílias aos padrões da Europa mais desenvolvida (convergência real), a dimensão assumida pelos fundos estruturais europeus na dinamização do investimento público e privado e o impacto muito positivo da baixa histórica das taxas de juro sobre o imobiliário justificam a inversão do comportamento do consumo privado e do investimento em relação ao ciclo anterior. As características deste ciclo concreto ajudam, também, a compreender a apressada e inadequada classificação dos serviços como atividade não transacionável;

- Na viragem para o século XXI, os serviços deixaram de poder contar com o dinamismo do investimento já em crise pela perda de competitividade da economia portuguesa e com o dinamismo do consumo público já pressionado pela acumulação de défices excessivos. Permaneceu, no entanto, o contributo dominante do consumo privado ainda alimentado pela possibilidade de compensar a quase estagnação do rendimento

GRÁFICO V.8.
Relevância das funções macroeconómicas no crescimento dos serviços | 1970 a 2011
 variação da quota de cada função macroeconómica no VAB dos serviços em pontos percentuais



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em INE, GEBEI e OCDE/OMC

disponível das famílias com o recurso ao endividamento para financiar, nomeadamente, a aquisição de bens duradouros;

- O ciclo mais recente, onde se sucederam a primeira crise do comércio internacional na globalização, a crise da dívida soberana nas economias mais vulneráveis da área do euro e o programa de ajustamento económico e financeiro, veio alterar substancialmente a configuração dos motores do processo de terciarização. As atividades de serviços encontram, agora, o seu principal fator dinâmico na internacionalização da economia portuguesa. Pela via direta, é o caso do dinamismo das viagens e turismo. Pela via indireta, é o caso do terciário para o sistema produtivo (*business services*), ajudando a produção e a exportação de bens a melhorar a sua competitividade e capacidade concorrencial através da incorporação do valor contido nesses serviços especializados.

À diversidade das atividades de serviços corresponde uma não menos marcante diversidade dos fatores catalisadores do seu crescimento e desenvolvimento na economia portuguesa.

O elemento de análise mais relevante é a própria internacionalização dos motores do crescimento do setor dos serviços. A exportação de bens e de serviços toma progressivamente o lugar que começou por ser ocupado pelo consumo público e depois pelo consumo privado e pelo investimento em combinações sucessivas respondendo às transformações do próprio processo de integração europeia de Portugal.

Para completar e concluir esta abordagem, é determinado o contributo do setor dos serviços para o crescimento da economia portuguesa e para o aumento do esforço global de exportação da economia portuguesa, considerando, neste último caso, o valor acrescentado associado a todas as atividades que contribuem direta e indiretamente para o processo de natureza transversal que é a venda de bens e de serviços ao exterior (cf. Gráfico V.9). Os resultados obtidos são especialmente significativos no que respeita à explicitação do relevante papel estratégico das atividades de serviços no crescimento económico e no esforço global de

exportação na economia portuguesa.

Em primeiro lugar, os serviços viram aumentar o seu contributo para o crescimento da economia portuguesa e para o seu esforço global de exportação ao longo de quatro décadas, até à eclosão da crise financeira internacional.

Os serviços chegaram mesmo a responder por mais de nove em cada dez euros que a economia portuguesa cresceu entre 1999 e 2008, mantendo-se como o principal responsável pelo crescimento económico no país. As linhas de tendência comprovam como o ritmo de afirmação dos serviços no esforço global de exportação da economia excede o ritmo de afirmação dos serviços no crescimento da economia portuguesa, revelando a progressiva orientação das atividades terciárias para os mercados externos (exportação direta) mas também o crescente consumo intermédio de serviços pelos exportadores nacionais (exportação indireta).

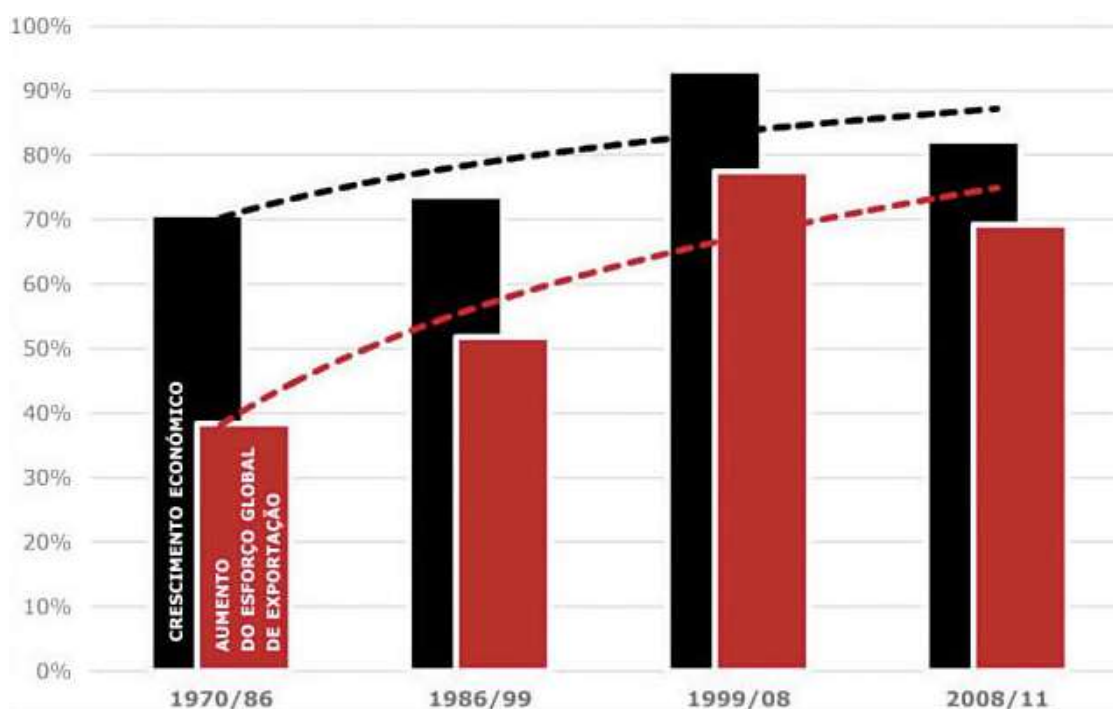
Em segundo lugar, o peso relativo das diferentes atividades (produção de bens versus produção de serviços) no contributo relativo para o aumento do VAB gerado no esforço global de exportação conheceu uma inversão total nos cerca de quarenta anos aqui analisados.

No período 1970/1986, o setor primário e o setor secundário, ambos produtores de bens, ainda respondiam por mais de 60% do aumento da riqueza gerado no esforço direto e indireto de exportação enquanto o conjunto das atividades de serviços respondia por menos de 40%. Mas, desde então, o setor terciário é o principal contribuinte para a viragem para fora da economia portuguesa.

No período 1999-2008 que engloba a criação do euro, a entrada da China na disciplina da OMC ou o alargamento da União Europeia aos países de baixos salários e elevadas qualificações do centro e leste europeu, os serviços foram responsáveis por mais de três quartos do aumento da riqueza gerada no esforço global de exportação da economia portuguesa.

O surgimento de algumas dificuldades na dinâmica de internacionalização dos serviços veio reduzir o respetivo contributo para o aumento do esforço global de exportação para cerca de 69%. No período de crise e ajustamento aqui analisado (2008-2011), sete em cada dez euros de acréscimo de riqueza gerada na exportação veio dos serviços.

GRÁFICO V.9.
Contributo dos serviços para o crescimento económico e para o aumento do valor nas exportações | 1970 a 2011
em percentagem do acréscimo do VAB



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em INE, GEBE e OCDE/OMC

ANEXO

Mapeamento de segmentos e mercados relevantes na internacionalização dos serviços

O presente anexo identifica os mercados que têm apresentado maior relevância e dinamismo no comércio internacional de serviços de transporte, viagens e turismo, serviços de comunicação, serviços de construção, serviços de seguros, serviços financeiros, serviços de informação e informática, direitos de utilização, outros serviços empresariais, serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa ou operações governamentais. Para cada uma destas rubricas da balança de serviços, é sumarizada a sua relevância no contexto nacional, europeu e internacional.

Serviços de transportes

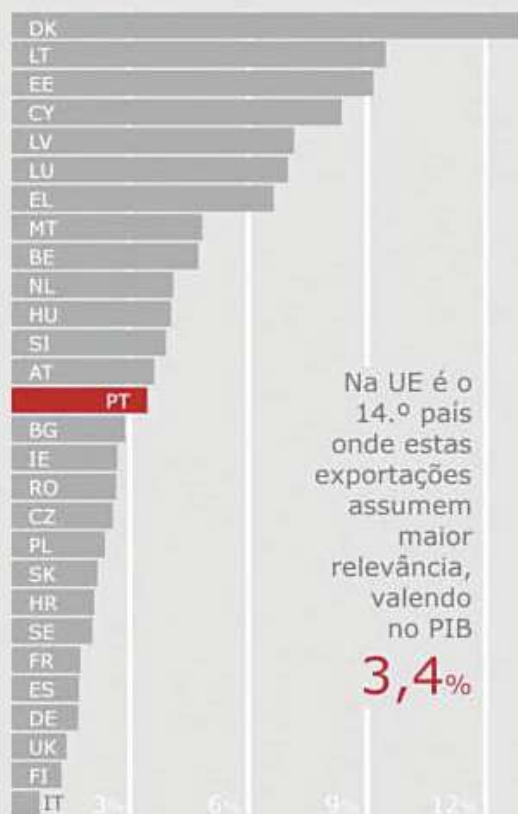
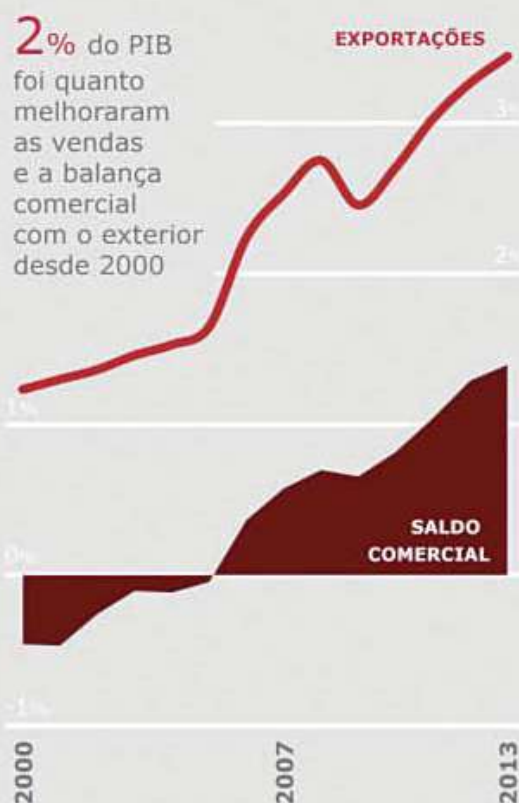
5,7 mil milhões de euros de exportações em 2013

2,3 mil milhões de euros de excedente comercial

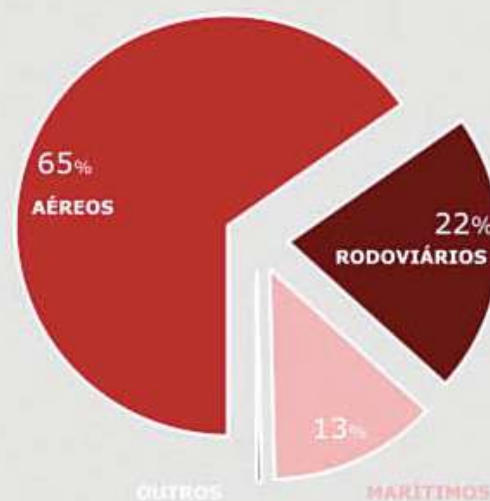
8,4% do total das exportações de bens e serviços do país

28% de todas as exportações de serviços do país

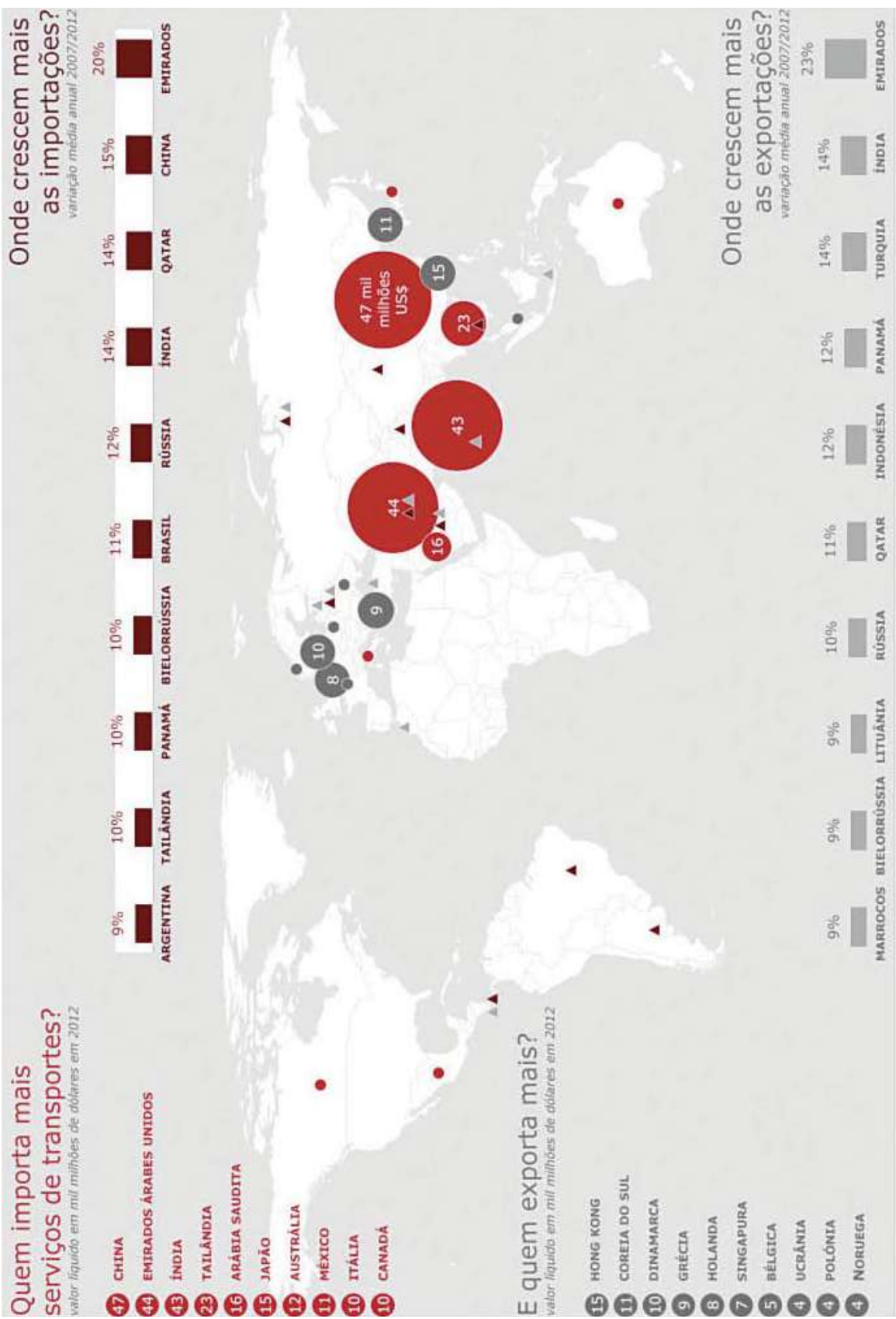
4,9% de ritmo anual de crescimento desde 2007



2/3 destas exportações são transportes aéreos enquanto os transportes rodoviários representam mais de 20%



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Banco de Portugal, Eurostat e INE



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em OMC

As exportações de transportes representam 28% dos fluxos brutos de exportação de serviços do país e equivalem a 3,4% do PIB português de 2013. A nível mundial, as exportações de transportes ascenderam a \$900 mil milhões em 2012, 20% de todas as trocas internacionais de serviços.

Em 2013, as exportações de transportes valeram a Portugal 5,7 mil milhões de euros, registo que compara com os 4,3 mil milhões em 2007. As vendas ao exterior crescem a um ritmo médio anual de 4,9% desde o arranque do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), o ciclo de financiamento estrutural 2007-2013. O saldo comercial dos transportes cifrou-se nos 2,3 mil milhões de euros (1,4% do PIB), registando uma melhoria de 1.300 milhões desde 2007.

Esta rubrica abrange todos os serviços de transporte prestados por residentes de uma economia a não residentes, incluindo fretes relativos ao transporte de mercadorias, passagens relativas ao transporte de passageiros, afretamento de equipamentos de transporte com tripulação/operador e serviços de suporte e auxiliares aos transportes marítimos, aéreos, ferroviários, rodoviários e fluviais, assim como transportes por condutas (*pipelines*) e transporte espacial (como lançamento de satélites). Importa salientar a interdependência vincada entre os fluxos de transporte e outras rubricas da balança corrente, designadamente as viagens e turismo e o comércio de mercadorias.

No contexto nacional, os transportes aéreos respondem por cerca de dois terços das exportações do setor e por um saldo comercial positivo superior a dois mil milhões de euros em 2013. A crescer a um ritmo de 5,5% ao ano desde 2007, este é também o meio de transporte que registou o crescimento de exportações mais elevado.

Enquanto o transporte de passageiros representa a maior fatia dos serviços de transporte aéreo, o frete de mercadorias representa a maioria dos serviços de transporte rodoviários e marítimos. Os transportes rodoviários representam 22% das exportações do

setor e registaram um saldo positivo de cerca de 600 milhões de euros em 2013. Os serviços de transportes marítimos representam 13% das exportações e registaram um saldo negativo superior a 300 milhões de euros.

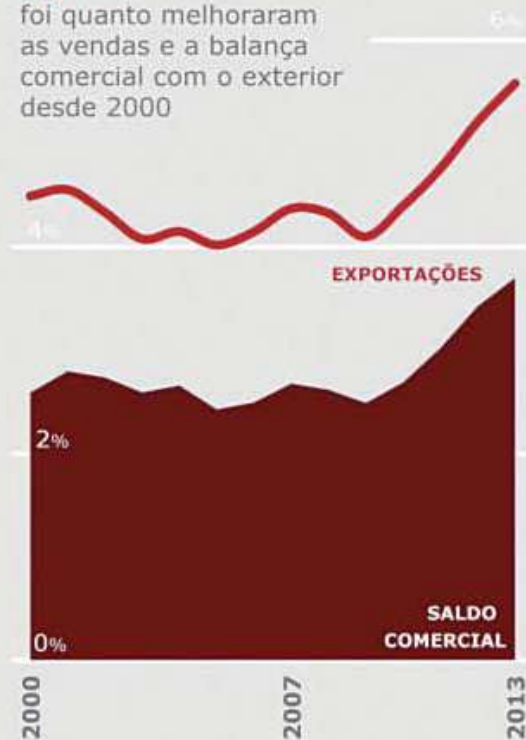
A confirmar a orientação exportadora deste setor, os dados da Central de Balanços disponibilizados pelo Banco de Portugal mostram que o peso médio das exportações no volume de negócios das empresas de transportes aéreos superou os 80% em 2012, o registo mais elevado entre todas as atividades económicas nacionais. O cruzamento das estatísticas das empresas com as estatísticas do comércio internacional permite também concluir que três em cada dez empresas do setor dos transportes aéreos venderam bens ou serviços ao exterior durante 2011, o rácio mais elevado entre todas as atividades de serviços.

No contexto europeu, destacam-se a Dinamarca (13%), a Lituânia (9,5%) e a Estónia (9,2%) entre os Estados-membros com o peso das exportações de transportes no PIB mais elevado. Já a Letónia é quem apresenta o saldo comercial em percentagem do PIB mais positivo (4,4%). Portugal encontra-se na 14.ª posição em termos de relevância económica das exportações, subindo para a 12.ª posição no *ranking* em termos de saldo comercial.

No contexto internacional, é dos serviços que tem demonstrado menor dinamismo entre 2007 e 2012, crescendo a um ritmo que apenas supera o dos serviços financeiros e das operações governamentais (3% ao ano). Os países emergentes asiáticos e o Médio Oriente são importantes polos das trocas internacionais de transportes. China, Emirados Árabes Unidos e Índia são os principais importadores líquidos em 2012. De facto, os Emirados Árabes Unidos foram o país em que as exportações e as importações de transportes mais cresceram entre 2007 e 2012. Outro importante polo europeu: Dinamarca, Grécia e Holanda são dos maiores exportadores líquidos de transportes, a par de Hong Kong, Coreia do Sul ou Singapura. Portugal é o 15.º maior exportador líquido a nível mundial.

Viagens e turismo

1,1% do PIB foi quanto melhoraram as vendas e a balança comercial com o exterior desde 2000



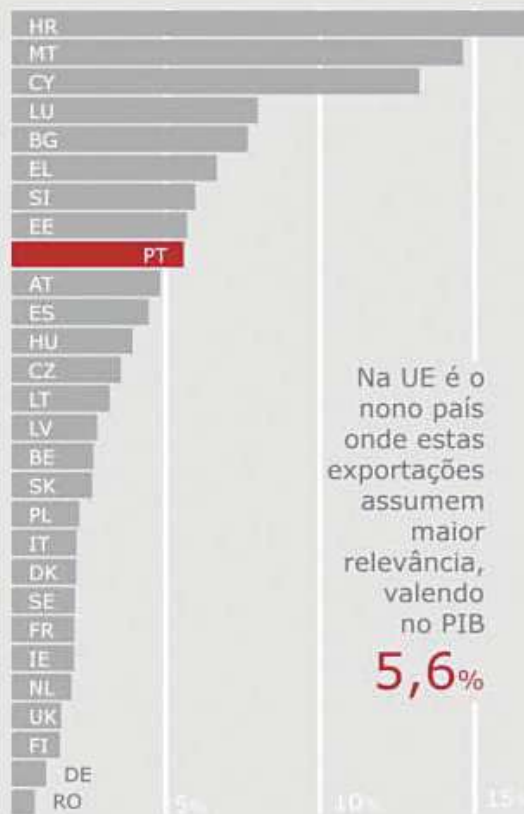
9,2 mil milhões de euros de exportações em 2013

6,1 mil milhões de euros de excedente comercial

14% do total das exportações de bens e serviços do país

45% de todas as exportações de serviços do país

3,8% de ritmo anual de crescimento desde 2007



Na UE é o nono país onde estas exportações assumem maior relevância, valendo no PIB **5,6%**

90% dizem respeito a bens e serviços adquiridos por turistas



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Banco de Portugal, Eurostat e INE

Quem importa mais viagens e turismo?

valor líquido em mil milhões de dólares em 2012

- 52 CHINA
- 45 ALEMANHA
- 32 RÚSSIA
- 38 CANADÁ
- 16 BRASIL
- 15 REINO UNIDO
- 13 JAPÃO
- 10 ARÁBIA SAUDITA
- 9 NORUEGA
- 7 BÉLGICA

Onde crescem mais as importações?

variação média anual 2007/2012



E quem exporta mais?

valor líquido em mil milhões de dólares em 2012

- 69 ESTADOS UNIDOS
- 42 MACAU
- 41 ESPANHA
- 28 TAILÂNDIA
- 19 TURQUIA
- 15 ITÁLIA
- 14 FRANÇA
- 13 HONG KONG
- 11 GRÉCIA
- 9 AUSTRIA

Onde crescem mais as exportações?

variação média anual 2007/2012



Fonte: Sociedade de consultores Augustus Mareus & Associados com base em OMC

As viagens e turismo representam 45% dos fluxos brutos de exportação de serviços do país e equivalem a 5,6% do PIB português de 2013. A nível mundial, as exportações associadas a viagens e turismo ascenderam a mais de \$1 bilhão em 2012, representando 25% de todas as trocas internacionais de serviços.

Em 2013, as exportações associadas a viagens e turismo valeram a Portugal 9,2 mil milhões de euros, registo que compara com os 7,4 mil milhões em 2007. As vendas ao exterior crescem a um ritmo médio anual de 3,8% desde 2007. O saldo comercial cifrou-se nos 6,1 mil milhões de euros (3,7% do PIB), registando uma melhoria de 1.600 milhões desde 2007.

Esta rubrica abrange todas as despesas de viagem e de estada efetuadas por não residentes, por motivos turísticos, profissionais, de estudo, de assistência médica, assim como a aquisição de bens e serviços por parte de trabalhadores sazonais ou de fronteira. Exclui-se o transporte internacional e o transporte dos viajantes no interior da economia visitada quando este é fornecido por não residentes.

No contexto europeu, destacam-se a Croácia (16,7%), Malta (14,6%) e o Chipre (13,2%) entre os Estados-membros com o peso das exportações de

viagens e turismo no PIB mais elevado, enquanto Malta apresenta o maior crescimento médio anual desde 2007 (7%). Portugal encontra-se na nona posição em termos de relevância económica das exportações, subindo para a sétima posição no *ranking* em termos de saldo comercial.

No contexto internacional, esta é a tipologia que tem demonstrado menor dinamismo entre 2007 e 2012, crescendo a um ritmo (4,7% ao ano) inferior ao registado pelo total de exportações de serviços (5,0% ao ano).

O dinamismo do mercado asiático destaca-se em termos de emissão de turistas, reunindo sete dos dez países em que mais cresceram as importações de viagens e turismo entre 2007 e 2012.

A China já é mesmo o principal importador líquido de turismo, quando em 2007 as receitas relacionadas com o turismo e viagens ainda superavam as despesas.

Em termos de exportações de viagens e turismo, o continente asiático é também o mais dinâmico, concentrando os dez destinos turísticos que mais cresceram desde 2007 a nível mundial. Macau tornou-se o segundo maior exportador líquido em 2012, ultrapassando Turquia, Itália, França e Espanha.

Serviços de comunicação

497 milhões de euros de exportações em 2013

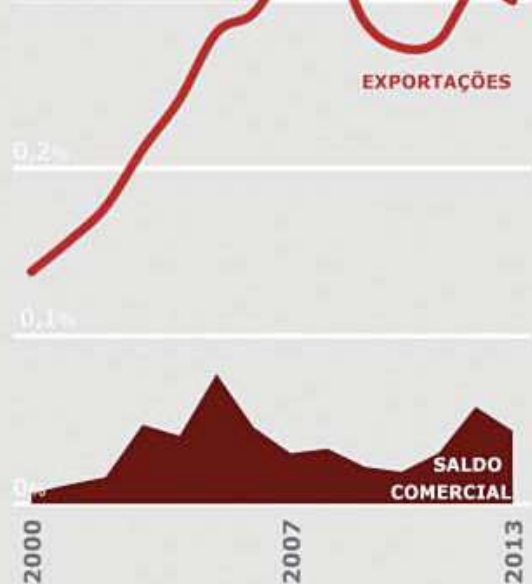
72 milhões de euros de excedente comercial

0,7% do total das exportações de bens e serviços do país

2,4% de todas as exportações de serviços do país

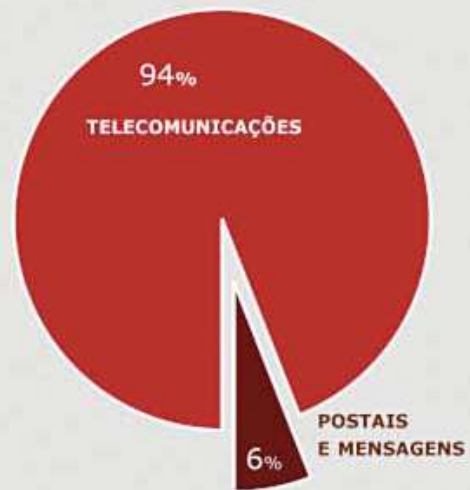
-1,6% de ritmo anual de crescimento desde 2007

0,2% do PIB foi quanto melhoraram as vendas ao exterior desde 2000



Na UE é o 15.º país onde estas exportações assumem maior relevância, valendo no PIB **0,3%**

94% destas exportações são serviços de telecomunicações



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Banco de Portugal, Eurostat e INE

Quem importa mais serviços de comunicação? valor líquido em mil milhões de dólares em 2012

- 17 ARÁBIA SAUDITA
- 10 RÚSSIA
- 0,9 QATAR
- 0,8 NORUEGA
- 0,7 COREIA DO SUL
- 0,6 HONG KONG
- 0,6 IRLANDA
- 0,6 ESPANHA
- 0,5 MALÁSIA
- 0,5 NIGÉRIA

Onde crescem mais as importações? variação média anual 2007/2012

- 17% ESLOVÉNIA
- 17% HONGKONG
- 18% TUNÍSIA
- 20% BAHREIN
- 20% ARÁBIA SAUDITA
- 22% KUWAIT
- 22% TAILÂNDIA
- 27% BRASIL
- 31% NORUEGA
- 37% QATAR



E quem exporta mais? valor líquido em mil milhões de dólares em 2012

- 5,9 ESTADOS UNIDOS
- 3,2 KUWAIT
- 2,5 FRANÇA
- 2,2 REINO UNIDO
- 1,7 LUXEMBURGO
- 1,1 BÉLGICA
- 0,9 AUSTRÁLIA
- 0,8 CANADÁ
- 0,7 HOLANDA
- 0,5 ÍNDIA

Onde crescem mais as exportações? variação média anual 2007/2012

- 14% TAILÂNDIA
- 15% HONGKONG
- 16% AUSTRÁLIA
- 18% PANAMÁ
- 20% PAQUISTÃO
- 21% ESLOVÉNIA
- 21% ALEMANHA
- 23% TUNÍSIA
- 34% BANGLADESH
- 44% QATAR

Fonte: Sociedade de consultores Augustus Mateus & Associados com base em OMC

Os serviços de comunicação representam 2,4% dos fluxos brutos de exportação de serviços do país e equivalem a 0,3% do PIB português de 2013. A nível mundial, as exportações de serviços de comunicação ascenderam a \$112 mil milhões em 2012, representando 2,5% de todas as trocas internacionais de serviços.

Em 2013, as exportações de serviços de comunicação valeram a Portugal 497 milhões de euros, registo inferior aos 548 milhões em 2007. As vendas ao exterior diminuíram a um ritmo médio anual de 1,6% desde 2007. O saldo comercial dos serviços de comunicação cifrou-se nos 72 milhões de euros (0,04% do PIB), registando uma melhoria de 21 milhões desde 2007.

Esta rubrica compreende os serviços postais e mensagens e os serviços de telecomunicações. No primeiro caso, são considerados a recolha, transporte e distribuição de cartas, jornais, revistas, catálogos, encomendas postais e entregas expresso entre residentes e não residentes. Os serviços de telecomunicações abrangem a transmissão de som, imagens ou dados por telefone, telemóvel, telegrama, *fax*, cabo, satélite, correio eletrónico ou outros meios de transmissão eletrónica. São também incluídos os serviços de telemóveis, de rede, de estrutura da *Internet*, de teleconferência e de apoio para empresas.

No contexto nacional, os serviços de telecomunicações respondem por cerca de 94% das exportações deste setor e por um saldo comercial positivo superior a 70 milhões de euros em 2013.

No contexto europeu, destacam-se o Luxemburgo (4%), a Estónia e a Bélgica (1%) entre os Estados-membros com o peso mais elevado das exportações de comunicações no PIB, enquanto a Eslovénia apresenta o maior crescimento médio anual desde 2007 (20%). Portugal encontra-se na 15.ª posição em termos de relevância económica das exportações, subindo para a 11.ª posição no *ranking* em termos de saldo comercial. Considerando apenas os serviços de telecomunicações, Portugal sobe para a 8.ª posição em termos de saldo comercial.

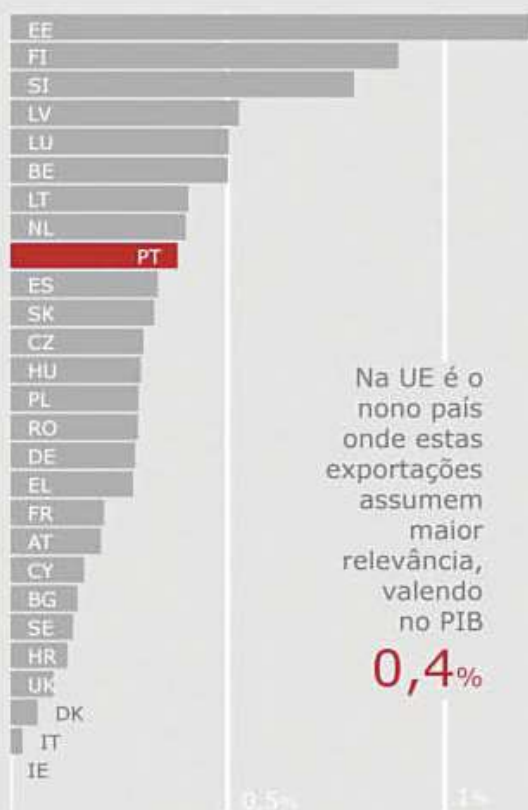
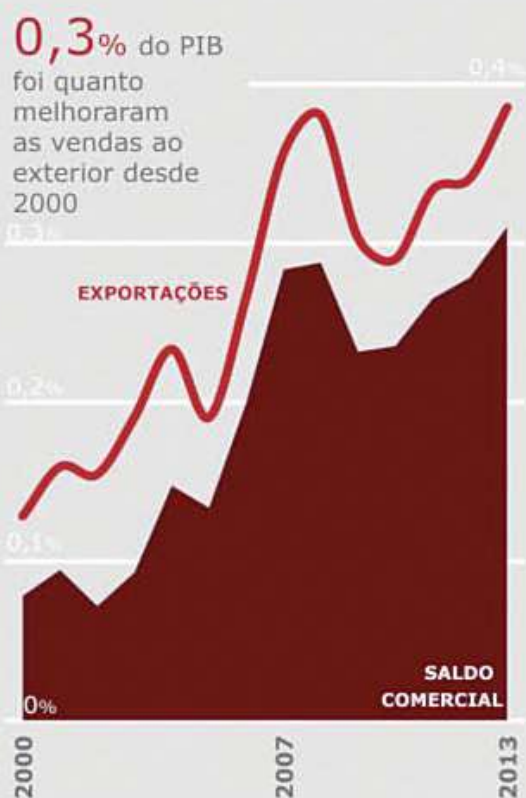
No contexto internacional, esta é a tipologia dos serviços que tem demonstrado maior dinamismo entre 2007 e 2012, crescendo a um ritmo (6,1% ao ano) superior ao registado pelo total de exportações de serviços (5,0% ao ano).

O Médio Oriente destaca-se como importante destino mundial de serviços de comunicações. Arábia Saudita e Qatar figuram entre os três principais importadores líquidos a nível mundial e quatro dos dez países em que as importações mais cresceram entre 2007 e 2012 estão situados nesta região do globo. O Qatar foi mesmo o país do mundo em que as exportações e importações de comunicações mais cresceram.

O Kuwait é o segundo maior exportador líquido, numa lista liderada pelos EUA e composta por cinco países europeus: França, Reino Unido, Luxemburgo, Bélgica e Holanda.

Serviços de construção

- 638** milhões de euros de exportações em 2013
- 514** milhões de euros de excedente comercial
- 0,9%** do total das exportações de bens e serviços do país
- 3,1%** de todas as exportações de serviços do país
- 0,9%** de ritmo anual de crescimento desde 2007



Na UE é o nono país onde estas exportações assumem maior relevância, valendo no PIB

0,4%

93% destas exportações são serviços de construção no exterior



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Banco de Portugal, Eurostat e INE

Quem importa mais serviços de construção?

valor líquido em mil milhões de dólares em 2012

- 23 RÚSSIA
- 27 CAZAQUISTÃO
- 17 MOÇAMBIQUE
- 15 ARGÉLIA
- 12 SUÉCIA
- 12 PAPUA NOVA GUINÉ
- 11 MALÁSIA
- 9 ETIÓPIA
- 9 SURINAME
- 7 AZERBAIJÃO

E quem exporta mais?

valor líquido em mil milhões de dólares em 2012

- 16 COREIA DO SUL
- 8 CHINA
- 3 JAPÃO
- 3 ESPANHA
- 2 ALEMANHA
- 2 FRANÇA
- 1 TURQUIA
- 1 GRÉCIA
- 0 SINGAPURA
- 0 POLÓNIA

Onde crescem mais as importações?

variação média anual 2007/2012

- 16% DINAMARCA
- 23% GRÉCIA
- 26% R. CHECA
- 26% ISRAEL
- 27% SINGAPURA
- 27% FINLÂNDIA
- 28% UCRÂNIA
- 28% ESTÓNIA
- 43% TURQUIA
- 64% BIELORRÚSSIA



Onde crescem mais as exportações?

variação média anual 2007/2012

- 18% CHINA
- 19% LETÓNIA
- 21% R. CHECA
- 22% ESLOVAQUIA
- 24% LITUÂNIA
- 27% ISRAEL
- 28% FINLÂNDIA
- 37% GRÉCIA
- 39% BIELORRÚSSIA
- 40% AZERBAIJÃO

Fonte: Sociedade de consultores Augustus Mateus & Associados com base em OMC

Os serviços de construção representam 3,1% dos fluxos brutos de exportação de serviços do país e equivalem a 0,4% do PIB português de 2013. A nível mundial, as exportações de serviços de construção ascenderam a \$107 mil milhões em 2012, representando apenas 2,4% de todas as trocas internacionais de serviços.

Em 2013, as exportações de serviços de construção valeram a Portugal 638 milhões de euros, registo ligeiramente superior aos 604 milhões em 2007. As vendas ao exterior cresceram a um ritmo médio anual de 0,9% entre 2007 e 2013. O saldo comercial dos serviços de construção cifrou-se nos 515 milhões de euros (0,3% do PIB), registando uma melhoria de 35 milhões desde 2007.

Esta rubrica abrange todos os trabalhos de construção de edifícios, trabalhos de engenharia civil, trabalhos de instalação e acabamentos, e outros serviços de construção e de reparação de trabalhos de construção. Os bens e serviços adquiridos localmente pelas empresas não residentes são também considerados. Assim, é possível desagregar as exportações de construção em serviços de construção no exterior, que inclui os serviços de construção fornecidos a não residentes por empresas portuguesas, e os serviços de construção em Portugal, que inclui os bens e serviços nacionais comprados por empresas de construção não residentes a operar em Portugal.

No contexto nacional, estas rubricas espelham a grave crise que o setor atravessa a nível nacional. Enquanto a construção no exterior cresceu 5% ao ano desde 2007, os serviços de construção em Portugal registaram uma variação negativa anual de 20%. Desta forma, os serviços de construção no exterior representam 93% das exportações em 2013, quando em 2007 valiam apenas 74%.

A confirmar a crescente orientação exportadora deste setor, os dados da Central de Balanços

disponibilizados pelo Banco de Portugal destacam que o peso médio das exportações no volume de negócios das empresas de construção superou os 20% em 2012.

No contexto europeu, destacam-se a Estónia, a Finlândia e a Eslovénia entre os Estados-membros com o maior peso das exportações de construção no PIB (1%), enquanto a Finlândia apresenta o maior crescimento médio anual desde 2007 (33%). Portugal encontra-se na nona posição em termos de relevância económica das exportações, subindo para a segunda posição no *ranking* em termos de saldo comercial.

No contexto internacional, esta é a tipologia de serviços que tem demonstrado menor dinamismo desde 2007, crescendo a um ritmo (4,3% ao ano) inferior ao registado pelo total de exportações de serviços (5,0% ao ano).

Os mercados de construção mais dinâmicos estão concentrados no Leste e Norte da Europa, com Bielorrússia, Turquia, Estónia, Ucrânia, Finlândia, República Checa, Grécia e Dinamarca a figurarem na lista dos dez países onde as importações de serviços de construção mais cresceram entre 2007 e 2012. É também nesta região que se concentram oito dos dez países em que as exportações mais cresceram no mesmo período.

Em termos dos maiores importadores líquidos, o destaque vai para a Rússia e o Cazaquistão, seguidos de países africanos como Moçambique e Argélia, e em menor escala, a Etiópia. Por sua vez, a importância do Extremo Oriente neste setor é comprovada pelo facto da Coreia do Sul, China e Japão serem os três principais exportadores líquidos.

Convém notar que Portugal é o 12.º maior exportador líquido a nível mundial nos serviços de construção, sendo nesta tipologia que Portugal atinge melhor posição nos *rankings* mundiais.

Serviços de seguros

95 milhões de euros de exportações em 2013

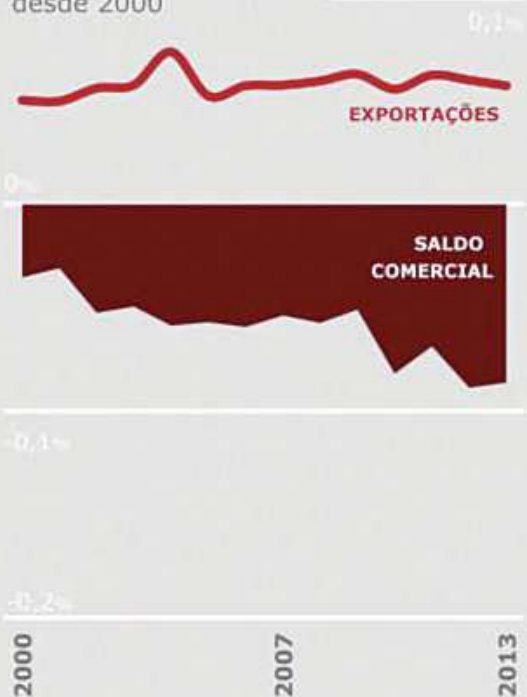
143 milhões de euros de défice comercial

0,1% do total das exportações de bens e serviços do país

0,5% de todas as exportações de serviços do país

-0,4% de ritmo anual de crescimento desde 2007

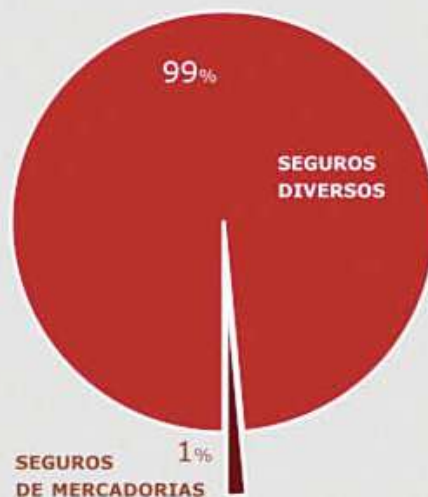
A relevância no PIB das vendas ao exterior manteve-se constante desde 2000



Na UE é o 22.º país onde estas exportações assumem maior relevância, valendo no PIB

0,1%

99% destas exportações são diversos tipos de seguros



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Banco de Portugal, Eurostat e INE

Quem importa mais serviços de seguros?

valor líquido em mil milhões de dólares em 2012

- 36 ESTADOS UNIDOS
- 17 CHINA
- 4,2 ÍNDIA
- 2,7 TAILÂNDIA
- 2,6 CANADÁ
- 2,4 IRAQUE
- 2,1 ARÁBIA SAUDITA
- 2,0 MÉXICO
- 1,5 EGITO
- 1,5 SINGAPURA

Onde crescem mais as importações?

variação média anual 2007/2012

- 15% ROMÉNIA
- 15% ÍNDIA
- 16% CHILE
- 18% ARÁBIA SAUDITA
- 19% PERÚ
- 22% REINO UNIDO
- 24% PANAMÁ
- 26% KUWAIT
- 32% ESLOVÉNIA
- 37% QATAR

E quem exporta mais?

valor líquido em mil milhões de dólares em 2012

- 18 REINO UNIDO
- 4,1 SUÍÇA
- 3,7 IRLANDA
- 2,1 ALEMANHA
- 1,7 FRANÇA
- 1,5 LUXEMBURGO
- 0,1 SUÉCIA
- 0,1 BAHREIN
- 0,1 ÁUSTRIA
- 0,1 NORUEGA

Onde crescem mais as exportações?

variação média anual 2007/2012

- 22% CAZAQUISTÃO
- 23% BULGÁRIA
- 24% QATAR
- 25% FRANÇA
- 26% R. CHECA
- 30% CHINA
- 35% ESLOVÉNIA
- 35% KUWAIT
- 61% TAILÂNDIA
- 80% POLÓNIA



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em OMC

Os serviços de seguros representam 0,5% dos fluxos brutos de exportação de serviços do país e equivalem a 0,1% do PIB português de 2013. A nível mundial, as exportações de serviços de seguros ascenderam a \$104 mil milhões em 2012, representando 2,3% de todas as trocas internacionais de serviços.

Em 2013, as exportações de serviços de seguros valerem a Portugal 95 milhões de euros, registo ligeiramente inferior aos 98 milhões em 2007. As vendas ao exterior diminuíram a um ritmo médio anual de 0,4% desde 2007. O saldo comercial dos seguros foi negativo em 143 milhões de euros (-0,1% do PIB), agravando-se progressivamente o défice comercial em 52 milhões de euros desde 2007.

Esta rubrica abrange os prémios e indemnizações de seguros de mercadorias, associados ao transporte de bens importados ou exportados; de outros seguros diretos, nomeadamente seguros de vida, de acidente, de saúde ou de crédito; e de resseguros. São também incluídas as contribuições para fundos de pensões e as importâncias devidas por estes; os serviços de intermediação de seguros e de fundos de pensões; e outros serviços auxiliares de seguros.

No contexto europeu, destacam-se o Luxemburgo (5,5%), a Irlanda (5%) e o Reino Unido (1%) entre os Estados-membros com o peso das exportações de seguros no PIB mais elevado, enquanto a Polónia apresenta o maior crescimento médio anual desde

2007 (49%). Portugal é o sexto país com menor relevância económica das exportações, subindo para a 19.^a posição no *ranking* em termos de saldo comercial.

No contexto internacional, esta é a quinta tipologia de serviços cujas trocas internacionais mais crescem entre 2007 e 2012, registando uma taxa de crescimento anual de 6,2%.

Na lista dos dez principais importadores líquidos de serviços de seguros destacam-se três grandes núcleos regionais: a América do Norte, com os Estados Unidos como principal importador líquido mundial, acompanhado do Canadá e do México; a região asiática, com China, Índia, Tailândia e Singapura; e o Médio Oriente e Norte de África, com Iraque, Arábia Saudita e Egito em 2012. A presença do Qatar, Kuwait e Arábia Saudita entre os países onde as importações mais cresceram confirma o dinamismo do Médio Oriente.

A lista dos dez principais exportadores líquidos é dominada pela Europa, que concentra nove dos dez principais exportadores líquidos. O Reino Unido destaca-se como principal exportador líquido. Nota de destaque também para os quatro países do alargamento da União Europeia (Polónia, Eslovénia, República Checa e Bulgária) que constam da lista dos dez países onde as exportações mais cresceram desde 2007.

Serviços financeiros

204 milhões de euros de exportações em 2013

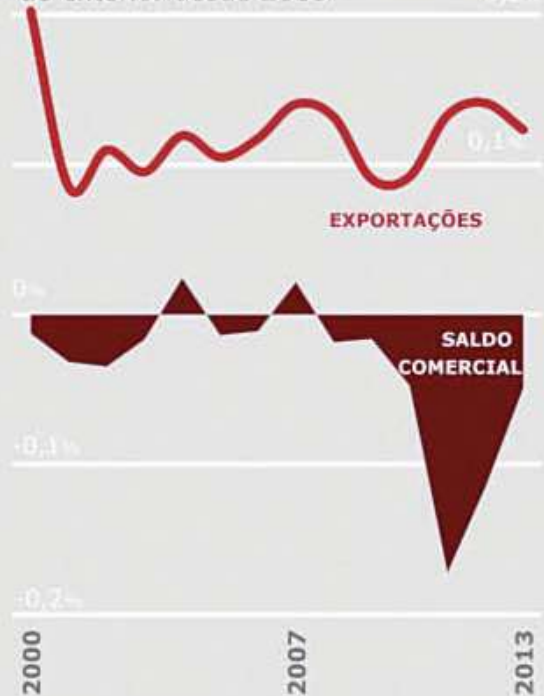
81 milhões de euros de défice comercial

0,3% do total das exportações de bens e serviços do país

1% de todas as exportações de serviços do país

-2,5% de ritmo anual de crescimento desde 2007

0,1% do PIB foi quanto pioraram as vendas ao exterior desde 2000



Na UE é o nono país onde estas exportações assumem menor relevância, valendo no PIB

0,1%

1/3 destas exportações são serviços auxiliares de intermediação financeira



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Banco de Portugal, Eurostat e INE

Quem importa mais serviços financeiros?

valor líquido em mil milhões de dólares em 2012

2,2	ITÁLIA
1,1	IRAQUE
1,1	KUWAIT
1,0	ESPAÑA
1,0	ARÁBIA SAUDITA
0,8	GRÉCIA
0,7	UCRÂNIA
0,6	TURQUIA
0,6	RÚSSIA
0,6	CANADÁ

Onde crescem mais as importações?

variação média anual 2007/2012

18%	FRANÇA
20%	BRASIL
20%	ISRAEL
20%	NOVAZELÂNDIA
25%	CHINA
28%	CHINA
29%	ITÁLIA
30%	QUÊNIA
32%	PANAMÁ
80%	LÍBANO
191%	KUWAIT



E quem exporta mais?

valor líquido em mil milhões de dólares em 2012

59	ESTADOS UNIDOS
48	REINO UNIDO
19	LUXEMBURGO
14	SUIÇA
12	HONG KONG
12	SINGAPURA
7	ALEMANHA
3	IRLÂNDIA
2	COREIA DO SUL
2	FRANÇA

Onde crescem mais as exportações?

variação média anual 2007/2012

23%	PANAMÁ
24%	DINAMARCA
25%	ARGÉLIA
29%	KUWAIT
29%	FRANÇA
37%	TAILÂNDIA
42%	NOVAZELÂNDIA
52%	CHINA
53%	LÍBANO
59%	CHILE

Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em OMC

Os serviços financeiros representam 1% dos fluxos brutos de exportação de serviços do país e equivalem a 0,1% do PIB português de 2013. A nível mundial, as exportações de serviços financeiros ascenderam a \$310 mil milhões em 2012, representando 6,9% de todas as trocas internacionais de serviços.

Em 2013, as exportações de serviços financeiros valeram a Portugal 204 milhões de euros, registo ligeiramente inferior aos 238 milhões em 2007. As vendas ao exterior diminuíram a um ritmo médio anual de 2,5% entre 2007 e 2013. O saldo comercial dos serviços financeiros é negativo em 82 milhões de euros (-0,05% do PIB), registando uma deterioração de 118 milhões desde 2007.

Esta rubrica abrange todas as comissões e outros encargos devidos pela prestação de serviços de intermediação bancária, pela contratação de operações de *leasing* financeiro e pela prestação de outros serviços de intermediação financeira, e pela prestação de serviços auxiliares de intermediação financeira, como por exemplo os associados ao funcionamento e supervisão de mercados financeiros, serviços de corretagem ou de gestão de carteira.

No contexto nacional, a prestação de outros serviços de intermediação financeira responde por 41% das exportações do setor e apenas 20% do défice. É de frisar que em 2007 os serviços auxiliares de intermediação financeira explicavam 54% das exportações do setor, registando desde então uma variação negativa de 10% ao ano. Em 2013, esta

rubrica registou um défice comercial de 42 milhões de euros, mais de metade do défice do setor.

No contexto europeu, destacam-se o Luxemburgo (70%), a Irlanda (5%) e Malta (3%) entre os Estados-membros com o peso das exportações de serviços financeiros no PIB mais elevado, enquanto a França apresenta o maior crescimento médio anual desde 2007 (25%). Portugal encontra-se na 20.^a posição em termos de relevância económica das exportações, descendo para a 22.^a posição no *ranking* em termos de saldo comercial.

No contexto internacional, esta é a tipologia de serviços que apresenta um ritmo de crescimento das trocas internacionais mais moderado, registando uma taxa de crescimento anual de 0,8% entre 2007 e 2012.

Os países que apresentam uma maior dependência internacional deste tipo de serviços concentram-se entre a bacia do mediterrâneo (Itália, Espanha, Grécia e Turquia) e o Médio Oriente (Irão, Kuwait e Arábia Saudita). É de notar que Portugal é o 17.^o maior importador líquido, registando a 14.^a maior taxa de crescimento desde 2007. O Líbano destaca-se como segundo mercado mais dinâmico em termos de exportações e importações desde 2007.

Da análise dos principais exportadores líquidos é possível comprovar a importância dos principais centros financeiros ocidentais, como EUA, Reino Unido, Luxemburgo e Suíça, e orientais, como Hong Kong e Singapura e em menor escala, Coreia do Sul.

Serviços de informação e informática

515 milhões de euros de exportações em 2013

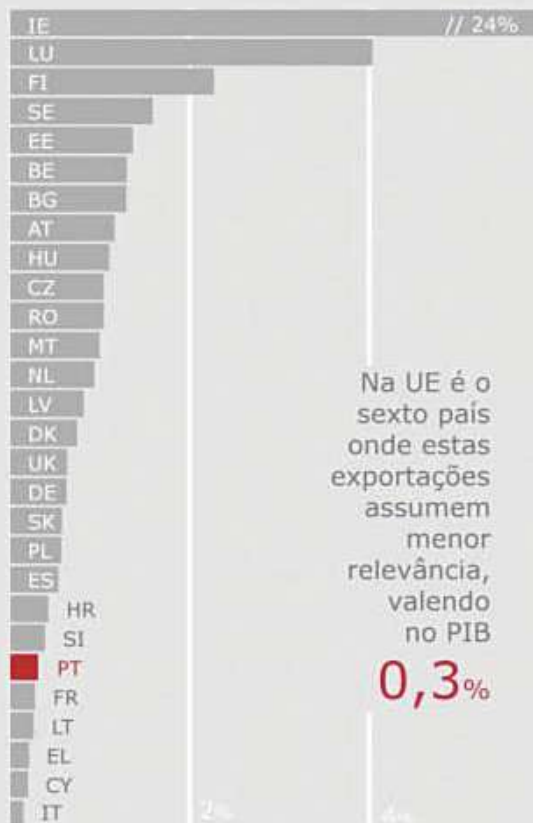
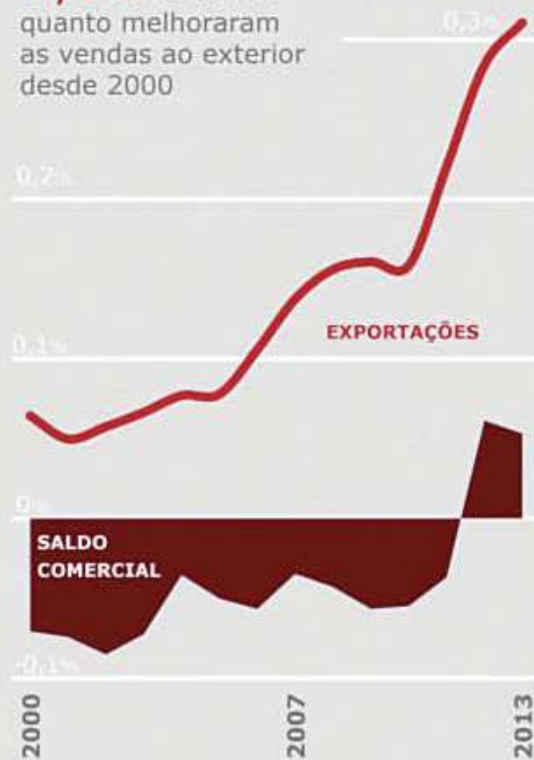
88 milhões de euros de excedente comercial

0,8% do total das exportações de bens e serviços do país

2,5% de todas as exportações de serviços do país

14% de ritmo anual de crescimento desde 2007

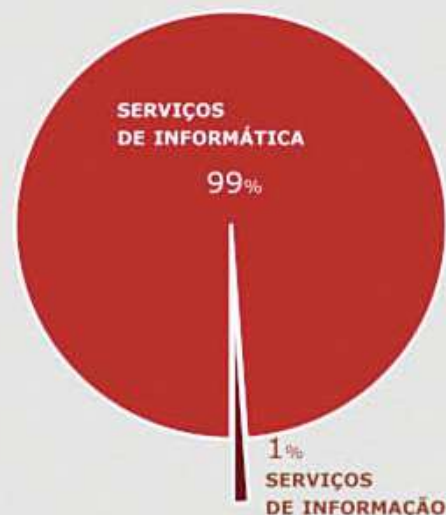
0,2% do PIB foi quanto melhoraram as vendas ao exterior desde 2000



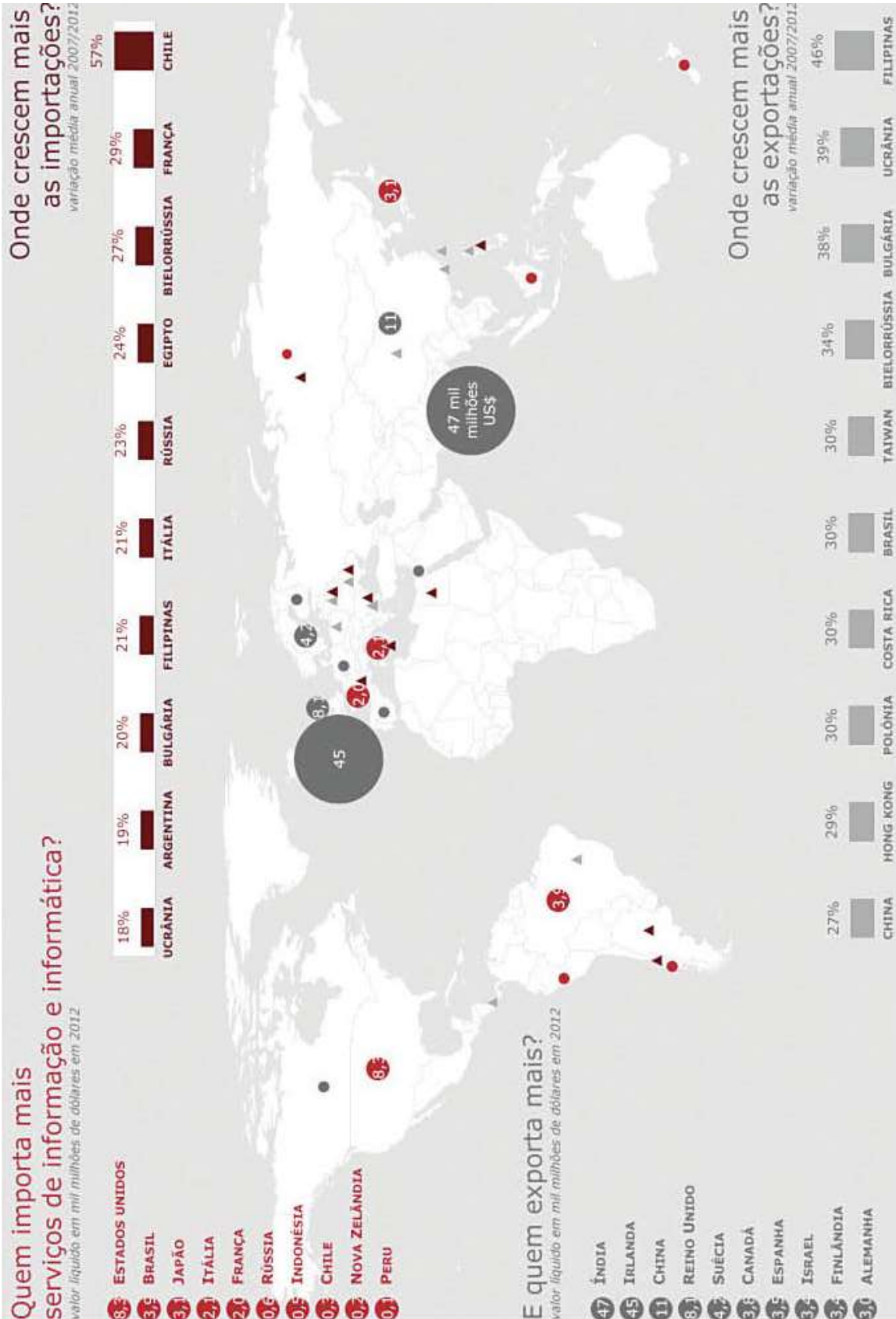
Na UE é o sexto país onde estas exportações assumem menor relevância, valendo no PIB

0,3%

99% destas exportações são de serviços de informática



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Banco de Portugal, Eurostat e INE



Fonte: Sociedade de consultores Augustus Mateus & Associados com base em OMC

Os serviços de informação e informática representam 2,5% dos fluxos brutos de exportação de serviços do país e equivalem a 0,3% do PIB português de 2013. A nível mundial, as exportações de serviços de informática e informação ascenderam a \$264 mil milhões em 2012, representando 5,9% de todas as trocas internacionais de serviços.

Em 2013, as exportações de serviços de informação e informática valeram a Portugal 515 milhões de euros, registo superior aos 233 milhões em 2007. As vendas ao exterior cresceram a um ritmo médio anual de 14% desde 2007, o serviço ao exterior que mais cresceu. O saldo comercial dos serviços de informação e informática cifrou-se nos 88 milhões de euros (0,1% do PIB). Desde 2012 que apresenta um saldo comercial positivo, registando uma melhoria de 147 milhões desde 2007.

Esta rubrica compreende os serviços de informação, que inclui a prestação de serviços fornecidos por agências noticiosas como difusão de notícias, fotografias, reportagens televisivas, assinaturas de jornais e de revistas, os serviços de bases de dados e os serviços de pesquisa na *Internet*, e os serviços de informática, incluindo os serviços relacionados com o material e programas informáticos e o processamento e tratamento de dados.

No contexto nacional, o setor é claramente dominado pelos serviços de informática, que explicam 99% das exportações do setor.

A confirmar a orientação exportadora deste setor, os dados da Central de Balanços disponibilizados pelo Banco de Portugal mostram que o peso médio das exportações no volume de negócios de 2012 das

empresas de consultoria e programação informática cifrou-se nos 21% enquanto nas empresas de serviços de informação foi de 26%, registos bastante significativos entre todos os setores económicos nacionais.

No contexto europeu, destacam-se a Irlanda (11%), o Luxemburgo (4%) e a Finlândia (2%) entre os Estados-membros com o peso das exportações de serviços de informática e informação no PIB mais elevado, enquanto a Bulgária apresenta o maior crescimento médio anual desde 2007 (35%). Portugal é o sexto país com menor relevância económica das exportações e o sétimo país com o saldo comercial mais reduzido.

No contexto internacional, esta é a tipologia de serviços cujas trocas internacionais mais crescem desde 2007, registando uma taxa de crescimento anual de 11,1%.

A Europa apresenta-se como o mais importante polo de comércio internacional de serviços de informática e informação, com Irlanda, Reino Unido, Suécia, Espanha, Finlândia e Alemanha entre os países com maior *superavit* comercial e França, Bielorrússia, Itália, Bulgária e Ucrânia a figurarem entre os dez países onde as importações mais cresceram desde 2007.

Em termos mundiais, a Irlanda e Índia são os dois países que se destacam claramente como maiores exportadores líquidos.

É também de realçar a América do Sul como importante comprador de serviços de informação e informática, com Brasil, Chile e Peru entre os dez principais importadores líquidos, sendo que o Chile é mesmo o país onde as importações mais cresceram desde 2007.

Direitos de utilização

A relevância no PIB das vendas ao exterior manteve-se constante desde 2000

0,1%

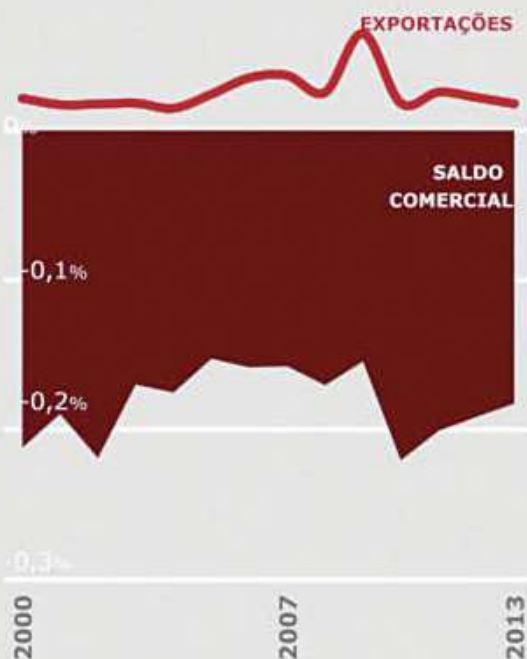
29 milhões de euros de exportações em 2013

302 milhões de euros de défice comercial

0,04% do total das exportações de bens e serviços do país

0,1% de todas as exportações de serviços do país

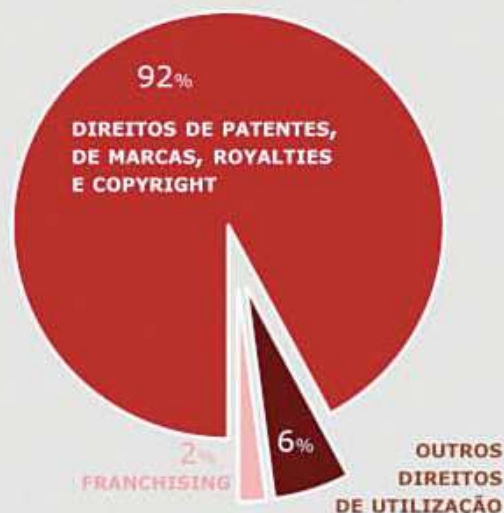
-12% de ritmo anual de crescimento desde 2007



Na UE é o terceiro país onde estas exportações assumem menor relevância, valendo no PIB

0,02%

92% destas exportações são de direitos de patentes de marca, royalties e copyright



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Banco de Portugal, Eurostat e INE

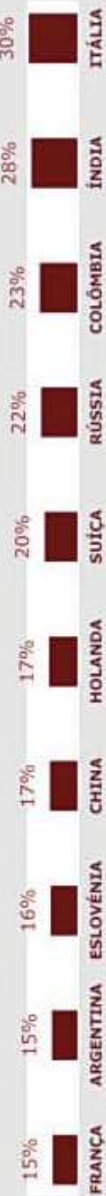
Quem importa mais direitos de utilização?

valor líquido em mil milhões de dólares em 2012

- 37 IRLANDA
- 17 CHINA
- 15 SINGAPURA
- 7 CANADÁ
- 7 RÚSSIA
- 5 COREIA DO SUL
- 4 ÍNDIA
- 4 TAIWAN
- 4 SUÍÇA
- 3 TAILÂNDIA

Onde crescem mais as importações?

variação média anual 2007/2012



E quem exporta mais?

valor líquido em mil milhões de dólares em 2012

- 84 ESTADOS UNIDOS
- 12 JAPÃO
- 9 HOLANDA
- 4 SUÉCIA
- 4 REINO UNIDO
- 3 FRANÇA
- 2 FINLÂNDIA
- 2 ALEMANHA
- 1 DINAMARCA
- 1 ISRAEL

Onde crescem mais as exportações?

variação média anual 2007/2012



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em OMC

Os direitos de utilização representam 0,1% dos fluxos brutos de exportação de serviços do país e equivalem a 0,02% do PIB português de 2013. A nível mundial, as exportações de direitos de utilização ascenderam a \$294 mil milhões em 2012, representando 6,6% de todas as trocas internacionais de serviços.

Em 2013, as exportações de direitos de utilização valeram a Portugal 29 milhões de euros, registo inferior aos 62 milhões em 2007. As vendas ao exterior diminuíram a um ritmo médio anual de 12% entre 2007 e 2013. O saldo comercial dos direitos de utilização cifrou-se nos 302 milhões de euros negativos (-0,2% do PIB), piorando 36 milhões desde 2007.

Esta rubrica compreende direitos de patentes, de marcas, *royalties* e *copyright*; *franchising*; e outros direitos de utilização. A primeira componente inclui pagamentos e recebimentos resultantes da exploração de direitos de autor, de patentes e de marcas. No caso do *franchising* são considerados os pagamentos e recebimentos de direitos de entrada (*franchising fee*) e de pagamentos periódicos associados ao *franchising* devidos pela utilização das marcas registadas. Por fim, outros direitos de utilização engloba os pagamentos e recebimentos relacionados com a utilização autorizada de ativos intangíveis não produzidos não financeiros e de protótipos, tais como manuscritos, trabalhos cinematográficos, gravações de som ou *software*.

No contexto nacional, os direitos de patentes, de marcas, *royalties* e *copyright* lideram as exportações do setor, representando 92% das exportações e apenas

76% do défice externo. Pelo contrário, os outros direitos de utilização representam apenas 6% das vendas a não residentes, mas explicam 18% do défice.

No contexto europeu, destacam-se a Irlanda (2%), a Finlândia (1,5%) e o Luxemburgo (1%) entre os Estados-membros com o peso das exportações de direitos de utilização no PIB mais elevado, enquanto a Lituânia apresenta o maior crescimento médio anual desde 2007 (140%).

Apesar da elevada relevância das vendas ao exterior, a Irlanda apresenta o saldo comercial em percentagem do PIB mais negativo (-19%). Portugal é terceiro país europeu com menor relevância económica das exportações, fruto do quarto pior ritmo de crescimento desde 2007, subindo para a 18.ª posição no *ranking* em termos de saldo comercial.

No contexto internacional, esta é a terceira tipologia de serviços cujas trocas internacionais mais crescem desde 2007, registando uma taxa de crescimento média anual de 7,5%.

Os EUA continuam a liderar isoladamente o *ranking* das exportações líquidas de direitos de utilização.

A região asiática concentra seis dos dez maiores importadores líquidos de direitos de utilização: China, Singapura, Coreia do Sul, Índia, Taiwan e Tailândia.

A Europa é um importante polo de trocas internacionais de direitos de utilização ao reunir sete dos principais exportadores líquidos e cinco dos dez países em que as exportações mais cresceram desde 2007.

Outros serviços empresariais

3,1 mil milhões de euros de exportações em 2013

1,3 mil milhões de euros de excedente comercial

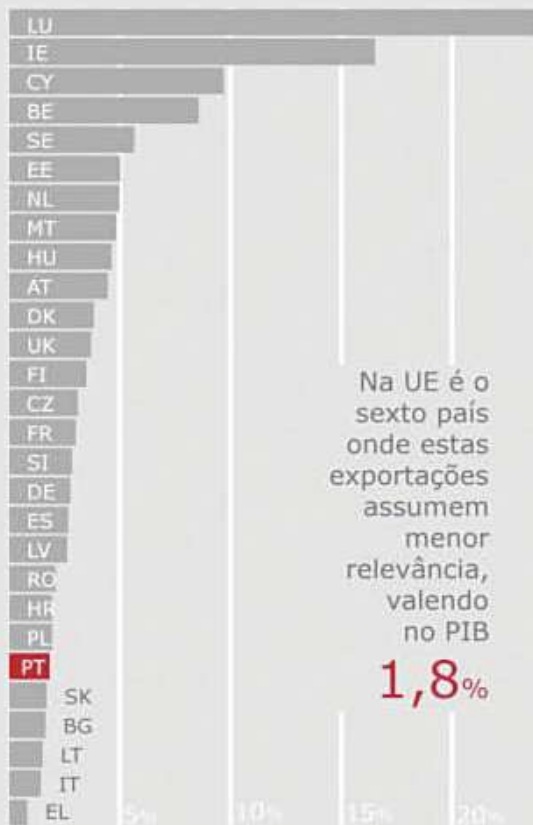
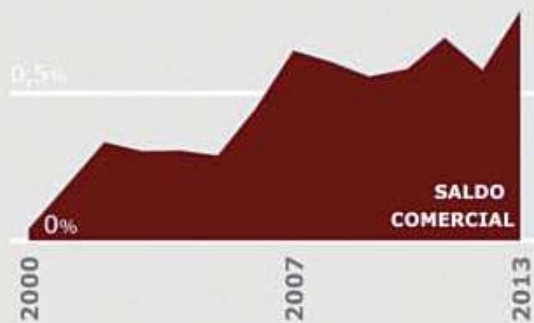
4,5% do total das exportações de bens e serviços do país

15% de todas as exportações de serviços do país

-0,4% de ritmo anual de crescimento desde 2007

0,7% do PIB

foi quanto melhoraram as vendas e a balança comercial com o exterior desde 2000



22% destas exportações dizem respeito a serviços de arquitetura e engenharia



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Banco de Portugal, Eurostat e INE

Quem importa mais outros serviços empresariais?

valor líquido em mil milhões de dólares em 2012

- 12 IRLANDA
- 12 COREIA DO SUL
- 9 JAPÃO
- 7 MACAU
- 7 BRASIL
- 5 SINGAPURA
- 4 CAZAQUISTÃO
- 3 RÚSSIA
- 3 FINLÂNDIA
- 3 VENEZUELA

47 mil milhões US\$

E quem exporta mais?

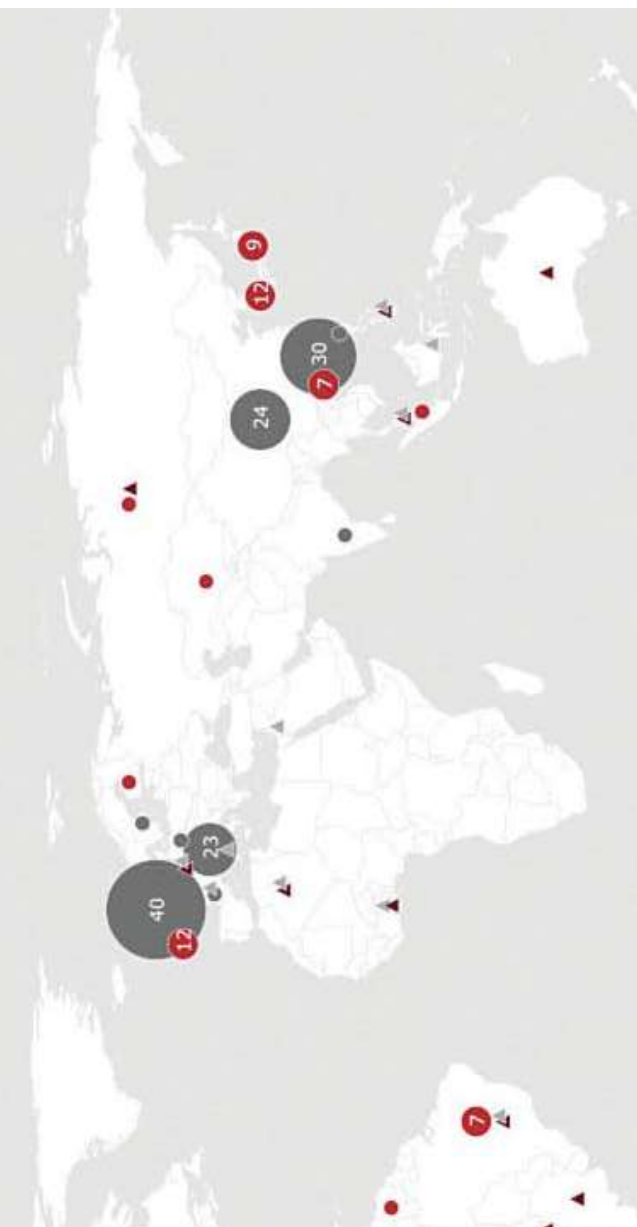
valor líquido em mil milhões de dólares em 2012

- 47 ESTADOS UNIDOS
- 40 REINO UNIDO
- 30 HONG KONG
- 24 CHINA
- 23 SUÍÇA
- 18 FRANÇA
- 16 ÍNDIA
- 11 ALEMANHA
- 10 TAIWAN
- 10 SUÉCIA

Onde crescem mais as importações?

variação média anual 2007/2012

- 12% RÚSSIA
- 12% MALÁSIA
- 13% CHILE
- 13% FILIPINAS
- 13% BÉLGICA
- 15% ARGÉLIA
- 17% AUSTRÁLIA
- 21% ARGENTINA
- 22% BRASIL
- 33% GANA



Onde crescem mais as exportações?

variação média anual 2007/2012

- 13% BÉLGICA
- 14% MALÁSIA
- 14% BRASIL
- 14% LIBANO
- 15% SUÍÇA
- 17% ARGÉLIA
- 18% FRANÇA
- 28% GANA
- 29% INDONÉSIA
- 33% FILIPINAS

Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em OMC

As exportações de outros serviços empresariais representam 15% dos fluxos brutos de exportação de serviços do país e equivalem a 1,8% do PIB português de 2013. A nível mundial, as exportações de outros serviços empresariais ascenderam a \$1,2 biliões em 2012, representando 26% de todas as trocas internacionais de serviços.

Em 2013, as exportações de outros serviços empresariais valeram a Portugal 3,1 mil milhões de euros, registando valores ao nível de 2007. As vendas ao exterior diminuíram a um ritmo médio anual de 0,4% desde 2007. O saldo comercial dos outros serviços empresariais cifrou-se nos 1,3 mil milhões de euros (0,8% do PIB), registando uma melhoria de 200 milhões desde 2007.

Esta rubrica abrange uma grande diversidade de serviços como intermediação comercial, incluindo pagamentos e recebimentos relativos a comércio triangular; os serviços de aluguer, sem tripulação incluída, de navios, aviões e equipamento de transporte; e serviços técnico-profissionais, designadamente serviços jurídicos, de contabilidade e consultadoria em gestão, serviços de publicidade, estudos de mercado e de opinião pública, serviços de arquitetura, engenharia e consultadoria técnica e serviços agrícolas, mineiros e industriais.

No contexto nacional, os serviços de arquitetura e engenharia lideram o processo de internacionalização do setor, respondendo por 22% das exportações em 2013, seguidos dos serviços jurídicos e de contabilidade (20%). A importância destas atividades também se reflete na balança comercial, contribuindo cada uma com um saldo positivo de cerca de 400 milhões de euros. Pela negativa, destaca-se a quebra de 68% que os serviços de intermediação comercial registaram entre 2011 e 2012, contrariando a tendência das restantes atividades técnico-profissionais incluídas nesta tipologia de serviços fornecidos por empresas.

A confirmar a orientação exportadora, os dados da Central de Balanços disponibilizados pelo Banco

de Portugal destacam o elevado peso médio das exportações no volume de negócios das atividades de arquitetura e engenharia (35%), investigação científica (31%) e jurídicas e de contabilidade (16%) em 2012.

No contexto europeu, destacam-se o Luxemburgo (24%), a Irlanda (17%) e o Chipre (10%) entre os Estados-membros com o peso das exportações de outros serviços fornecidos por empresas no PIB mais elevado, enquanto a Lituânia apresenta o maior crescimento médio anual desde 2007 (19%). Portugal é sexto país com menor relevância económica das exportações, subindo para a 11.ª posição no *ranking* em termos de saldo comercial. Numa análise mais detalhada, é possível verificar que em 2012, Portugal obteve o sétimo maior saldo comercial em serviços jurídicos e de contabilidade e o quinto maior saldo em serviços de arquitetura e engenharia.

No contexto internacional, esta é a quarta tipologia de serviços cujas trocas internacionais mais crescem desde 2007, registando uma taxa de crescimento anual de 6,6%.

O Extremo Oriente destaca-se como um dos mais importantes polos de trocas internacionais de outros serviços empresariais, com Coreia do Sul, Japão, Macau e Singapura entre os principais importadores líquidos e Hong Kong, China e Taiwan entre os dez principais exportadores líquidos. Nesta região verifica-se também o dinamismo de países como Filipinas, Malásia e Indonésia, quer em termos de exportações, quer em termos de importações.

A Europa Ocidental afigura-se como outro importante polo exportador de outros serviços empresariais, concentrando cinco dos dez principais exportadores líquidos. Importa ainda realçar o dinamismo recente da América do Sul. Brasil, Argentina e Chile estão entre os países onde as importações mais cresceram e o Brasil e a Venezuela já figuram entre os dez principais importadores líquidos.

Serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa

0,1% do PIB foi quanto melhoraram as vendas ao exterior desde 2000



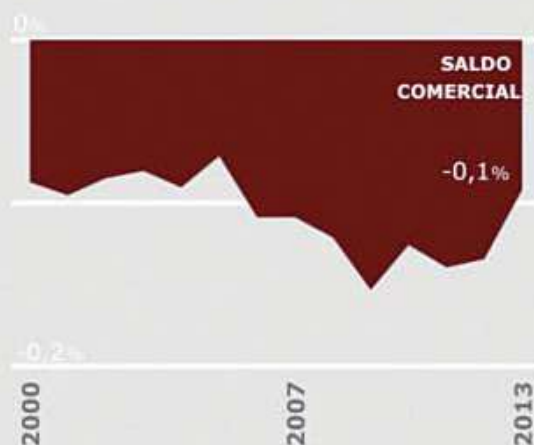
299 milhões de euros de exportações em 2013

153 milhões de euros de défice comercial

0,4% do total das exportações de bens e serviços do país

1,5% de todas as exportações de serviços do país

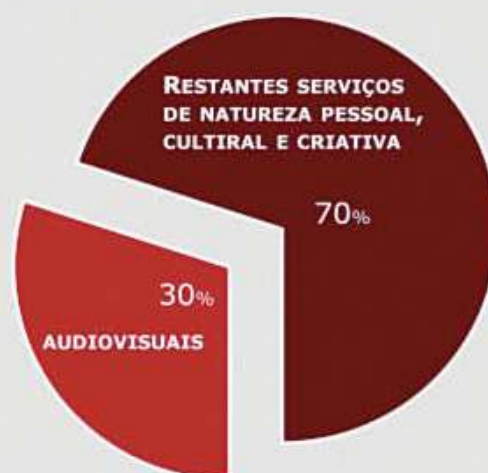
7,9% de ritmo anual de crescimento desde 2007



Na UE é o sétimo país onde estas exportações assumem maior relevância, valendo no PIB

0,2%

30% destas exportações dizem respeito a serviços audiovisuais



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Banco de Portugal, Eurostat e INE

Quem importa mais

serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa?

valor líquido em mil milhões de dólares em 2012

- 57 VENEZUELA
- 16 ALEMANHA
- 12 QATAR
- 10 JAPÃO
- 10 BRASIL
- 08 AUSTRÁLIA
- 07 POLÓNIA
- 07 ÁUSTRIA
- 06 RÚSSIA
- 05 CANADÁ

Onde crescem mais as importações?

variação média anual 2007/2012



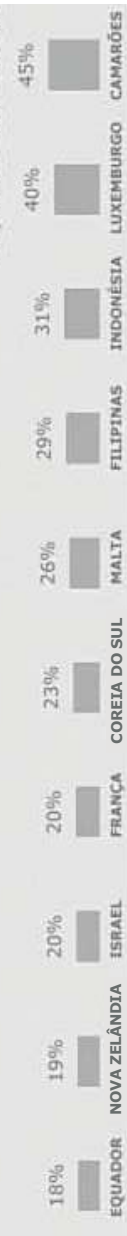
E quem exporta mais?

valor líquido em mil milhões de dólares em 2012

- 4,6 REINO UNIDO
- 2,2 MALTA
- 1,6 LUXEMBURGO
- 1,5 TURQUIA
- 0,5 NOVA ZELÂNDIA
- 0,5 FRANÇA
- 0,5 HUNGRIA
- 0,5 ESPANHA
- 0,5 HONG KONG
- 0,5 ÍNDIA

Onde crescem mais as exportações?

variação média anual 2007/2012



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em OMC

Os serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa representam 1,5% dos fluxos brutos de exportação de serviços do país e equivalem a 0,2% do PIB português de 2013. A nível mundial, as exportações de serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa ascenderam a \$40 mil milhões em 2012, representando apenas 0,9% de todas as trocas internacionais de serviços.

Em 2013, as exportações de serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa valeram a Portugal 299 milhões de euros, registo superior aos 190 milhões em 2007. As vendas ao exterior cresceram a um ritmo médio anual de 7,9% desde 2007. O saldo comercial dos serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa cifrou-se nos 153 milhões de euros negativos (-0,1% do PIB), um défice que melhorou 32 milhões desde 2007.

Esta rubrica abrange a prestação de serviços audiovisuais e relacionados e outros serviços pessoais, culturais e recreativos. A primeira componente abrange os serviços e encargos conexos relacionados com a produção de filmes cinematográficos, os programas de rádio e televisão e as gravações musicais, incluindo os honorários devidos a autores, compositores, realizadores, produtores, atores, músicos e outros artistas ou a assinatura de canais de televisão por cabo ou satélite. A segunda engloba serviços relativos à educação, como atividades docentes e de instrução ou treino, serviços de saúde, fornecidos por médicos, pessoal de enfermagem, paramédicos e similares; e outros serviços pessoais, culturais e recreativos, como concertos, conferências, espetáculos desportivos e outros serviços de natureza pessoal, como lavandaria, cabeleireiro, domésticos e de agências funerárias.

No contexto nacional, é de destacar o dinamismo recente das exportações de serviços audiovisuais, que registaram uma taxa de crescimento média anual de 12% desde 2007, e ampliaram a sua quota nas exportações do setor de 24 para 30%.

A confirmar a orientação exportadora deste setor, os dados da Central de Balanços disponibilizados pelo Banco de Portugal revelam que o peso médio das exportações no volume de negócios das atividades cinematográficas vale cerca de 18% em 2012, valor significativo entre todas as atividades de serviços nacionais. O cruzamento das estatísticas das empresas com as estatísticas do comércio internacional permite também concluir que uma em cada dez empresas de publicidade e de edição venderam bens ou serviços ao exterior durante 2011.

No contexto europeu, destacam-se Malta (23%), o Luxemburgo (7%) e a Hungria (1%) entre os Estados-membros com o peso das exportações de natureza pessoal, cultural e recreativa no PIB mais elevado, enquanto o Luxemburgo apresenta o maior crescimento médio anual desde 2007 (37%). Portugal, apesar de se encontrar na sétima posição em termos de relevância económica das exportações, regista o sexto maior défice comercial.

No contexto internacional, esta é a segunda tipologia de serviços cujas trocas internacionais mais crescem desde 2007, registando uma taxa de crescimento média anual de 8,2%.

É possível destacar a Europa como um dos mais importantes polos de trocas internacionais de serviços pessoais, com Alemanha, Polónia e Áustria a figurarem entre os oito principais importadores líquidos e Reino Unido, Malta, Luxemburgo, França, Hungria e Espanha entre os oito principais exportadores líquidos.

A América do Sul afigura-se como outro importante polo importador de serviços pessoais: a Venezuela é o principal importador líquido mundial, o Brasil é o quinto importador líquido mundial e a Argentina é o nono país onde as importações mais cresceram. Convém notar que Portugal é o 15.º maior importador líquido de serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa.

Operações governamentais

283 milhões de euros de exportações em 2013

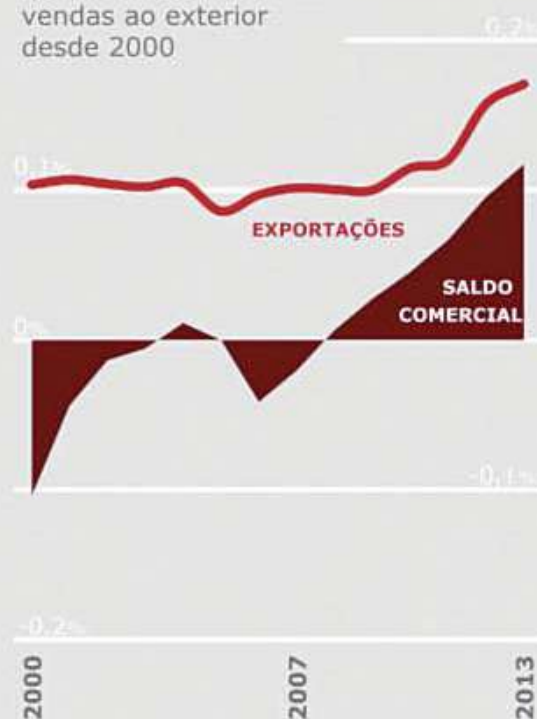
194 milhões de euros de excedente comercial

0,4% do total das exportações de bens e serviços do país

1,4% de todas as exportações de serviços do país

8,7% de ritmo anual de crescimento desde 2007

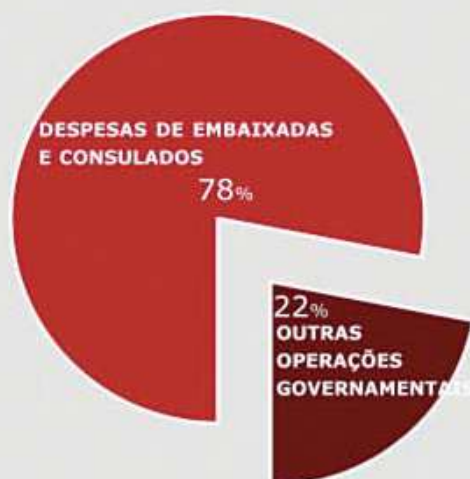
0,1% do PIB foi quanto melhoraram as vendas ao exterior desde 2000



Na UE é o sétimo país onde estas exportações assumem maior relevância, valendo no PIB

0,2%

3/4 destas exportações são despesas de embaixadas e consulados



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em Banco de Portugal, Eurostat e INE

Quem importa mais operações governamentais?

valor líquido em mil milhões de dólares em 2012

- 23 ARÁBIA SAUDITA
- 67 ESTADOS UNIDOS
- 27 REINO UNIDO
- 15 BRASIL
- 13 RÚSSIA
- 12 NIGÉRIA
- 11 MARROCOS
- 09 TURQUIA
- 08 ITÁLIA
- 07 VENEZUELA

Onde crescem mais as importações?

variação média anual 2007/2012

74%

- 10% RÚSSIA
- 11% BANGLADESH
- 11% ÍNDIA
- 12% MARROCOS
- 13% TUNÍSIA
- 17% PAQUISTÃO
- 18% INDONÉSIA
- 31% VENEZUELA
- 34% SUDÃO
- 74% QATAR

E quem exporta mais?

valor líquido em mil milhões de dólares em 2012

- 39 ALEMANHA
- 25 PAQUISTÃO
- 18 BÉLGICA
- 18 SUÍÇA
- 17 HOLANDA
- 17 JAPÃO
- 10 BANGLADESH
- 08 QUÊNIA
- 07 ESPANHA
- 05 ÁUSTRIA

Onde crescem mais as exportações?

variação média anual 2007/2012

88%

- 14% TURQUIA
- 14% ARÁBIA SAUDITA
- 16% TUNÍSIA
- 17% PAQUISTÃO
- 18% QATAR
- 22% JORDÂNIA
- 24% VENEZUELA
- 24% RÚSSIA
- 35% GRÉCIA
- 88% SUDÃO



Fonte: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados com base em OMC

As operações governamentais representam 1,4% dos fluxos brutos de exportação de serviços do país e equivalem a 0,2% do PIB português de 2013. A nível mundial, as operações governamentais ascenderam a \$77 mil milhões em 2012, representando apenas 1,7% de todas as trocas internacionais de serviços.

Em 2013, as exportações de operações governamentais valeram a Portugal 283 milhões de euros, registo superior aos 172 milhões em 2007. As vendas ao exterior cresceram a um ritmo médio anual de 8,7% desde 2007. O saldo comercial das operações governamentais cifrou-se num excedente de 195 milhões de euros (0,1% do PIB), registando uma melhoria de 229 milhões desde 2007.

Esta rubrica inclui todos os serviços associados com as administrações públicas e organizações internacionais e regionais e não classificados noutras rubricas. É possível diferenciar as despesas de embaixadas e consulados, como vistos, passaportes, certificados e despesas de atividades de representação diplomática, das outras operações governamentais, incluindo todas as transações de bens e serviços efetuadas por estabelecimentos militares, agências de defesa e administrações públicas não abrangidas pelas outras rubricas da balança de serviços.

No contexto nacional, destaca-se o crescimento recente das despesas de embaixadas e consulados estrangeiros. Entre 2007 e 2013 as vendas a não residentes cresceram 22,2% ao ano, passando

a explicar 78% das exportações e 79% do saldo comercial do setor. Em 2007, estes valores eram 39% e 61%, respetivamente.

No contexto europeu, destacam-se o Luxemburgo (0,8%), o Chipre (0,6%) e a Bélgica (0,4%) entre os Estados-membros com o peso das exportações de operações governamentais no PIB mais elevado, enquanto a Roménia apresenta o maior crescimento médio anual desde 2007 (17%). Portugal encontra-se na sétima posição em termos de relevância económica das exportações, resultado do quarto ritmo de crescimento mais elevado, sendo que em termos de saldo comercial melhora o seu *ranking* para a sexta posição.

No contexto internacional, esta é a segunda tipologia de serviços cujas trocas internacionais menos subiram desde 2007, registando uma taxa de crescimento anual de 2,1%, superando apenas os serviços financeiros.

A Arábia Saudita destaca-se como o país com o saldo comercial de operações governamentais mais negativo, seguido à distância de Estados Unidos, Reino Unido, Brasil e Rússia. Entre os países onde as importações mais têm crescido, destaca-se a liderança destacada do Qatar e a presença de três países africanos, Marrocos, Tunísia e Sudão.

Na Europa, Alemanha, Bélgica, Suíça e Holanda figuram entre os cinco principais exportadores líquidos a nível mundial.

Bibliografía

Aglietta, M. e Bai, G. | 2014

China's Roadmap to Harmonious Society, CEPPI

Amador, J. e Cabral, S. | 2009

O comércio internacional de serviços na economia portuguesa, Banco de Portugal

Amador, J. e Cabral, S. | 2014

Global value chains: surveying drivers, measures and impacts

Amador, J. e Soares, A.C. | 2012

Concorrência na economia portuguesa: uma visão sobre os setores transacionável e não-transacionável, Banco de Portugal

Augusto Mateus & Associados | 2013

25 Anos de Portugal Europeu: a economia, a sociedade e os fundos estruturais, Fundação Francisco Manuel dos Santos

Augusto Mateus & Associados | 2012

Exportação, valor e crescimento, Caixa Geral de Depósitos

Banco de Portugal | 2009

A economia portuguesa no contexto da integração económica, financeira e monetária

Banco de Portugal | 2010

Estudos da Central de Balanços

Banco de Portugal | 2011

Análise sectorial do alojamento, restauração e similares, Estudos da Central de Balanços, novembro 2011

Baines, T. S., Lightfoot, H. W., Benedittini, O. e Kay, J. M. | 2009

The servitization of manufacturing: A review of literature and reflection on future challenges

Baldwin, R. e Nicoud, F. | 2010

Trade-in-goods and trade-in-tasks: An Integrating Framework

Baldwin, R. | 2012

Global supply chains: why they emerged, why they matter, and where they are going, Centre for Economic Policy Research

Belal, H. M., Shirahada, K. e Kosaka, M. | 2012

Knowledge space concept and its application for servitizing manufacturing industry, Journal of Service Science and Management

Bensidoun, I. e Ünal-Kesenci, D. | 2008

Globalisation in services: from measurement to analysis, OCDE

Bessa, D., Estanque, E., Pita Barros, P. e Villaverde Cabral, M. | 2013

Comentários ao estudo 25 anos de Portugal Europeu, Fundação Francisco Manuel dos Santos

Bravo, A. C. e Álvarez, M. T. | 2012

The import content of the industrial sectors in Spain, Banco de España

Breda, E., Cappariello, R. e Zizza, R. | 2008

Vertical specialisation in Europe: evidence from the import content of exports, Banca d'Italia

Buera, F. J. e Kaboski, J. P. | 2009

The rise of the service economy

Cardoso, F., Soares Esteves P. e Rua, A. | 2013

O conteúdo importado da procura global em Portugal, Banco de Portugal

Cernat, L. e Kutlina-Dimitrova, D. | 2014

Thinking in a box: a 'mode 5' approach to service trade, Comissão Europeia

Comissão de Gestão do QCA III | 2008

Análise da execução física do QCAIII (final 2007)

Comissão Europeia | 2011

Estratégias de investigação e inovação para a especialização inteligente

Comissão Europeia | 2012

A closer look at some drivers of trade performance at member state level

Comissão Europeia | 2014

Serviços: explorar o seu potencial como motores de crescimento e de criação de empregos

Cortez, J.A. | 2011

Da economia da crise à crise das políticas, CCP

CnuCED | 1981

Trade and development report series

CnuCED | 1991

World investment report series

CnuCED | 2010

The creative economy report: a feasible development option

CnuCED | 2013

Global supply chains: trade and economic policies for developing countries

Crozet, M. e Milet, E. | 2014

The servitization of french manufacturing firms, CEPPI

Dachs, B., Biege, S., Borowiecki, M., Lay, G. e Jäger, A. e Scharfetter, D. | 2012

The servitization of European manufacturing industries

Danninger, F. e Joutz, S. | 2007

What explains Germany's rebounding export market share?

Deloitte | 2014

Shared services center get the global picture

Direção-Geral do Desenvolvimento Regional | 2003

Relatório final do Programa Operacional Modernização do Tecido Económico

Eickelpasch, A. e Vogaal, A. | 2009

Determinants of export behavior of german business services companies, University of Lüneburg, Working Paper Series in Economics, no 123, março 2009

Ernst and Young | 2013

EY Portuguese attractiveness survey 2013

Falk, M. e Peng, F. | 2011

The increasing service intensity of European manufacturing

Félix Ribeiro, J. (coordenador) | 2012

O sector dos serviços e a competitividade da economia, CCP

Félix Ribeiro, J. (coordenador) | 2012

Portugal: que funções na globalização, CCP

FMI | 2014

Coordinated direct investment survey

Fórum Económico Mundial | 2013

Foreign direct investment as a key driver for trade, growth and prosperity: the case for a multilateral agreement on investment

Fórum Económico Mundial, Bain & Company e Banco Mundial | 2013

Enabling Trade: valuing growth opportunities

Francois, J. e Woerz, J. | 2007

Service sector linkages: the role of services in manufacturing, Oesterreichische Nationalbank

Francois, J. e Woerz, J. | 2008

Producer services, manufacturing linkages and trade, Journal of Industry, Competition and Trade

François, J., Manchin, M. e Tomberger, P. | 2013

Services linkages and the value added content of trade

Gabinete de Gestão do PRIME | 2009

Relatório final de execução do Prime, Programa de incentivos à modernização económica

Gervais, A. e Jensen, B. D. | 2014

The tradability of services: geographic concentration and trade costs

Governo de Portugal | 1995

Fundos estruturais: 10 anos, Ministério do Planeamento e da Administração do Território

Governo de Portugal | 2014

Portugal 2020, Acordo de Parceria 2014-2020, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional

Grosse Kleimann, P., Posdorf, D. e Brenner, A. | 2013

Customizing aftersales: delivering the service that customers really want, Roland Berger Strategy Consultants, setembro de 2013

Guerrieri, P. e Meliciani, V. | 2004

International competitiveness in producer services

Guerrieri, P. e Meliciani, V. | 2009

Internationalization, technology and business services specialization in Europe

Hockman, B. e Mattoo, A. | 2008

Services trade and growth, The World Bank, Development Research Group, working paper 4461, Janeiro de 2008

Heitz, B. e Rini, G. | 2006

Reinterpreting the contribution of foreign trade to growth

Johansson, Å., e Olaberria, E. | 2014

Global Trade and specialization patterns over the next 50 years, OECD Economic Policy Papers

IBM | 2014

Let's build a smarter planet (www)

ICCA | 2012

Statistics report 2002-2011

ICCA | 2013

Country and city rankings 2012

INE | 2007

Classificação das atividades económicas Rev.3

INE | 2014

Empresas em Portugal 2012

International Trade Strategies | 2010

Services international linkages: the importance of embodied services in trade and paths to increased trade

Koomerskollegium | 2010

Servicification of Swedish manufacturing

Koomerskollegium | 2010

At your service: the importance of services for manufacturing companies and possible trade policy implications

Koopman, R., Wang, Z. e Wei, S. | 2008

How much of Chinese exports is really made in China? Assessing foreign and domestic value-added in gross exports

La Caixa Research | 2013

Focus: El valor añadido de las exportaciones, Informe Mensual 12/2013

Lennon, C. e Stehrer, R. | 2010

Competition in manufacturing and the service content of manufactured products, The Vienna Institute for International Economic Studies

Lipsey, R. E. | 2006

Measuring international trade in services

Low, P. | 2013

The role of services in global value chains, Fung Global Institute

- Mattoo, A., Stern, R. M. e Zanini, G. | 2008**
A handbook of international trade in services, Banco Mundial
- Mirza, D. e Nicoletti, G. | 2014**
What is so special about trade in services? Research Paper 2004/02, The University of Nottingham
- Nações Unidas, FMI, OCDE, Eurostat, Cnucead, OMT, OMC | 2011**
Manual on statistics of international trade in services 2010
- Reinsdorf, M. e Slaughter, M. J. (coordenadores) | 2009**
International trade in services and intangibles in the era of globalization, NBER
- Neely, A., Benedittini, O. e Visnjic, I. | 2011**
The servitization of manufacturing: further evidence, EuOMA Conference
- Nordås, H. K. e Kim, Y. | 2013**
The role of services for competitiveness in manufacturing, OECD Trade Policy Papers
- OCDE | 2000**
The service economy, Business and Industry Policy Forum series
- OCDE | 2010**
Measuring globalisation: OECD economic globalisation indicators 2010
- OCDE | 2011**
Medical tourism: treatments, markets and health system implications: a scoping review
- OCDE | 2013**
Interconnected economies: benefitting from global value chains
- OCDE | 2013**
Mapping global value chains
- OCDE, OMC e Banco Mundial | 2013**
Trade in value-added: concepts, methodologies and challenges
- OCDE, OMC e Banco Mundial | 2014**
Global value chains: challenges, opportunities, and implications for policy
- Parry, G., Newnes, L. e Huang, X. | 2011**
Goods, products and services, service design and delivery
- PricewaterhouseCoopers | 2014**
Desafios do turismo em Portugal 2014
- PricewaterhouseCoopers | 2014**
Room to grow: european cities hotel forecast 2014 and 2015
- Programa Operacional Factores de Competitividade | 2013**
Relatório de execução 2012 do Compete
- Ribeiro Mendes, F. (coordenador) | 2012**
O cluster da saúde e bem-estar, CCP
- Vandermerwe, S. and Rada, J. | 1988**
Servitization of business: adding value by adding services
- Xing, Y. e Detert, N. | 2010**
How the iPhone widens the United States trade deficit with the People's Republic of China, ADBI Working Paper Series

AM&A Lisboa

Rua Mouzinho da Silveira, 27, 2º

1250-166 Lisboa

T.: + 351 213 511 400

F.: +351 213 544 312

AM&A Porto

Rua Cunha Júnior, 41-A, 2º

4250-186 Porto

T.: + 351 225 089 855

F.: +351 225 089 857

amconsultores@amconsultores.pt

www.amconsultores.pt



Augusto Mateus & Associados
Sociedade de Consultores, Lda